

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

JULIA MACHADO BIASIBETTI

**ATOES POLÍTICOS E CRISES ENTRE A VISIBILIDADE E A VIGILÂNCIA DO PALCO
MIDIÁTICO DIGITAL: UMA ANÁLISE DOS EVENTOS PROTAGONIZADOS PELO PREFEITO
COVER DE ELVIS E O CANDIDATO COACH**

PORTO ALEGRE
2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Ficha Catalográfica

M149a Machado Biasibetti, Julia

Atores políticos e crises entre a visibilidade e a vigilância do palco midiático digital : uma análise dos eventos protagonizados pelo prefeito cover de Elvis e o candidato coach / Julia Machado Biasibetti. – 2025.

176.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Florczak de Oliveira.

1. Democracia. 2. comunicação política. 3. riscos e crises. 4. atores políticos. 5. ambiente midiático digital. I. Florczak de Oliveira, Rosângela. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

JULIA MACHADO BIASIBETTI

ATORES POLÍTICOS E CRISES ENTRE A VISIBILIDADE E A VIGILÂNCIA DO
PALCO MIDIÁTICO DIGITAL: UMA ANÁLISE DOS EVENTOS PROTAGONIZADOS
PELO PREFEITO COVER DE ELVIS E O CANDIDATO *COACH*

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Comunicação
Social, pelo Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Social da Escola de Comunicação,
Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Florczak de Oliveira

Porto Alegre
2025

JULIA MACHADO BIASIBETTI

ATORES POLÍTICOS E CRISES ENTRE A VISIBILIDADE E A VIGILÂNCIA DO
PALCO MIDIÁTICO DIGITAL: UMA ANÁLISE DOS EVENTOS PROTAGONIZADOS
PELO PREFEITO COVER DE ELVIS E O CANDIDATO COACH

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Comunicação
Social, pelo Programa de Pós-Graduação em
Comunicação Social da Escola de Comunicação,
Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Cleusa Maria Andrade Scroferneker
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Diego Wander Silva Montagner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rafael Machado Madeira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2025

RESUMO

Este estudo busca contribuir com a pesquisa acadêmica sobre riscos e crises no âmbito da comunicação política. O objetivo é refletir sobre como a dinâmica de visibilidade e vigilância que incide sobre os atores políticos no ambiente midiático digital se relaciona com as crises no contexto da democracia. Em busca de pistas acerca das possíveis respostas, analisamos a ligação telefônica entre o prefeito gaúcho Fabiano Feltrin e o ministro Paulo Pimenta e a cadeirada que o candidato a prefeito de São Paulo, Pablo Marçal, levou do seu concorrente, José Luiz Datena. A partir das lentes epistemológicas do Paradigma da Complexidade (Morin, 2011) e da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 1995), articuladas com a Pragmática da Comunicação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985) e conceitos centrais como o da incomunicação (Wolton, 2023), o percurso teórico envolve reflexões sobre as metamorfoses sociais, políticas e tecnológicas (Beck, 2018) que transformam as perspectivas comunicacionais na esfera pública (Habermas, 2023); crises e escândalos políticos decorrentes da visibilidade e da vigilância midiática (Thompson, 2002) no contexto da democracia (Castells, 2018); atores políticos e suas representações políticas (Hobbes, 2003; Pitkin, 2006) e teatrais (Balandier, 1982; Goffman, 1985) e possíveis dimensões de cuidado (Tronto, 2007; Brugère, 2023). Como resultados, evidenciamos que as perspectivas de visibilidade e vigilância incidentes sobre os atores políticos no palco midiático digital — somadas ao efeito bumerangue (Morin, 2011) inerente a essa atuação, que gera e alimenta rupturas de representação (Goffman, 1985), escândalos e polêmicas (Thompson, 2002; Ekström; Johansson, 2008; Cabás, 2011) — constituem uma relação de recursividade (Morin, 2011), na qual tudo é causa e efeito, dentro de um circuito de retroalimentação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985), que amplia não apenas o descrédito na atuação política, mas também corrói a confiança na própria democracia (Castells, 2018).

Palavras-chave: Democracia; comunicação política; riscos e crises; atores políticos; ambiente midiático digital.

ABSTRACT

This study aims to contribute to academic research on risks and crises within the realm of political communication. The objective is to reflect on how the dynamics of visibility and surveillance affecting political actors in the digital media environment relate to crises within the context of democracy. In search of clues to possible answers, we analyzed the phone call between the mayor of the Brazilian city of Farroupilha, Fabiano Feltrin, and Minister Paulo Pimenta, as well as the chair-throwing incident involving the candidate for mayor of São Paulo, Pablo Marçal, and his opponent, José Luiz Datena. From the epistemological perspective of the Paradigm of Complexity (Morin, 2011) and Depth Hermeneutics (Thompson, 1995), combined with the Pragmatics of Communication (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1985) and central concepts such as incommunication (Wolton, 2023), the theoretical framework explores reflections on the social, political, and technological metamorphoses (Beck, 2018) that reshape communicational perspectives within the public sphere (Habermas, 2023); political crises and scandals arising from media-driven visibility and surveillance (Thompson, 2002) in the context of democracy (Castells, 2018); political actors and their representations in both political (Hobbes, 2003; Pitkin, 2006) and theatrical terms (Balandier, 1982; Goffman, 1985); and possible dimensions of care (Tronto, 2007; Brugère, 2023). As results, we highlight that the dynamics of visibility and surveillance affecting political actors on the digital media stage—combined with the boomerang effect (Morin, 2011) inherent in this performance, which generates and fuels ruptures of representation (Goffman, 1985), scandals, and controversies (Thompson, 2002; Ekström & Johansson, 2008; Cabás, 2011)—constitute a recursive relationship (Morin, 2011) where everything is both cause and effect, within a feedback loop (Watzlawick, Beavin; Jackson, 1985). This loop not only deepens the discrediting of political actions but also erodes trust in democracy itself (Castells, 2018).

Keywords: Democracy; political communication; risks and crises; political actors; digital media environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases da hermenêutica da vida cotidiana	80
Figura 2 – Capa do <i>site</i> pessoal de Fabiano Feltrin mantido na internet	83
Figura 3 – Feltrin eleito o melhor <i>cover</i> de Elvis Presley da América Latina em 2015	84
Figura 4 – Feltrin troca PP pelo PL, partido de Jair Bolsonaro	85
Figura 5 – Recorte do Perfil de Fabiano Feltrin no Instagram	86
Figura 6 – Paulo Pimenta toma posse como ministro da Reconstrução do RS	88
Figura 7 – Recorte do Perfil de Paulo Pimenta no Instagram	89
Figura 8 – Capa do <i>site</i> pessoal de Pablo Marçal mantido na internet	90
Figura 9 – Recorte da apresentação de Pablo Marçal no <i>site</i> do Método IP	91
Figura 10 – Lançamento da candidatura de Marçal à presidência da República em 2022	92
Figura 11 – Recorte dos perfis – oficial e reserva – de Pablo Marçal	93
Figura 12 – Recorte de postagens do perfil de Pablo Marçal	94
Figura 13 – Datena assina ficha no PSDB, seu 11º partido político, em abril de 2024	96
Figura 14 – Recorte do Perfil de Datena no Instagram.....	97
Figura 15 – Vídeo da ligação gravado pela perspectiva do Prefeito de Farroupilha/RS, Fabiano Feltrin	99
Figura 16 – Vídeo da ligação gravado pela perspectiva do Ministro Paulo Pimenta	100
Figura 17 – Vídeo publicado pelo ministro Paulo Pimenta após a ligação	105
Figura 18 – Pimenta x Feltrin – Reflexo da polarização Lula x Bolsonaro	107
Figura 19 – Levantamento da polarização Lula x Bolsonaro nas redes sociais	108
Figura 20 – Bolsonaro venceu a eleição em todas as cidades da Serra Gaúcha ...	109
Figura 21 – Comunicado da prefeitura de Farroupilha	110
Figura 22 – Atores políticos foram responsabilizados pelo desastre em maio de 2024	111
Figura 23 – Frame do vídeo de Feltrin com erro na legenda	113
Figura 24 – Frame do momento em que Datena dá cadeirada e Pablo Marçal	116
Figura 25 – Frame do vídeo de Pablo Marçal na ambulância.....	118
Figura 26 – Foto de Pablo Marçal no quarto de hospital após a cadeirada	119

Figura 27 – Resultado do 1º turno da eleição à Prefeitura de SP em 2024	120
Figura 28 – Mapa da atuação dos candidatos a prefeito de São Paulo no Instagram	122
Figura 29 – Gráfico do número de <i>posts</i> e curtidas dos candidatos a prefeito de São Paulo no Instagram	123
Figura 30 – Mudanças de cenário durante o vídeo do prefeito	130
Figura 31 – O cenário do vídeo do ministro.....	131
Figura 32 – Cenas da atuação de Marçal no estúdio após a cadeirada	132
Figura 33 – Repercussão negativa do vídeo da ambulância	136
Figura 34 – Repercussão negativa da foto no quarto do hospital	137
Figura 35 – Marçal diz ter achado patético o vídeo da ambulância	138
Figura 36 – Legenda do <i>post</i> do deputado Zucco sobre o vídeo do prefeito	147
Figura 37 – Legenda do <i>post</i> do deputado Pepe Vargas sobre o vídeo do ministro	148
Figura 38 – Datena ameaça agredir Marçal em debate anterior ao da TV Cultura .	149
Figura 39 – Em nota, Datena diz não se arrepender da cadeirada.....	151
Figura 40 – Protagonistas da cadeirada ganharam seguidores no Instagram	151
Figura 41 – Na véspera do 1º turno Marçal e Datena tiveram a maior rejeição	152
Figura 42 – Circuito de recursividade e retroalimentação das crises protagonizadas pelos atores políticos no ambiente midiático	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção científica sobre os temas risco e crise – revisão de 2011 a janeiro de 2021	21
Quadro 2 – Produção científica sobre risco e crise – revisão de fevereiro de 2021 a dezembro de 2023	21
Quadro 3 – Artigos publicados nos anais da Abrapcorp e Intercom de 2014 a 2023	24
Quadro 4 – Teses e dissertações encontradas nos acervos das universidades.....	27
Quadro 5 – Publicações internacionais dos últimos cinco anos indexadas no Scopus	29
Quadro 6 – Relação dialógica entre a Teoria da Pragmática da Comunicação e a Teoria da Incomunicação	48
Quadro 7 – Aproximações conceituais entre crises e escândalos	58
Quadro 8 – Transcrição 1: Vídeo publicado pelo prefeito Fabiano Feltrin (2'8").....	101
Quadro 9 – Transcrição 2: Gravação feita pela perspectiva do Ministro Paulo Pimenta (2'13")	102
Quadro 10 – Comparativo das transcrições	103
Quadro 11 – Transcrição 3: Vídeo de resposta gravado pelo Ministro Pimenta	106
Quadro 12 – Transcrição 4: Diálogo entre Pablo Marçal e Datena antes da cadeirada	117
Quadro 13 – Elementos evidenciados na ligação encenada	140
Quadro 14 – Elementos evidenciados na cadeirada e na encenação da ambulância	143

SUMÁRIO

1	BASTIDORES E CONTEXTOS DA PESQUISA	10
1.1	LENTES EPISTEMOLÓGICAS NA DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS	14
2	ESTADO DA ARTE COMO PANO DE FUNDO	19
3	ESFERA PÚBLICA EM METAMORFOSE: CENÁRIO SOCIAL E POLÍTICO	33
3.1	SOCIEDADE, POLÍTICA E DEMOCRACIA EM TRANSFORMAÇÃO	33
3.2	COMUNICAÇÃO POLÍTICA SOB OS HOLOFOTES DA VISIBILIDADE E DA VIGILÂNCIA	41
3.2.1	Um palco onde as cortinas nunca se fecham	41
3.3	APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE CRISES E ESCÂNDALOS	50
4	ATORES POLÍTICOS NO PALCO MIDIÁTICO DIGITAL: PERSONAGENS, REPRESENTAÇÕES E AS (IM)POSSIBILIDADES DO CUIDADO	62
4.1	A PREPARAÇÃO DOS ATORES: O CUIDADO E SUAS POSSIBILIDADES NA ATUAÇÃO POLÍTICA	72
5	EM CARTAZ: A GRAVAÇÃO CLANDESTINA DA CONVERSA E A CADEIRADA EM PÚBLICO	78
5.1	ROTEIRO DE ANÁLISE DO ENREDO: A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE	79
5.1.1	Análise sócio-histórica	80
5.1.2	Análise formal ou discursiva	81
5.1.3	Interpretação/reinterpretação	81
5.2	CONTEXTOS EM METAMORFOSE: PERSPECTIVAS COMUNICACIONAIS DA ATUAÇÃO POLÍTICA NO AMBIENTE MIDIÁTICO DIGITAL	82
5.2.1	Elenco e personagens: quem são nossos protagonistas	82
5.2.2	Ato 1 cena 1: a ligação encenada	98
5.2.3	Ato 2 cenas 1 e 2: a cadeirada e a encenação da ambulância	116
5.3	AÇÃO DOS ATORES POLÍTICOS DIANTE DA VISIBILIDADE E DA VIGILÂNCIA NO AMBIENTE MIDIÁTICO DIGITAL	126
5.4	PRESENÇA E/OU AUSÊNCIA DE DIMENSÕES DE CUIDADO	134
5.5	ELEMENTOS EVIDENCIADOS PELA TRAMA	139
6	EPÍLOGO: OUTRAS (RE)INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS	146

7	CONSIDERAÇÕES PARA AS CENAS DAS PRÓXIMAS TEMPORADAS	156
	REFERÊNCIAS	160
	ANEXO A – EXEMPLOS DE CRISES PROTAGONIZADAS POR ATORES	
	POLÍTICOS NO AMBIENTE MUDIÁTICO DIGITAL	175

1 BASTIDORES E CONTEXTOS DA PESQUISA

Esta pesquisa emerge das inquietações acumuladas em uma trajetória profissional marcada pelos desafios de atuar na comunicação pública e política. Durante uma década assessorando atores políticos, foi possível perceber o quanto as novas formas de visibilidade no ambiente midiático digital potencializam as relações complexas (Morin, 2015) e instáveis entre visibilidade e poder político (Thompson, 2018), e contribuem para descredibilizar tanto a atuação política quanto a própria democracia (Castells, 2018).

Sendo a política comunicativa e teatral por natureza e sua prática profundamente afetada pela transformação tecnológica¹, a esfera pública, proposta por Habermas (1984) como espaço de debate público dos assuntos de interesse da sociedade, também passou por uma nova mudança estrutural (Habermas, 2023) e se deslocou para o ambiente midiático digital, um palco no qual as cortinas nunca se fecham.

Nesse cenário, ao mesmo tempo em que os atores políticos passaram a se beneficiar das inúmeras possibilidades de ampliar sua exposição pública no ambiente midiático digital, a nova visibilidade se tornou um relevante ponto de fragilidade para mandatos e reputações (Thompson, 2018). Assim, observamos que o alto potencial de repercussões negativas decorrentes dessa presença digital pode ser uma evidência de que o holofote da permanente vigilância por parte da sociedade às condutas de seus representantes políticos é o outro lado dessa moeda.

Compreendemos as crises como eventos inesperados que ameaçam expectativas relevantes de partes interessadas (Coombs; Holladay, 2010), com elevada exposição pública e riscos à reputação (Oliveira et al., 2022) e que no contexto da política, enquanto sinônimos de escândalo, envolvem transgressões morais e sociais que se tornam públicas, provocam reações significativas e/ou despertam a condenação coletiva (Thompson, 2002).

No Brasil, as crises que despontam na cena política fazem parte do cotidiano social e são recorrentes no ambiente midiático digital e analógico. Manchetes como

¹ Conceito extraído da fala de Manuel Castells durante aula inaugural do Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias: desafios da era digital. A iniciativa faz parte das comemorações dos 200 anos do Senado (AO VIVO: Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias – 25/3/24. [Brasília: s. n.], 2024. 1 vídeo (1h 25 min 10 seg). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xdWVlb3MrFg>. Acesso em: jun. 2024).

2023 na política: relembre as polêmicas no Congresso (Lima; Borges; Barbiéri, 2023) exemplificam uma quantidade tão relevante de episódios anuais que se pode, inclusive, listar. Isso demonstra que, embora não sejam uma novidade do nosso tempo, os debates acalorados no Congresso Nacional, por exemplo, tendem a ganhar cada vez mais ares de polêmica devido ao alcance de suas repercussões no ambiente midiático digital.

Nesse aspecto, além da exposição constante, são comuns os casos em que os políticos atuam intencionalmente para produzir conteúdos destinados à polêmica, no intuito de mobilizar e engajar seus públicos no ambiente midiático digital. A prática de utilizar seus mandatos para *lacrar*, como aponta a matéria do portal Terra (Anexo 1), é o principal fator de visibilidade para muitos atores políticos.

Embora nosso foco de estudo seja a realidade brasileira, exemplos dessas crises relacionadas são igualmente observáveis em nível internacional, como a manobra midiática feita pelo primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, que provocou uma crise ao comunicar – via rede social – que estava avaliando pedir demissão após a abertura de uma investigação sobre um suposto caso de corrupção envolvendo sua esposa, Begoña Gómez, gerando proliferação desenfreada de desinformação e uso político da situação (Anexo 1). A estratégia mobilizou a opinião pública a favor do *premier*, que após cinco dias anunciou sua permanência.

Outro caso muito emblemático é a crise protagonizada pela primeira-ministra da Finlândia, Sanna Marin. Eleita primeira-ministra do país em 2019, pelo Partido Social Democrata da Finlândia, aos 34 anos, Marin ficou conhecida como a mais jovem chefe de governo do mundo na época. Sob seu comando, a nação finlandesa passou pela pandemia do covid-19, pela guerra da Ucrânia e conquistou a aprovação da entrada do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Contudo, em agosto de 2022, a popularidade da primeira-ministra foi impactada pela divulgação de vídeos postados por seus amigos, em *stories* da plataforma de rede social Instagram, nos quais ela aparecia dançando e cantando animadamente em uma festa. As imagens foram amplamente compartilhadas e viralizaram, fazendo com que Marin fosse duramente criticada por opositores políticos e tivesse que se explicar em coletiva de imprensa. As repercussões do caso em todo o mundo (Anexo 1) geraram uma crise de imagem pessoal e política no país finlandês.

Com esses exemplos já é possível evidenciar que esse ambiente midiático digital que temos na palma da mão (Santaella, 2021) — em que todos estamos de alguma

forma mergulhados — se configura em um terreno cada vez mais fértil para as crises protagonizadas pelos atores políticos. Levando em conta que “os cidadãos estão superinformados e críticos, obrigando os líderes políticos e econômicos a se explicarem mais, convencer, negociar” (Wolton, 2023, p. 74), é possível dizer também que esse novo palco midiático apresenta novas regras com as quais toda a sociedade — mas em especial aqueles que precisam se expor nesse ambiente para manter e construir reputação², ou seja, os atores políticos — precisa aprender a lidar.

No entanto, com Thompson (2002) entendemos que a crescente ocorrência de escândalos políticos tem menos relação com um declínio geral dos padrões morais dos líderes políticos do que com as modificações na maneira de tornar visíveis as suas atividades, que decorrem, especialmente, da mutabilidade das tecnologias de comunicação e de vigilância (Thompson, 2008). A própria natureza de interesse público da representação política reforça esse argumento, porque o ambiente midiático digital configura uma visibilidade sem precedentes, que coloca atores políticos sob a constante vigilância e julgamento de suas ações, falas e comportamentos. E, com isso, seus deslizes de conduta circulam e repercutem com grande velocidade, impactando reputações pessoais e institucionais e reforçando a desconfiança da sociedade e a crise da legitimidade política (Castells, 2018) que afeta a própria democracia.

Há, nessa dinâmica, quem sabe, algo em metamorfose, a partir da ideia de metamorfose elogiada por Morin (2010), ou seja, de um sistema que, na incapacidade de lidar com seus problemas vitais, se degrada e/ou se desintegra, suscitando um metassistema para ser capaz de lidar com seus problemas. Morin (2011) acredita que a esperança ética e a esperança política estão nesta metamorfose. Já Beck (2018) compreende esse cenário como mais um aspecto da metamorfose de um mundo que não existe sem a comunicação. A metamorfose “[...] pode ser definida como uma grande mudança para algo diferente e implica uma transformação completa num tipo diferente, uma realidade diferente, um modo diferente de estar no mundo, ver o mundo e fazer política” (Beck, 2018, p. 19).

² Pela sua estreita relação com a comunicação política, adotaremos aqui o conceito de reputação proposto por Gomes (2023), com base no seu sentido etimológico relacionado à reflexão e à interpretação das pessoas sobre alguém ou algo, a partir de suas interações sociais. Para o autor, a reputação é “o julgamento público (intuitivo ou verbalizado) de um objeto em face de padrões (quadro reputacional) construídos socialmente para a categoria a que esse objeto pertence” (Gomes, 2023, p. 51).

No centro da ação política, estão os que denominamos nesta pesquisa como atores políticos. Os entendemos como aqueles que representam o outro, por autoridade, isto é, atuando em nome dele (Hobbes, 2014) e/ou pelo interesse do seu representado (Pitkin, 1967). Mas o termo *atuar* que adotamos também traz consigo o forte sentido de uma representação teatral (Balandier, 1982; Goffman, 1985).

Em suma, partimos da ideia de que os atores políticos são desafiados pelo imperativo da presença midiática (Trivinho, 2011) que se estabeleceu na sociedade com o deslocamento das interações para o ambiente midiático digital, no qual está a “existência (pessoal, grupal, governamental, corporativa, etc.) inteiramente condicionada à aparição na visibilidade mediática” (Trivinho, 2011, p. 113). Essa necessidade de exposição se mostra, de maneira recursiva, tanto como uma exigência para a manutenção de imagem e reputação política quanto um ambiente repleto de riscos e novas fragilidades (Thompson, 2018).

Conforme Beck (2018), essa problemática de exposição constante dos atores políticos e a possível inconsciência dos riscos nos coloca diante de mais um dos efeitos colaterais das novas paisagens de comunicação inauguradas pelo ambiente midiático digital. Esse é o cenário que nos inquieta e mobiliza para desenvolver uma pesquisa que faça um escrutínio do ambiente e das relações que se encontram no palco social. Entretanto queremos ir além de apontar os problemas, pois concordamos com Morin (2010, p. 2) que “não basta mais denunciar. Precisamos também propor. Não é suficiente destacar a urgência. Também precisamos começar a definir os caminhos que levam ao Caminho”. No mesmo sentido, Wolton convoca para a necessidade de ajudar a “redescobrir as dimensões culturais e políticas da informação e da comunicação, ambas essenciais à democracia” (Wolton, 2023, p. 13).

É dessa intenção que nasce a nossa questão-problema de investigação: **Como as perspectivas de visibilidade e vigilância sobre os atores políticos no ambiente midiático digital se relacionam com as crises no contexto da democracia?**

Buscando iluminar aspectos que possam ter ficado encobertos por alguma sombra (Silva, 2015) no cotidiano das práticas de quem atuou profissionalmente nesse cenário, reconhecemos que “não se trata, no entanto, de revelar a essência do objeto, mas simplesmente aquilo que, dele fazendo parte, permanece invisível por causa do excesso de familiaridade ou de alguma deficiência no olhar do observador” (Silva, 2015, p. 14).

1.1 LENTES EPISTEMOLÓGICAS NA DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS

Na medida em que nossa investigação integra a pesquisa acadêmica sobre risco e crise no contexto da comunicação — um campo ainda em legitimação no Brasil (Nunes; Oliveira, 2021) —, também reconhecemos, nas crises protagonizadas pelos atores políticos no ambiente midiático digital, o desafio da complexidade, que “é, ao mesmo tempo, o de reunir (contextualizar e globalizar) e de ressaltar o desafio da incerteza” (Morin, 1994, p. 71). Especialmente ao considerarmos o conceito de crise proposto por Coombs (2007), de eventos que geram efeitos negativos e graves caso não sejam tratados adequadamente, aliado ao fato de que os atores políticos também estão imersos nessa sociedade marcada pelas incertezas de um “estado de crise” (Bauman; Bordoni, 2016).

E aqui, com ênfase, recorremos às palavras de Morin (2011) para reforçar que compreender esse fenômeno não significa justificá-lo nem impedir qualquer condenação moral, mas complexificar nosso julgamento e “reconhecer que os autores de infâmias ou de faltas também são seres humanos” (Morin, 2011, p. 121).

Considerando a democracia uma conquista da complexidade social que se serve de dois circuitos recursivos — (1) os governos dependem dos cidadãos que dependem dos governos; e (2) a democracia produz cidadãos que produzem a democracia —, Morin (2011) aponta a falta de solidariedade e de responsabilidade como causas para a crise que as democracias contemporâneas enfrentam. Para o teórico, a democracia faz do indivíduo um cidadão que reconhece deveres e exerce direitos, e “se o civismo se esgarça, a democracia esgarça-se. A não participação na vida da cidade, apesar do caráter democrático das instituições, leva à agonia da democracia” (Morin, 2011, p. 149).

Ao assumir as lentes do Paradigma da Complexidade, aceitamos com Morin (2011) que a incerteza ética é constante e permanente no coração da política, e incorporamos os pressupostos da ecologia da ação, na qual toda e qualquer ação escapa das intenções do seu autor “ao entrar no jogo complexo das inter-retroações sociais, e estabelece um princípio de imprevisibilidade dos resultados da ação, inclusive nas perspectivas evolutivas previsíveis” (Morin, 2011, p. 81).

O conceito de ecologia da ação (Morin, 2011) nos dá um importante suporte de análise na medida em que nos permite enxergar as crises protagonizadas pelos atores políticos no ambiente midiático digital como fenômenos resultantes do momento histórico e social, assim como dos riscos e imprevisibilidades decorrentes do fato de que qualquer ação escape das intenções iniciais do seu autor e dependa da dinâmica social do ambiente onde ocorre, provocando consequências inesperadas e/ou até contrárias ao esperado. Um efeito bumerangue que, segundo o próprio teórico, é frequente na política e “nos leva a pensar sobre a relação complexa entre risco e precaução” (Morin, 2011, p. 43).

Morin (2011) explica a ecologia da ação a partir de dois princípios: (1) a ação não depende apenas das intenções do ator, mas também das condições do meio em que se desenrola; e (2) os efeitos a longo prazo da ação são imprevisíveis. Assim: “A partir do momento em que lançamos uma ação do mundo, essa vai deixar de obedecer às nossas intenções, vai entrar no jogo de ações e interações no meio social no qual acontece, e seguir direções muitas vezes contrárias daquela que era nossa intenção” (Morin, 1997, p. 23).

Se “a compreensão humana comporta não somente a compreensão da complexidade do ser humano, mas também a compreensão das condições em que são forjadas as mentalidades e praticadas as ações” (Morin, 2011, p. 115), também é importante refletir sobre o contexto dessas interações do ponto de vista comportamental e sistêmico da comunicação.

Uma das leituras possíveis tem como base os pressupostos da Teoria da Pragmática da Comunicação Humana, de Watzlawick, Beavin e Jackson³ (1985). A evidência da impossibilidade de não comunicar — principal pressuposto dessa teoria — é um aspecto perfeitamente aplicável quando se analisa o ambiente midiático digital.

Afirmando que um fenômeno permanece inexplicável enquanto o âmbito de observação não for suficientemente amplo para incluir o contexto em que ocorre, Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) ampliaram os estudos sobre as interações e inter-relações pessoais, levando em conta a complexidade das relações entre os eventos e suas matrizes como pressupostos de qualquer análise dos efeitos do

³ Paul Watzlawick foi um psicólogo, filósofo e teórico da comunicação. É um dos fundadores da Mental Research Institute da Escola de Palo Alto (também conhecida por Colégio Invisível, por ser uma união de pesquisadores de diferentes locais e áreas do conhecimento), que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1940.

comportamento e da comunicação enquanto sinônimos. Para eles, “assim, desde esta perspectiva da pragmática, todo o comportamento, não só a fala, é comunicação; e toda a comunicação — mesmo as pistas comunicacionais num contexto impessoal — afeta o comportamento” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 19),

Portanto, a presente pesquisa se desenvolve a partir das lentes epistemológicas estabelecidas pela ecologia da ação (Morin, 2011) em conjunto com a ideia de uma relação dialógica entre a Pragmática da Comunicação Humana (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985) e a Teoria da Incomunicação (Wolton, 2023), na esperança de encontrar elementos que possam, ainda que de forma inicial, contribuir com os campos acadêmico e profissional da comunicação política, especialmente no contexto das crises reputacionais.

Cabe sinalizar, antes de prosseguirmos, que a comunicação política será aqui compreendida pela perspectiva de Esteves (2019), como uma comunicação pública que reúne em si o conjunto de princípios normativos próprios de um modelo liberal de democracia, condicionados ao funcionamento regular de um espaço público. Nesse sentido, “em um Estado democrático, a comunicação política desenvolvida por instituições públicas, atores sociais e políticos, deve ser regida pelo interesse público e ter poder para mobilizar, viabilizar e respeitar a opinião pública” (Weber; Locatelli, 2022, p. 142).

Tendo as provocações do contexto submetidas à matriz de interpretação proposta pelas lentes epistemológicas assumidas, chegamos ao objetivo geral da pesquisa: **refletir sobre como a dinâmica de visibilidade e vigilância que incide sobre os atores políticos no ambiente midiático digital se relaciona com as crises no contexto da democracia**. Dele, partiremos para os seguintes objetivos específicos: (1) refletir sobre a relação entre as metamorfoses sociais e as perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia; (2) analisar a atuação dos atores políticos Fabiano Feltrin e Pablo Marçal em crises marcadas pela visibilidade e vigilância, características do ambiente midiático digital; e (3) identificar dimensões de cuidado adotadas no ambiente midiático digital em duas crises envolvendo atores políticos: a ligação telefônica entre o prefeito gaúcho Fabiano Feltrin e o ministro Paulo Pimenta e a cadeirada que o candidato a prefeito de São Paulo Pablo Marçal levou do seu concorrente, José Luiz Datena.

Morin (2003, p. 70), aponta que “a compreensão de dados particulares exige a ativação da inteligência geral e a mobilização de conhecimentos conjuntos”. Assim,

justificamos um marco teórico estruturado no entrelaçamento de diferentes conceitos e perspectivas de autores de diferentes campos do conhecimento, como sociologia, comunicação, ciência política e psicologia, cruzados em diversos momentos do texto, em virtude, justamente, da impossibilidade de tratar cada assunto isoladamente, sem considerar sua profunda conexão com o outros.

Nossa trajetória de reflexões se dará por meio de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo (Gil, 2017), com movimento de aproximação entre aspectos teóricos e objeto empírico, guiado pelo referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson (1995), que considera o objeto de estudo uma construção simbólica que exige um processo de interpretação em contexto sócio-histórico.

Como objeto empírico, escolhemos analisar dois episódios envolvendo atores políticos que tiveram o ambiente midiático digital como palco e alcançaram uma repercussão significativa. O primeiro caso é a ligação telefônica entre o então prefeito do município gaúcho de Farroupilha, Fabiano Feltrin, do Partido Liberal (PL), e o então Ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, deputado federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República. A conversa, que aconteceu em meio às enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, foi gravada em vídeo, editada e publicada no perfil do Instagram pessoal do prefeito. O segundo é o episódio da cadeirada durante o debate promovido pela TV Cultura, em setembro de 2024, quando o apresentador José Luiz Datena, candidato a prefeito de São Paulo pelo PSDB, arremessou uma banqueta contra o candidato Pablo Marçal (PRTB).

O percurso metodológico, que se divide em três fases (análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação), será descrito na seção 5. São considerados os contextos sociais e as dimensões humanas que podem estar relacionadas com a recorrência desses fenômenos na atualidade, a ampliação da visibilidade e vigilância que se apresenta no ambiente digital bem como as possíveis interfaces entre as crises de imagem protagonizadas pelos atores políticos no ambiente midiático digital e a crise que afeta a democracia, em uma relação recursiva.

Entendemos fazer sentido, ainda, articular diferentes visões sobre o ambiente midiático na esfera pública contemporânea; a comunicação de atores políticos nesse

ambiente; o que são crises e como elas impactam a imagem e a reputação dos atores políticos e da democracia.

Esta dissertação está organizada em sete seções. Na seção 1, apresentamos os bastidores e os contextos da pesquisa, incluindo as lentes epistemológicas que orientaram a definição dos objetivos e dos procedimentos metodológicos escolhidos para análise dos objetos empíricos. A seção 2 traz o estado da arte sobre a temática em estudo, servindo como pano de fundo para a investigação. Na seção 3, exploramos as metamorfoses da esfera pública, destacando as transformações da sociedade, da política e da democracia; as perspectivas de visibilidade e vigilância que incidem sobre os atores políticos; e as diferenças entre crises e escândalos no ambiente contemporâneo. A seção 4 aborda a ação dos atores políticos no ambiente midiático digital, examinando suas representações, papéis e personagens, com ênfase no cuidado como elemento relevante na atuação política.

Na seção 5, apresentamos uma análise aprofundada, a partir da Hermenêutica de Profundidade, dos dois objetos empíricos: a gravação da conversa entre o ministro e o prefeito e o caso da cadeirada, ambos examinados como cenas políticas em cartaz. Nessas análises, interpretamos os contextos, as cenas, as ações e as reações dos protagonistas, a partir de três categorias: (1) perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia; (2) ação dos atores políticos diante da visibilidade e da vigilância no ambiente midiático digital; e (3) presença e/ou ausência de dimensões de cuidado. Na seção 6, reinterpretemos os elementos evidenciados pela trama aos contextos dos episódios, detalhando interpretações possíveis sobre a ligação encenada, a cadeirada e o vídeo da ambulância. Por fim, a seção 7 traz considerações sobre os achados e as reflexões para futuras pesquisas.

2 ESTADO DA ARTE COMO PANO DE FUNDO

A ocorrência significativa e constante das crises no cotidiano da comunicação política brasileira nos leva a questionar de que forma a comunidade científica tem abordado essa temática no sentido de colher pistas e contribuições teóricas para iniciar nossa jornada. Essa intenção justifica a nossa escolha de posicionar o estado da arte como um capítulo inicial do referencial teórico. Daqui pretendemos traçar o roteiro conceitual desta pesquisa.

Partimos da inquietação que surge na constatação de Nunes e Oliveira (2021) de que os estudos sobre crise e risco no contexto da comunicação ainda são pouco aprofundados e integram um campo em legitimação. De uma perspectiva acadêmica europeia, Ruão (2020) acrescenta que, da mesma forma, a literatura sobre a gestão de crises parece pouco atenta a discutir e a aprofundar os aspectos humanos, sociais e comunitários associados a um evento crítico.

O levantamento bibliométrico realizado por Nunes e Oliveira (2021) no artigo *Crise, risco e comunicação: revisão da literatura e abordagens brasileiras de um campo em legitimação*, apresentado no XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, analisou o volume e as características das produções acadêmicas em 10 anos, de 2011 a 2021.

Os resultados encontrados apontaram a urgente necessidade de ampliação dos esforços de pesquisa sobre risco e crise na relação com a comunicação. Para as autoras, “o primeiro setor, os governos, demonstram, cada vez mais, a necessidade de avanços quanto à gestão e comunicação de riscos e crises” (Nunes; Oliveira, 2021, p. 12), o que sinaliza a uma urgência ainda maior na construção de conhecimento voltado para as organizações públicas.

É deste ponto de conexão com a nossa pesquisa que daremos prosseguimento ao estado da arte sobre o atual estágio da produção acadêmica sobre riscos e crises dos atores políticos no ambiente midiático digital. Para tanto, adotaremos a mesma metodologia utilizada por Nunes e Oliveira (2021), que mapearam as principais produções brasileiras sobre essa temática inspiradas no Processo Proativo de Gerenciamento de Crises, modelo conceitual proposto por Vašíčková (2019), pesquisadora da Faculdade de Gestão da Universidade de Economia de Praga, na República Tcheca.

A revisão literária empreendida por Nunes e Oliveira (2021) teve como *corpus* livros, artigos em periódicos científicos, artigos em anais de eventos científicos, teses e dissertações de universidades brasileiras que apresentam linhas de pesquisa ligadas à Comunicação Organizacional e Relações Públicas. As bases de dados consultadas foram: o Portal de teses e dissertações da Capes; o acervo de bibliotecas das principais universidades brasileiras com programas de pós-graduação consolidados nas áreas de Comunicação, e os anais do Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp) e Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). A escolha foi justificada pela maior relevância e impacto para a área de Comunicação.

Como recorte temporal, as autoras estabeleceram dez anos (de 2011 a 2021) para a categoria obras, e cinco anos (janeiro de 2015 a janeiro de 2021) para as demais produções acadêmicas. A busca foi realizada a partir das seguintes palavras-chave: crise, risco, comunicação de crise, gestão de crise e comunicação de risco.

Como critério de análise foram considerados: (1) tema central predominante; (2) tipos de estudos predominantes; (3) tipos de análises predominantes, em relação a setores, áreas do conhecimento e abordagem metodológica; (4) autores recorrentes; (5) abordagem conceitual sobre os temas de crise, risco, comunicação de crise, gestão de crise, comunicação de risco: perspectiva proativa ou reativa (Nunes; Oliveira, 2021, p. 2).

Foram obtidas como resultado um total de 90 produções. A amostra foi organizada por tipo e ano de publicação (Quadro 1) na revisão literária das autoras (2021):

Quadro 1 – Produção científica sobre os temas risco e crise – revisão de 2011 a janeiro de 2021

	2020/ 2021	2019	2018	2017	2016	2015	2014/ 2011	Total
Artigos/ periódicos	7	1	4	1	9	3	-	25
Artigos/Anais Abrapcorp	4	2	1	3	-	-	-	10
Artigos/Anais Intercom	4	2	2	2	1	4	-	15
Teses	3	2	3	2	4	1	-	15
Dissertações	3	-	3	-	1	2	-	10
Obras de referência	1	1	1	3	1	2	6	15
								Total: 90

Fonte: elaborado pela autora a partir de Nunes e Oliveira (2021)

Oliveira (2024) deu sequência à revisão literária realizada por Nunes e Oliveira (2021), atualizando os resultados com a inclusão dos achados entre fevereiro de 2021 a dezembro de 2023. Utilizando o mesmo conjunto de palavras-chave, bancos de dados e critérios de análise, Oliveira (2024) encontrou 29 publicações adicionais (Quadro 2).

Quadro 2 – Produção científica sobre risco e crise – revisão de fevereiro de 2021 a dezembro de 2023

	2021	2022	2023	Total
Artigos/periódicos	2	2	1	5
Artigos/Anais Abrapcorp	2	-	1	3
Artigos/Anais Intercom	2	2	3	7
Teses	3	-	2	5
Dissertações	4	1	-	5
Obras de referência	2	1	1	4
Total				29

Fonte: elaborado pela autora a partir de Oliveira (2024)

Seguindo a mesma abordagem metodológica, mas a fim de refinar e aproximar o estado da arte da nossa temática de investigação, decidimos, então, utilizar o mesmo percurso e critérios de pesquisa adotados pelas autoras citadas

anteriormente, adequando apenas as palavras-chaves de busca para: *risco*, *crise*, *atores políticos*, *comunicação* e *ambiente midiático digital*.

No Portal de Periódicos da Capes, apenas a combinação das palavras-chave *crises*, *atores políticos* e *comunicação* indexou publicações. Foram oito artigos nacionais, produzidos a partir de 2017, que, em algum momento do texto, citaram as palavras pesquisadas. Um deles traz uma entrevista sobre o contexto da América Latina no Impeachment de 2016 (Chagas, 2017); outros três são voltados à cobertura da imprensa sobre crises políticas (Massarani *et al.*, 2021; Silva; Jeronymo, 2017; Shuen; Bentivi, 2019; um sobre articulação política em uma perspectiva histórica (Oliveira, 2018); e um sobre a percepção de atores políticos sobre a biblioteca pública no Brasil (Medeiros; Olinto, 2016).

Duas das publicações localizadas apresentaram relações com o tema por abordarem a comunicação pública e política. Embora nenhuma delas investigue especificamente as crises protagonizadas pelos atores políticos pelo viés proposto neste trabalho, duas pesquisas se aproximam da nossa perspectiva: o estudo *Comunicação Pública e as disputas pré-eleitorais em tempos de pandemia* (Souza Junior, 2022) e o artigo científico *Quais são as estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos, especialmente aquelas que se utilizam de recursos tecnológicos, na era digital: uma revisão* (Cerqueira; Martins, 2023). Ambos ratificam a presença nas redes sociais — o que consideramos uma das manifestações do ambiente midiático digital — como principal estratégia na construção de vínculo e identidade política da comunicação dos atores políticos.

A partir de uma revisão integrativa da literatura na base de dados Periódicos Capes e Google Acadêmico, utilizando os termos *política* e *tecnologia* e *redes sociais* como palavras-chave, entre 2019 e 2023, Cerqueira e Martins (2023) buscaram identificar as estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos, especialmente aquelas que fazem uso de recursos tecnológicos. Foram encontrados 16 artigos abordando as diferentes formas pelas quais os atores políticos se comunicam com a sociedade por meio das tecnologias. Deles, 31,2% sobre as formas de comunicação durante o período eleitoral, 25% trataram de *fake news* e manipulação de pessoas e 18,7% discorreram sobre a comunicação dos atores políticos no gerenciamento de crises.

De todo modo, especificamente sobre o tema que objetivamos investigar nesta dissertação, não obtivemos nenhum resultado no Portal de Periódicos da Capes.

Partimos, então, para uma tentativa no Google Acadêmico, usando as mesmas palavras-chave, e, também, não encontramos nenhum estudo passível de aproximações com o nosso objeto.

Nesse momento, os poucos resultados que encontramos nos chamaram atenção para o fato de que talvez não fosse por meio dessas palavras-chave que conseguiríamos nos aproximar do atual estágio da pesquisa acadêmica sobre esse tema. Principalmente porque a literatura consolidada da área — inclusive a que embasa boa parte deste estudo — quando trata de política, se utiliza do conceito de *escândalo* e não *crise*.

Assim decidimos, então, ampliar o leque da busca na tentativa de chegar mais perto do que a academia tem estudado, acrescentando o termo *escândalo*; e, também, optamos por afunilar o filtro trocando *comunicação* por *comunicação política* e *ambiente midiático digital* por *redes sociais*.

E então, recomeçamos. No Portal da Capes, quando buscamos por *escândalos*, *atores políticos* e *comunicação política*, surgem mais dois artigos. No entanto novamente com abordagens distintas daquela que buscamos investigar. O primeiro, intitulado *Os reveses do escândalo político-midiático nas eleições presidenciais de 2014* (Fernandes, 2015), estuda o escândalo político na democracia contemporânea com base nos conceitos de transgressão e midiaticização, a partir do enquadramento do escândalo político da Petrobras no Jornal Nacional durante o período da campanha eleitoral. O segundo aborda o escândalo político-jurídico da perspectiva da sociologia sob o título *Sociologia da probidade pública e usos do direito no combate à corrupção* (Sant'ana Bento; Pilau, 2022).

Outra tentativa de busca, com a combinação das palavras-chave *redes sociais* + *comunicação política* + *escândalo*, indexou um livro intitulado *Participação Política no Facebook e Twitter: comunicação estratégica de campanhas nas Eleições 2012 em Natal (RN)*, de Ferreira (2022). A obra aborda as práticas de comunicação, participação e interação de seis candidatos a vereador na internet e redes sociais naquele ano. E apesar de não tratar diretamente das crises vivenciadas pelos políticos no ambiente digital, traz *insights* interessantes sobre as percepções obtidas por meio de entrevistas realizadas pela autora:

[...] as práticas de comunicação vivenciadas no universo online são contemporâneas e as transformações oriundas do uso de tecnologias digitais na vida social, cultural, econômica e política ainda não são conhecidas em sua totalidade, nem mesmo a extensão dos graus de efeitos e consequências provenientes do seu uso, que dependem do modo como as pessoas as apropriam e para qual finalidade (Ferreira, 2022, p. 14).

Analisando os anais dos Congressos da Abrapcorp⁴ e do Intercom⁵ entre 2014 e 2023, os resultados também foram poucos, e apenas um, que inclusive é um artigo de nossa autoria partindo de recorte inicial desta dissertação, é diretamente relacionado ao tema. No Intercom, como não é possível pesquisar de uma única vez em todos os arquivos armazenados, além dos arquivos de trabalhos submetidos aos GTs de Relações Públicas e Comunicação Organizacional, abrimos também as pastas dos GTs de Políticas e Estratégicas de Comunicação e Comunicação para Cidadania, por entender que estes eventualmente também poderiam conter trabalhos relacionados à temática em questão (Quadro 3).

Quadro 3 – Artigos publicados nos anais da Abrapcorp e Intercom de 2014 a 2023

Título	Autor(es)	Ano	Local de publicação
A visibilidade ampliada pelas ambiências digitais nas crises de imagem no contexto político e governamental	Rosângela Florczak de Oliveira Júlia Machado	2023	Anais da Abrapcorp
Uma liderança em (des)compasso: Jair Bolsonaro e o Ministério da Saúde na Pandemia da Covid-19	Bianca Garrido Matheus Wecki Cleusa Maria Andrade Scroferneker	2022	Anais da Abrapcorp

⁴ A Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp), criada em 2006, congrega pesquisadores e profissionais que se dedicam à prática e ao estudo de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Seu objetivo é estimular o fomento, a realização e a divulgação de estudos avançados, resultantes de pesquisa nessas áreas.

⁵ A Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, fundada em 1977, é uma instituição destinada ao fomento e à troca de conhecimento entre pesquisadores e profissionais do mercado. A entidade estimula o desenvolvimento de produção científica não apenas entre mestres e doutores, mas também entre alunos e recém-graduados, premiando aqueles que se destacam nos eventos promovidos pela entidade.

Os governantes e a administração da imagem em Redes sociais nos períodos de crise: um estudo de caso sobre a fanpage de Dilma Rousseff no Processo de impeachment	Thayanne Nascimento	2017	Anais da Abrapcorp
O Eu Político: a branditização na construção dos personagens e partidos políticos nas campanhas eleitorais contemporâneas	Luana de Carvalho Alahmar	2019	Anais Intercom
Campanha permanente nas redes sociais: as estratégias utilizadas pelos deputados Jair Bolsonaro (PSC) e Jean Willys (Psol) no Facebook para cativar o eleitorado fora do período eleitoral	Leticia de Castro Braga Mariane Motta de Campos	2017	Anais Intercom
Crise política, impeachment e eleições municipais 2016: a cobertura do portal da Folha de S. Paulo	Eliane Grazielle Estevão	2017	Anais Intercom
Democracia e crise institucional: análise da propaganda partidária gratuita (ppg) do partido dos trabalhadores (PT)	Thamiris Franco Martins Vinicius Borges	2017	Anais Intercom
Eleições 2016 no Facebook: uma análise dos perfis de	Edna Miola	2017	Anais Intercom

uso do site de rede social nas campanhas a prefeito de Curitiba-PR	Nayane Pantoja Cardoso Camila Raphaela Peres Mancio		
Mulher, política e comunicação: estudo sobre a imagem pública de Manuela D'ávila	Lisiane Corcine Fialho Perfeito	2016	Anais Intercom
Crise política e o fim de uma aliança: análise das propagandas partidárias do PT e PMDB em 2015 e 2016	Vinícius Borges Gomes Luiz Ademir de Oliveira	2016	Anais Intercom
Os impactos das novas tecnologias na comunicação partidária: novos formatos, conteúdos e estratégias	Nelson Toledo Ferreira	2015	Anais Intercom

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Como a pesquisa no acervo de bibliotecas das principais universidades brasileiras com programas de pós-graduação consolidados nas áreas de Comunicação, em especial nas teses e dissertações das linhas de pesquisa com foco em relações públicas e/ou comunicação organizacional, também foi recentemente atualizada por Oliveira (2024) no que se refere ao tema riscos e crises, entendemos que a nossa busca deveria investir na relação desses termos com a comunicação política. Nesse sentido, também fizemos o movimento de acrescentar as palavras-chave *escândalo*, *comunicação política* e *redes sociais* nos filtros de busca dos acervos da PUCRS, UFRGS, UFSM, USP, PUC/MG, UFMG, UFRJ e UFF para entender se e de que forma as crises que envolvem atores políticos estão sendo investigadas no ambiente acadêmico (Quadro 4).

Quadro 4 – Teses e dissertações encontradas nos acervos das universidades

Título	Autor	PPG	Tipo	Ano	Resumo
Os “Memes do MBL” e a Vinculação de Públicos Afetivos em Rede durante o Impeachment de Dilma Rousseff	Allan Carlos dos Santos	UFRJ Comunicação	Dissertação	2019	Análise da comunicação política através dos memes do Movimento Brasil Livre (MBL) durante o impeachment de Dilma Rousseff.
Polarização, fragmentação, desinformação e intolerância: dinâmicas problemáticas para a esfera pública nas discussões políticas no Twitter	Felipe Bonow Soares	UFRGS Comunicação	Tese	2020	Análise das dinâmicas problemáticas para a esfera pública nas discussões políticas no Twitter.
O uso político das redes sociais e seus impactos na política externa: o caso das fake news no Brasil	Eduarda Sarmento Stephanou	UFRGS Economia/RI	Tese	2021	Estudo sobre o impacto das fake news na política externa brasileira.
Novos usos da internet e a prática política: representação e atividade parlamentar na era da comunicação política digital	Nara Sarmanho Cunha	USP Ciência Política	Dissertação	2023	Estudo sobre como novas tecnologias de comunicação e redes sociais agregam valor aos trabalhos parlamentares e à representação política.
Caracterização em larga escala e a longo prazo de comunicações	Lucas Santos de Oliveira	UFMG Ciências da Computação	Tese	2023	Caracterização em larga escala e a longo prazo de comunicações

políticas nas mídias sociais					políticas nas mídias sociais.
Fake news na América Latina: processos eleitorais no Brasil e Bolívia (2018 e 2019)	Lydia Abud Lopes	USP Integração da América Latina	Dissertação	2024	Análise do impacto das fake news nas eleições do Brasil e Bolívia.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Esse estado da arte reafirmou a limitação de produção no Brasil já apontada por Nunes e Oliveira (2021). Da mesma forma que o tema ainda é escasso em um contexto mais geral de risco, crise e comunicação, quando nos aproximamos dos focos desta pesquisa, tornamos a encontrar a escassez de estudos sobre as crises da política na perspectiva da comunicação organizacional, ou seja, não por um viés jornalístico, mas pelo da gestão dessas crises, no sentido de investigar aspectos e elementos que fazem com que elas ocorram ou não.

Entretanto as produções encontradas nos apontam alguns aspectos relevantes, como a presença da preocupação com a polarização política e as *fake news*, que descredibilizam o sistema democrático em diversos campos do conhecimento. Contudo não encontramos nenhum estudo que se aproxime da perspectiva que propomos nesta investigação.

Defendendo que os escândalos são reações de indignação diante de situações percebidas como uma violação da confiança social depositada em uma pessoa, Cabás (2011) também critica o fato de que a maioria das abordagens ao tema se concentra no processo de divulgação pública, resultados ou conclusão e não em sua gênese. Nas palavras do autor, os estudos ainda estão mais focados na forma como se resolve a “ferida aberta pelo conhecimento público daquela lacuna moral entre a infração do ator e as normas do consenso moral, limitadas a um determinado tempo e espaço” (Cabás, 2011, p. 4). Porém uma década depois dessa realidade apontada pelo autor, já é possível encontrar estudos mais avançados quando olhamos para o ambiente científico internacional.

Foi o que percebemos quando, considerando que o tema desta pesquisa é um fenômeno que não se limita ao cenário político brasileiro, entendemos que seria relevante traçar também um breve panorama do estágio atual da pesquisa no universo

científico internacional. Para tanto, pesquisamos na base de dados Scopus os trabalhos contendo as palavras-chave *political communication* e *scandal* publicados nos últimos cinco anos. O objetivo dessa primeira busca foi abranger o maior número possível de produções relacionadas à temática para posteriormente filtrar pelos termos relacionados diretamente ao assunto abordado nesta dissertação. Como resultado, foram indexadas 90 publicações.

A partir delas, por meio de filtros oferecidos pela própria plataforma, selecionamos as áreas e termos com possível aderência à nossa pesquisa, refinando a busca em: (1) área de estudo: limitando a ciências sociais, artes e humanidades e psicologia; (2) palavra-chave: *political communication*; *social media*; *political scandal*; *scandal*; *political scandals*; *democracy*; *crisis communication*; *social networks*; *social networking (online)*; *reputation management*; *repositioning of political power*; *image repair theory*; *performative politics*; *language of scandal*; *government communication*; *electoral accountability*; *election campaigns*; *digital societies*; e *crisis communications*. Esse refinamento resultou em 36 publicações.

Na sequência, com o auxílio da ferramenta de inteligência artificial SciSpace, do ChatGPT, organizamos as publicações encontradas em um quadro para analisá-las. A leitura dos resumos permitiu uma nova seleção dos trabalhos que mais dialogam com a nossa pesquisa (Quadro 5), e, assim, chegamos ao número de 22 publicações.

Quadro 5 – Publicações internacionais dos últimos cinco anos indexadas no Scopus

Título	Ano	Autores	Tipo	País	Local de publicação	Resumo
Scandal in Filipino Pop-Cyberculture	2020	Mangahas, M. F.	Capítulo de livro	Filipinas	Cultural Cyborgs: Life at the Interface	Explora a produção e a circulação de escândalos nas Filipinas, destacando a popularidade de vídeos virais.
Between politics and show business: Public discourse on social media regarding Ksenia Sobchak	2020	Kulchitskaya D. Y.; Folts, A.O.	Artigo	Rússia	Monitoring Obshchestvennogo Mneniya	Analisa os discursos públicos sobre Ksenia Sobchak nas redes sociais e seu impacto político.
Governing digital societies: Private platforms, public values	2020	van Dijck, J.	Artigo	Países Baixos	Computer Law and Security Review	Explora os desafios da governança digital em sociedades dominadas por plataformas privadas.

Crisis communication and the political scandal	2020	Johansson, B.; Vigsø, O.	Capítulo de livro	Suécia	Crisis Communication	Examina a relação entre comunicação de crise e escândalos políticos.
Disinformation, social media, bots, and astroturfing: the fourth wave of digital democracy	2021	García-Orosa, B.	Artigo	Espanha	Profesional de la Informacion	Reflete sobre o impacto da desinformação e redes sociais na democracia digital.
Socio-Mediated Scandals: Theorizing Political Scandals in a Digital Media Environment	2021	Zulli, D.	Artigo	EUA	Communication Theory	Desenvolve uma estrutura teórica para estudar escândalos políticos na era digital.
Men and women defending themselves from political scandals	2021	Cucchi S.; Graziani A. R.; Guidetti, M.; Cavazza, N.	Artigo	Itália	International Review of Social Psychology	Investiga como estereótipos de gênero afetam a percepção de políticos após escândalos.
How to Manage Public Condemnation: Political Scandals in Russia	2022	Lukyanova G.; Solovev A.	Artigo	Rússia	International Journal of Communication	Identifica estratégias de gestão de escândalos políticos na Rússia.
Scandology 3: Scandals in New Media	2022	Haller, A.; Michael, H.; Seeber, L.	Livro	Alemanha	Scandology 3	Examina os escândalos mediados e o impacto das novas mídias na sociedade.
Reputation Management as an Applied Communication Technology	2022	Bykov, I.A.; Akhmedova, J. D.	Artigo	Rússia	Proceedings of the 2022 Communication Strategies	Estuda as vantagens da gestão de reputação na sociedade digital.
Meming up the scandals: internet memes as amplifiers of scandals	2023	Bebić D.; Dolinar D.; Boko A.	Artigo	Croácia	Medijske Studije	Investiga o papel amplificador dos memes em escândalos políticos.
Scandology 4: Political scandals in the age of populism	2023	Haller, A.; Michael, H.	Livro	Alemanha	Scandology 4	Analisa como populismo e polarização moldam escândalos políticos.
The psychological focus of White House press secretaries during scandal	2023	Ely, M.; Markowitz, D. M.	Artigo	EUA	Psychology of Language and Communication	Estuda como secretários de imprensa ajustam sua linguagem durante escândalos.

Digital transparency and political communication	2023	Campos-Domínguez, E.; Díez-Garrido, M.	Artigo	Espanha	Profesional de la Informacion	Revisa o conceito de transparência digital após o escândalo Cambridge Analytica.
They Do Not Want to Be a Burden to Their Party: Political Communication in Croatia	2023	Lalić, D.; Galić, M.; Culifaj, A.	Artigo	Croácia	Medijska Istrazivanja	Examina a comunicação política na Croácia em relação a escândalos de corrupção.
Testing Partisan Elaborative Responses to Political Campaign Image Repair Strategies	2024	Bramlett, J.C.; Jennings, F.J.; Quick, M.; Gillespie, B.	Artigo	EUA	Journal of Public Relations Research	Avalia estratégias de reparação de imagem em campanhas políticas.
Why Politicians Won't Apologize: Communication Effects in the Aftermath of Sex Scandals	2024	Hamrak, B.; Simonovits, G.; Rusnak, A.; Szucs, F.	Artigo	Hungria	British Journal of Political Science	Examina estratégias de comunicação após escândalos sexuais.
Atoning vs. evading when caught transgressing	2024	Clementson, D.E.; Zhao, W.; Beatty, M.J.	Artigo	EUA	Human Communication Research	Investiga estratégias de resposta a escândalos políticos.
Equilibrium communication in political scandals	2024	Hamrak, B.; Simonovits, G.; Szucs, F.	Artigo	Hungria	European Journal of Political Economy	Modelo formal de comunicação durante escândalos políticos.
Media, politics, and scandal: public scandal as preparation for war	2024	Kress, B.	Artigo	Canadá	Canadian Slavonic Papers	Explora a linguagem de escândalos na política e sua relação com discursos agressivos.
On the Defensive: Identity, Language, and Partisan Reactions to Political Scandal	2024	Ekstrom, P.D.; Gonzales, M.H.; Williams, A.L.	Artigo	EUA	Personality and Social Psychology Bulletin	Investiga reações partidárias a escândalos políticos.
The Art of Self-Criticism: How Autocrats Propagate Their Own Political Scandals	2024	Chang, C.	Artigo	China	Political Communication	Examina como regimes autoritários propagam seus próprios escândalos.

Fonte: elaborado pela autora (2024) com apoio do ChatGPT para a sistematização dos resultados obtidos em formato de tabela

Nos chamou atenção o quanto a pesquisa sobre temas relacionados a escândalos políticos está sendo desenvolvida e atualizada no exterior. A busca indexou publicações das Filipinas, Rússia, Países Baixos, Suécia, Espanha, EUA, Itália, Alemanha, Croácia, Hungria, Canadá e China. Por outro lado, ao menos nessa base de dados, não encontramos produções recentes sobre a temática na América Latina.

Entre as produções encontradas, destacamos dois livros acadêmicos sobre o tema em um curto espaço de tempo — *Scandology 3: Scandals in New Media*, de 2022, e *Scandology 4: Political scandals in the age of populism, partisanship, and polarization*, de 2023 —, ambos organizados pelos pesquisadores André Haller e Hendrik Michael, reunindo artigos de estudiosos de diversos países sobre os mais atuais fenômenos relacionados aos escândalos políticos, dos impactos das novas mídias até a polarização. O próprio título dos volumes — *Scandology* — denota não só um campo científico organizado, bem estabelecido e produtivo, mas também interdisciplinar.

Outro aspecto interessante observado na leitura dos resumos é a diversidade de perspectivas abordadas nos estudos, muitas delas fornecendo aspectos teóricos muito aderentes ao nosso tema de pesquisa. Por fim, percebemos que, ao contrário do que ocorre no Brasil, no exterior, existem pesquisas mais consistentes sobre as crises da política pela perspectiva da comunicação organizacional e da gestão de crises.

A partir dos levantamentos realizados para estabelecer o estado da arte, reforçamos a percepção sobre a relevância de desenvolver esta pesquisa, buscando refletir pelo viés da comunicação organizacional sobre riscos e crises que os atores políticos estão sujeitos no ambiente midiático digital e como esse cenário se relaciona com as crises no contexto da democracia. Assim, iniciaremos, então, o percurso da pesquisa, buscando situar a nossa temática no atual momento da sociedade.

3 ESFERA PÚBLICA EM METAMORFOSE: CENÁRIO SOCIAL E POLÍTICO

Reconhecemos que a sociedade vivencia uma metamorfose (Beck, 2018), na qual o ambiente midiático digital se consolida como uma nova esfera pública (Habermas, 2023). Nesse cenário, as relações e as disputas de poder se dão por meio da comunicação e da personalização excessiva da política (Castells, 2021), que emergem do imperativo da visibilidade midiática (Trivinho, 2011), aspectos que contribuem para a deslegitimação da representação política e, em última instância, para a crise na/da democracia. Nesse sentido, dedicamos este capítulo à fundamentação teórica de cada uma dessas camadas, a fim de delinear os aspectos sociais e humanos envolvidos nesta investigação.

3.1 SOCIEDADE, POLÍTICA E DEMOCRACIA EM TRANSFORMAÇÃO

Considerando o princípio hologramático de que as partes estão no todo e o todo nas partes (Morin, 2011), e que a confiança política é mediada pelo contexto cultural e ideológico no qual os escândalos ocorrem (Castells, 2021), não podemos pensar as crises protagonizadas pelos atores políticos no ambiente midiático digital de forma isolada, sem refletir de uma maneira geral sobre o cenário e o contexto social dos quais eles fazem parte. Nesse sentido, analisar as características da sociedade contemporânea no contexto da democracia também nos parece necessário.

Com Beck (2018), reconhecemos que a sociedade vive tempos de metamorfose, que desloca nossas formas de estar e ver o mundo “para eventos e processos não intencionais, que em geral passam despercebidos, que prevalecem além dos domínios da política e da democracia como efeitos colaterais da modernização técnica e econômica radical” (Beck, 2018, p. 11).

Nessa era dos efeitos colaterais (Beck, 2018), “nossas vidas titubeiam no turbilhão de múltiplas crises” (Castells, 2018, p. 5), especialmente evidenciadas pela profunda ruptura do vínculo subjetivo entre aquilo que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegem e remuneram — políticos, governos e governados. Para o teórico da sociedade em rede, esse é o principal combustível da crise da legitimidade política e da própria democracia (Castells, 2018).

[...] na realidade, a democracia se constrói em torno das relações de poder social que a fundaram e vai se adaptando à evolução dessas relações, mas privilegiando o poder que já está cristalizado nas instituições. Por isso não se pode afirmar que ela é representativa, a menos que os cidadãos pensem que estão sendo representados. Porque a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas (Castells, 2018, p. 8).

De maneira geral, as pessoas não confiam mais na capacidade dos políticos e dos governos de cuidarem delas e resolver seus problemas, o que caracteriza uma “crise de agência” (Bauman; Bordoni, 2016, p. 34). Logo, os atores políticos não são mais percebidos como representantes do povo, mas como servidores de um sistema que se tornou autorreferencial (Han, 2018).

Desde o início deste século, essa perda de credibilidade e poder dos políticos já era sinalizada por Bauman (2000) como “circunstância simultaneamente responsável por uma crescente apatia política, um progressivo desinteresse do eleitorado por tudo que tenha caráter ‘político’, à exceção dos saborosos escândalos encenados pelas elites à luz dos refletores, e a queda da expectativa numa possível salvação gerada pelo governo, sejam quais forem seus atuais ou futuros ocupantes” (Bauman, 2000, p. 27).

Atualizando sua própria teoria, Habermas (2023) credita esse enfraquecimento da democracia ao que chama de nova mudança estrutural da esfera pública, que ocorreu a partir do desenvolvimento da internet e das mídias sociais e provocou uma profunda regressão política na sociedade.

Se essa mudança também afeta a qualidade deliberativa do debate público, é uma questão em aberto. Como mostram as pesquisas relevantes sobre ciência da comunicação, ciência política e sociologia das eleições – especialmente os estudos sobre a participação dos eleitores e *public ignorance* –, os valores para essas duas dimensões da comunicação pública já eram pouco satisfatórios; mas eram valores para situações democráticas aquém dos fenômenos de crise que ameaçam a estabilidade (Habermas, 2023, p. 56).

Considerando a “função que a esfera pública cumpre para salvaguardar a existência da comunidade democrática” (Habermas, 2023, p. 28) — e fazendo referência ao seu próprio conceito de esfera pública como uma arena de debate público em que os assuntos de interesse geral possam ser discutidos e deliberados —, o sociólogo alemão não vislumbra muitos avanços. Em especial, considera que o deslocamento e as mudanças no padrão da comunicação pública não qualificaram a percepção dos cidadãos sobre a esfera política no ambiente midiático digital. Para o teórico, as mudanças tecnológicas que se apresentam e atualizam em alta velocidade

— principalmente nas formas de interação na esfera pública, que se transferem para o ambiente midiático digital — agravaram o distanciamento entre a sociedade e os atores políticos (Habermas, 2023). Constatação que se torna evidente com a ideia de que, hoje, “na prática, só existe a política que se manifesta no mundo midiático multimodal que se configurou nas duas últimas décadas” (Castells, 2018, p. 19).

Na perspectiva de Beck (2018), a comunicação digital configurou novas paisagens de comunicação em que a sociedade de risco mundial⁶ é responsável por uma importante dinâmica estrutural pela qual os riscos globais criam formas de “comunidades”. Esses riscos globais são invisíveis por si só, explica Beck (2018), mas por meio das imagens globalmente midiaticizadas se materializam e adquirem o poder de mudar a sociedade e a política.

Essa nova esfera pública estruturada pelas mídias sociais, para Habermas (2023), mudou radicalmente o padrão de comunicação porque permite, em princípio, que todos aqueles que utilizam essas mídias sejam autores independentes de conteúdos com igualdade de direitos, o que não era possível somente com a mídia tradicional. “A nova mídia difere da mídia tradicional na medida em que as empresas digitais usam essa tecnologia para oferecer aos potenciais usuários possibilidades ilimitadas de rede digital como se fossem quadros em branco para apresentarem seu próprio conteúdo comunicativo” (Habermas, 2023, p. 59). Esse movimento que desintermedia a comunicação, para Castells (2021), é o que nos leva de uma comunicação de massa para uma autocomunicação das massas.

Para Beck (2018), esse entrelaçamento entre o velho e o novo reforça o fato de que a mídia digital se tornou parte da vida cotidiana.

O modelo clássico de meio de comunicação de massa é o antigo teatro. Há um palco em frente ao qual a plateia se reúne. Isso estabelece uma distinção entre o papel ativo do falante e o papel passivo da plateia. Essa distinção não é mais válida para a comunicação digital. Todo mundo é “falante” e “plateia” ao mesmo tempo. Mesmo que o consumo de meios de comunicação de massa permaneça alto ou aumente, a metamorfose do mundo ocorre atrás dessa suposta estabilidade simplesmente porque não há mais distinção entre on-line e off-line (Beck, 2018, p. 178).

⁶ Beck (2011) conceitua sociedade de risco expressa como a característica de uma sociedade imersa na acumulação de riscos ecológicos, financeiros, militares, terroristas, bioquímicos e informacionais onipresentes na modernidade. “A sociedade de risco também é, nesse sentido, dada a possibilidade, uma sociedade autocrítica. Nela, são sempre coproduzidos pontos de referência e premissas da crítica sob a forma de riscos e ameaças. A crítica do risco não é uma crítica normativa de valores. Os riscos surgem justamente quando tradições e, conseqüentemente, valores são decompostos” (Beck, 2011, p. 268).

Assim, há uma “desmediatização generalizada” (Han, 2018, p. 37) vigente nesse espaço onde todos produzem e compartilham informação que pressiona a sociedade — e consequentemente a política — a uma presença constante. Algo que também sufoca o planejamento e o tempo de maturação das pautas a serem debatidas, ameaçando ainda mais a democracia representativa.

A noção de males públicos proposta por Beck (2018) nos ajuda nesse estudo da “complexa e intrincada arquitetura da metamorfose do mundo da mídia, comunicação e públicos” (Beck, 2018, p. 179). A ideia de males públicos reconhece que a comunicação global e a arena pública global constituem os riscos globais para a sociedade.

Todo esse cenário que converge para a crise da política e da democracia pode ser encarado pela perspectiva desse risco digital (Beck, 2018), como o elemento que produz um abismo entre expectativas e problemas percebidos e as ações das instituições políticas. “As instituições existentes poderiam funcionar perfeitamente no antigo quadro de referência. No entanto, no novo quadro de referência elas fracassam. Por isso, uma característica essencial da metamorfose é que as instituições simultaneamente funcionam e fracassam” (Beck, 2018, p. 184).

Ainda sobre essa temática, o autor faz uma enfática e relevante diferenciação entre o que considera revolução digital e metamorfose digital. Segundo Beck (2018), a revolução digital descreve uma mudança social sobretudo tecnologicamente determinada, que capta o crescente grau de interconectividade e intercâmbio global, ou seja, “a noção de revolução sugere que a mudança é intencional, linear e progressiva. Como tal, ela se aproxima de uma ideologia segundo a qual desenvolvimento significa ter uma conexão de internet” (Beck, 2018, p. 190).

Na contramão da distinção entre *on-line* e *off-line*, que caracteriza a revolução digital, a noção de metamorfose digital tem a ver com efeitos colaterais não intencionais e/ou invisíveis que criam sujeitos metamorfoseados. Ela se dá no “entrelaçamento essencial do *on-line* e do *off-line*. Com seres humanos digitais, cuja existência metamorfoseada questiona categorias tradicionais, como status, identidade social, coletividade e individualização” (Beck, 2018, p. 190).

De um viés mais pessimista, Han (2018) acredita que “arrastamo-nos atrás da mídia digital, que, aquém da decisão consciente, transforma decisivamente nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto” (Han, 2018, p. 10). No entendimento do autor, somos todos

desprogramados por essa nova mídia (o ambiente midiático digital), e isso provoca uma mudança de paradigma que ainda não somos capazes de compreender. Vestígios dessa ideia de dependência do ser humano também já tinham sido observados por Arendt (2020, p. 11) quando afirmou que “os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência”.

Essa mudança de comportamentos reforça a perspectiva de Beck (2018) de que a sociedade experimenta uma metamorfose digital mais relacionada com a metamorfose dos modos de existência, na qual a proximidade social se desconecta da proximidade geográfica, a distinção entre ficção e realidade se apaga e os “modos de (in)controlabilidade pelo Estado-nação, junto com a contradição de ser incontrolável e controlável ao mesmo tempo, começam a aparecer” (Beck, 2018, p. 193).

Para Habermas (2023), esse novo padrão de comunicação resultou em dois efeitos notáveis para a mudança estrutural da esfera pública: o autoempoderamento dos usuários de mídia e o preço que todos pagamos por eles serem liberados da tutela editorial da mídia antiga enquanto não aprendem a lidar com essa nova mídia. “Assim como a impressão do livro transformou todos em potenciais leitores, a digitalização hoje transforma todos em potenciais autores. Mas quanto tempo levou para todos aprenderem a ler?” (Habermas, 2023, p. 61).

Como decorrência dessa dinâmica, Beck (2018) aponta um mundo individualizado e fragmentado. “A individualização é o processo pelo qual a unidade básica da ação social e política não é mais um agregado ou identidade coletiva, mas torna-se restrita a pessoas individuais — o paradigma se desloca de ‘nós’ para ‘eu’” (Beck, 2018, p. 180).

Essa individualização, para Bauman (2001), é o que corrói e desintegra lentamente a cidadania e a política. Citando Toqueville, que preconizou que o indivíduo é o maior inimigo do cidadão, Bauman (2001) reforça que essa individualização prejudica a cidadania porque os cuidados e as preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos monopolizam o espaço público como se fossem seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público. “O ‘público’ é colonizado pelo ‘privado’; o ‘interesse público’ é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados (quanto mais

íntimos, melhor). As ‘questões públicas’ que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis” (Bauman, 2001, p. 51).

Habermas (2023) destaca que desde a formação das “sociedades midiáticas” nada mudou essencialmente na base social dessa separação entre a esfera pública e as esferas privadas da vida. No entanto o aumento expressivo do uso exclusivo da mídia social pode ter sido o fator que alterou a percepção da esfera pública em parcelas da população, apagando a distinção seletiva entre *público* e *privado* e, com isso, o senso inclusivo da esfera pública. “Na literatura sobre estudos de comunicação, há observações crescentes de uma tendência de virar as costas à percepção tradicional da esfera pública política e da própria política” (Habermas, 2023, p. 75).

No início do século XXI, Bauman (2001) já observava indícios de uma redefinição da esfera pública para um palco da individualização em que dramas privados são encenados, publicamente expostos e assistidos. Para o autor, a sociedade passou a perceber os problemas privados de figuras públicas como questões públicas, situação que corrobora “o desaparecimento da política como a conhecemos — da Política com P maiúsculo, a atividade encarregada de traduzir problemas privados em questões públicas — e vice-versa” (Bauman, 2001, p. 91).

A tradicional questão da política democrática – quão útil ou prejudicial para o bem-estar de seus súditos/eleitores é o modo como as figuras públicas exercitam seus deveres públicos – foi pelo ralo, sinalizando para que o interesse público na boa sociedade, na justiça pública ou na responsabilidade coletiva pelo bem-estar individual siga no caminho do esquecimento (Bauman, 2001, p. 91).

A individuação também foi apontada por Castells (2021) como uma das grandes mudanças socioculturais provocadas pelo novo paradigma centrado no ambiente midiático digital. Para ele, a ascensão da sociedade eu-centrada comprova o declínio das formas tradicionais de comunidade, delimitadas em termos de espaço, trabalho, família e atribuição em geral. No entanto “há uma mudança no sentido da reconstrução das relações sociais, incluindo laços culturais e pessoais fortes que poderiam ser considerados uma forma de comunidade, fundada nos interesses, valores e projetos individuais” (Castells, 2021, p. 37).

Dáí surge o conceito de autocomunicação de massas (Castells, 2021), pelo qual o teórico reconhece a autonomia de qualquer internauta na emissão e na seleção da recepção de mensagens, e na organização e total interatividade no ambiente midiático digital.

Esse cenário da plataformização da esfera pública, conforme Habermas (2023), não tem contribuído positivamente para o incremento da qualidade discursiva das deliberações nessa esfera pública estruturada pelo avanço tecnológico. Ao contrário, “essa grande promessa emancipatória é hoje abafada, ao menos parcialmente, pelos ruídos selvagens em câmaras de eco fragmentadas e que giram em torno de si mesmas” (Habermas, 2023, p. 61).

Entre os efeitos emergentes, está o processo de personalização excessiva, em que a exposição pública do privado, o culto e a publicidade da própria imagem atingem seu ápice na política (Castells, 2021). Refletindo sobre o imperativo da visibilidade midiática, Trivinho (2011, p. 114) já chamava atenção para o fato de que a “evidência da existência à sua condicionante mediática encerra o ethos de toda a civilização contemporânea”.

[...] é preciso fazer-se presente para a alteridade (individual, grupal ou massificada), independentemente de ela conceder ou não a atenção requerida; [...] (super) expor-se ou tornar-se visível, não na acepção reducionista do fazer-se apropriável unicamente pelo olhar, mas na de existir de alguma forma (como simulacro) perante o conjunto dos sentidos perceptuais da alteridade (Trivinho, 2011, p. 114).

Para Trivinho (2011), a visibilidade midiática atua como um macrocorredor comunicacional que promove a (super)exposição, a circularidade e a reciclagem de signos em tempo real de pessoas, grupos, governos, empresas, marcas e mercadorias. Esse espaço de visibilidade se organiza em três dimensões principais: (1) cena pública massificada: os meios tradicionais de comunicação, como jornais, revistas, cinema, rádio e televisão; (2) cena pública interativa: que são os *sites*, *chats*, *blogs*, *fotologs* e redes sociais, nos quais a comunicação é descentralizada e favorece a participação ativa dos usuários; (3) cena pública híbrida: na qual plataformas combinam características dos meios tradicionais e digitais, como *webradio*, *webTV* e *YouTube*.

Ainda conforme esse autor, a adesão a esse imperativo da visibilidade midiática induz o sujeito ao flerte permanente com o desejo de ser o centro do cenário e atrair para si o foco “para prevalecer como eixo da percepção ou atenção por parte de alguma audiência” (Trivinho, 2011, p. 115).

A assunção do imperativo da presença espectral conduz o sujeito a torcer a circulação do simbólico e do imaginário mediáticos correntes, a (tentar) entretecê-los nessa aspiração projetiva no reino reciclável das abstrações espectrais, para fazê-los passar necessariamente pela encenação do si-próprio e dos pertences e interesses conexos (Trivinho, 2011, p. 115).

Esse é o fenômeno da “performance de si”, no qual “cada usuário faz uma cuidadosa curadoria do próprio perfil visando a obter os melhores efeitos na maior audiência possível” (Sibilia, 2016, p. 44). Frente a essa dinâmica, Han (2018, p. 113) questiona “que tipo de política, que tipo de democracia seria pensável hoje, haja vista a esfera pública em desvanecimento, a egoificação e a narcisificação crescentes do ser-humano?”.

Para Castells (2021), talvez seja esse o efeito mais importante da política da mídia sobre o processo político, porque estimula os partidos, os sindicatos, as ONGs e outros atores políticos a se juntarem ao redor de uma pessoa e a apostar apenas em suas chances no mercado da mídia política. E sendo a personalização uma característica-chave da política, é natural que ela ocupe o cerne das crises e dos escândalos políticos que acabam também por enfraquecer a democracia (Castells, 2021).

O desafio de resgatar e manter a credibilidade que se apresenta para a classe política no ambiente digital foi também pontuado por Wolton (2006), ao dizer, inclusive, que nessa tentativa de recuperar um pouco de confiança, “os políticos se sentem tentados por uma lógica mais ‘comunicacional’ que não obrigatoriamente lhes é favorável”, principalmente diante “da pressão midiática e de uma opinião pública que em nome da democracia, se autoriza a julgar tudo, acentuando essa perda de prestígio” (Wolton, 2006, p. 49).

Esteves (2019) considera que, levando em conta os riscos inerentes às suas próprias atividades, para os atores políticos, a linha que separa a glória da catástrofe é mais fina. Sendo assim, ao contrário de um ator no teatro — que pode, por contingência da profissão, representar melhor um ou outro personagem — ao político, isso não é permitido, “[...] pois aos olhos do público, a sua apresentação (atitudes, gestos, etc.) não é uma representação. Qualquer falha significa o descrédito da sua própria pessoa enquanto político” (Esteves, 2019, p. 191). Evidências dessa dinâmica também podem ser percebidas, notadamente, nas situações de crise que resultam dessa lógica comunicacional (Wolton, 2006), que, embora atraente e praticamente impositiva para os atores políticos, não lhes é obrigatoriamente favorável, uma vez

que “[...] nem toda visibilidade é almejada e requerida” (Bruno, 2004, p. 120), e, em grande parte das vezes, é capaz de produzir as condições perfeitas para que as crises ocorram, ao passo em que “transitam entre desejos de visibilidade e de invisibilidade, considerando oportunidades e riscos que as envolvem todo o tempo, de modo recursivo” (Scroferneker *et al.*, 2021, p. 211).

Diante de todo o exposto, podemos compreender que as crises/enfraquecimentos de civismo, recursivamente, são também crises/enfraquecimentos de democracia, logo de complexidade política e social. Assim, a partir da ideia de que a sociedade, a política e a democracia vivenciam uma metamorfose, e dos novos riscos e males que emergem de um cenário social caracterizado pela individualização e pela personalização excessiva, cabe buscarmos compreender mais profundamente como tudo isso se relaciona a partir das transformações provocadas pelo ambiente midiático digital na comunicação política.

3.2 COMUNICAÇÃO POLÍTICA SOB OS HOLOFOTES DA VISIBILIDADE E DA VIGILÂNCIA

Os atores políticos, na medida em que representam o poder, estão sujeitos a três ameaças constantes: “a da verdade, que quebra o quadro de suas aparências; a da suspeita, que os obriga a manifestar sua inocência; e a do desgaste que os obriga a revigorar-se periodicamente” (Balandier, 1982, p. 46). No mesmo sentido, Thompson (2018) enxerga o cenário político como um campo de batalha, no qual os atores utilizam quaisquer canais de mídia à sua disposição para mostrarem-se, manter suas agendas, exercitar o próprio poder simbólico e confrontar o poder simbólico dos outros, buscando manchar a reputação dos outros e defender as suas (Thompson, 2018).

Partindo dessas ideias, refletimos sobre a visibilidade e a vigilância como os aspectos mais evidentes das transformações na comunicação e na atuação política provocadas pelo ambiente midiático digital.

3.2.1 Um palco onde as cortinas nunca se fecham

As transformações tecnológicas provocadas pela ascensão da internet e do ambiente digital como espaços prioritários de mídia reestruturaram profundamente a

esfera pública (Habermas, 2023), e, também, reconfiguraram a ideia de visibilidade (Thompson, 1998) ao dissociarem o acesso aos atores, fatos e acontecimentos políticos da copresença física. Essa *nova visibilidade*, na qual tudo pode ser gravado e transmitido para outras pessoas (Thompson, 2008) agregou benefícios às atividades e pretensões políticas — como alternativa aos meios tradicionais — uma vez que “graças a este novo meio, a política parece ter encontrado uma forma de retomar o contato direto com o eleitorado, evitando assim uma intermediação jornalística que não controla” (Canavilhas, 2009, p. 2).

Há pelo menos duas décadas, os avanços acelerados da tecnologia favorecem a constatação de novas crises nas ambiências digitais, aponta Andrade (2020), na medida em que tornaram possíveis de registro, compartilhamento e ampla repercussão, flagrantes, transgressões, erros, falhas, que antes poderiam passar despercebidas por não saírem dos limites de um espaço físico compartilhado. Para Esteves (2019), esse é um processo tecnológico poderoso, que continua em marcha atualmente e sem final previsto, e que vai deixando em desuso e/ou esquecimento os espaços mais convencionais de comunicação que antes estavam associados às oportunidades concretas de encontros sociais.

A sociedade articulada em redes proposta por Castells (2002), que produz conteúdo e interage de diferentes formas no ambiente tecnológico, trouxe benefícios à visibilidade das atividades políticas e dos serviços públicos, mas também ampliou os riscos. Thompson (2018) entende que a partir do momento em que a política passou a operar dentro dessas novas formas de interação e visibilidade, inaugurou também uma etapa de novas fragilidades para os atores políticos, que chama de “riscos ocupacionais na era da visibilidade mediada” (Thompson, 2018, p. 41).

Um outro lado dessa dinâmica daquilo que não se consegue mais esconder no ambiente midiático digital também pode ser observado pela perspectiva da invisibilidade apresentada por Silva (2018). O autor defende que a visibilidade nem sempre se constitui como um pódio, um lugar desejado, e mesmo em um contexto de ascensão da imagem e da espetacularização, “a orquestração da visibilidade, o controle sobre ela, pode ser um desejo nas nossas sociedades” (Silva, 2018, p. 47). Nesse sentido, para o autor, quaisquer tentativas de direcionar, restringir ou controlar a visibilidade precisam levar em conta a maior possibilidade de vigilância por parte dos públicos a respeito daquilo que é relevante de ser conhecido, tanto por padrões éticos e morais quanto por diretrizes legais.

Logo, ao mesmo tempo em que precisam se expor no ambiente midiático para serem vistos, conquistar e manter o poder, é muito difícil para os atores políticos controlarem os rumos dessas informações, para o bem e para o mal.

[...] há sempre o risco de algo dito ou feito no passado, ou em ambientes considerados como regiões periféricas ou espaços privados, seja lembrado e inserido nas regiões frontais da interação mediada de maneiras e em momentos que podem perturbar, comprometer ou minar a autoimagem que se deseja projetar (Thompson, 2018, p. 41).

A visão de Thompson (2018), de certa forma, reposiciona para o ambiente midiático a ideia de regiões de representação proposta por Goffman (1985). Definindo uma região como “qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção” (Goffman, 1985, p. 101), o autor delinea como *região de fachada* o lugar onde a representação é executada por um indivíduo. Goffman (1985) explica que, nessa região, a representação pode ser vista como um esforço do indivíduo para manter a aparência de sua atividade, conservando *padrões de polidez* (que seriam a maneira pela qual o ator trata a plateia enquanto está empenhado em interagir com ela, pela fala e/ou gestual); e *padrões de decoro* (o modo como o ator se comporta enquanto está ao alcance visual ou auditivo da plateia, mas não necessariamente focado em conversar com ela). A *região de fundo* ou *dos bastidores* é, para Goffman (1985), a região dos fatos suprimidos, geralmente localizada em um ponto oposto, “[...] onde se fabrica laboriosamente a capacidade de uma representação expressar algo além de si mesma e onde as ilusões e impressões são abertamente construídas” (Goffman, 1985, p. 106). Nessa região, o ator espera que nenhum público adentre, visando proteger os segredos fundamentais do espetáculo.

Aqui é possível tensionar a teoria de Goffman (1985) em relação ao que ocorre no ambiente midiático digital com o apoio de Thompson (2018) pelo fato de que, dada a natureza da internet, é muito mais difícil controlar o fluxo de conteúdo simbólico dentro dela e, dessa forma, assegurar que as imagens disponíveis aos indivíduos são as que eles gostariam de ver circulando (Thompson, 2018).

O próprio Goffman (1985) reconheceu que nenhuma instituição social pode ser estudada sem que surjam problemas relativos ao controle dos bastidores, confirmando que “embora muitos líderes políticos busquem manejar sua visibilidade, eles não podem controlá-la completamente. A visibilidade mediada pode fugir ao seu comando e, ocasionalmente, trabalhar contra eles próprios” (Thompson, 2018, p. 28).

Essa compulsão pela presença (Han, 2018) que se formata na ambiência digital acaba convertendo todas as pessoas em “personalidades do momento” (Sibilia, 2016, p. 20), resultado da reconfiguração na maneira de as pessoas autoadministrarem suas imagens pessoais em uma esfera pública na qual a visibilidade e a conexão ininterruptas são dois vetores fundamentais “para os modos de ser e estar no mundo mais sintonizados com os ritmos, os prazeres e as exigências da atualidade, pautando as formas de nos relacionarmos conosco, com os outros e com o mundo” (Sibilia, 2016, p. 20).

Conforme Bruno (2004), a ampla variedade de dispositivos eletrônicos de vigilância também facilita a mobilidade que se dá ao monitoramento. Da mesma forma, isso diminui a consciência dos vigiados acerca dessa vigilância e, na maioria das vezes, faz com o que o possível observador nem mesmo seja lembrado ou claramente suposto pelo observado. O fato de a vigilância estar hoje intimamente vinculada à troca de informações, às ações e aos movimentos cotidianos dos indivíduos, juntamente com a “redução” destes às informações que eles produzem e acessam, os tornam quase que continuamente expostos e, muitas vezes, inconscientes desta exposição (Bruno, 2004).

Em uma perspectiva diferente da “desmediatização” apontada por Han (2018), Beiguelman (2021) evoca a Sociedade do Espetáculo de Debord (1997) para lembrar que hoje tudo depende de processos de sociabilidade e autoexposição intermediados por imagens. No entanto a autora contraria a visão do escritor francês destacando que a relação mediatizada já não mais se efetiva pela alienação do sujeito, em favor de uma exterioridade que o representa, mas pela ação do próprio sujeito na sua performatividade nas ambiências digitais. Assim, Beiguelman (2021) conclui que nossa sociedade é menos a dos espetáculos do que a da vigilância, porque a vigilância resulta do espetáculo e vice-versa.

Thompson (2018) retoma o modelo de Foucault⁷ para atualizar as tensões entre a visibilidade e a vigilância em nossas sociedades, e, assim, exemplifica bem o impacto das ambiências digitais na atuação dos atores políticos. Para ele, enquanto o Panóptico foucaultiano torna muitos visíveis para poucos, a mídia faz com que poucos estejam visíveis para muitos. “Graças à mídia, basicamente aqueles que exercem o

⁷ FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison* (trad. Alan Sheridan). Harmondsworth: Penguin, 1977.

poder, mais do que aqueles sobre os quais o poder se aplica, é que estão sujeitos a um novo tipo de visibilidade” (Thompson, 2018, p. 27).

A dinâmica de exposição e visibilidade inaugurada e ampliada pelas ambiências digitais também evidencia a emergência de uma cultura de vigilância sem precedentes (Lyon, 2018), na qual atores políticos se tornam alvos permanentes e/ou preferenciais dos cidadãos pela própria natureza de interesse público das atividades que exercem. Esse julgamento pela opinião pública, que é potencializado nas mídias digitais, segundo Han (2018), ocorre porque elas desconstruíram uma distância (no sentido de respeito) que era constitutiva do espaço público, resultando na sociedade do escândalo e, em um espectro mais amplo, na crise de confiança, representação e legitimidade que os atores políticos enfrentam globalmente.

Para pensar essa vigilância, Lyon (2018) propõe a adoção do conceito de cultura da vigilância como um portal que oferece múltiplos caminhos e abre um significado mais complexo do que os conceitos de estado de vigilância ou sociedade de vigilância abrangem “e, simultaneamente, nos leva para além de simples binários conceituais como poder-participação, in/visibilidade e privado-público” (Lyon, 2018, p. 162).

À medida que uma proporção crescente de nossas relações sociais se torna digitalmente mediada, os sujeitos são envolvidos, não meramente como alvos ou portadores de vigilância, mas como participantes cada vez mais conscientes e ativos. Isso ocorre mais claramente por meio das mídias sociais e do uso da internet em geral e intensificou a adoção cotidiana de uma variedade de mentalidades e práticas de vigilância (Lyon, 2018, p. 159).

O autor estrutura sua ideia de cultura de vigilância em conceitos de imaginários e práticas de vigilância que se referem a entendimentos compartilhados — no sentido de percepções coletivas — sobre certos aspectos de visibilidade na vida cotidiana e em relações sociais, expectativas e compromissos normativos. “Eles fornecem uma capacidade de agir, de se envolver e de legitimar as práticas de vigilância. Por sua vez, as práticas de vigilância ajudam a sustentar imaginários de vigilância e a contribuir para sua reprodução” (Lyon, 2018, p. 161).

A existência dessa cultura de vigilância encontra conexão com o entendimento de Thompson (2008) sobre o ambiente midiático ter se tornado menos controlável, no sentido de que, dada a proliferação das formas mediadas e das redes de comunicação, é muito mais difícil para o ator político encobrir suas atividades,

controlar informações e/ou imagens levadas ao domínio público, ou ainda, prever as consequências dessas aparições e divulgações (Thompson, 2008, p. 36).

Aliando tudo isso ao fato de que a comunicação na ambiência digital não é linear entre emissor e receptor (Santaella; Lemos, 2010) e, assim, “[...] a relação entre o eu e o(s) outro(s) fica rodeada de ambiguidades” (Santaella; Lemos, 2010, p. 83), podemos refletir um pouco mais sobre essas trocas comunicacionais.

A teoria de Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) aponta caminhos interessantes para o estudo das crises protagonizadas pelos atores políticos no ambiente midiático digital. Com base na ideia de circuitos de retroalimentação, que Watzlawick, Beavin e Jackson (1985, p. 28) explicam como sistemas interpessoais nos quais “o comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas”, é possível supor que as crises surgem nesse choque ou desestabilização provocada nos espectadores, pelo que os teóricos chamam de *redundância pragmática do fenômeno comportamental*. Para Watzlawick, Beavin e Jackson (1985), tal como na linguagem, todas as pessoas possuem um repertório de conhecimentos que as habilitam a avaliar, influenciar e prever o comportamento, e as torna muito suscetíveis a incoerências. Assim, “um comportamento que está fora de contexto ou que manifesta certas outras espécies de casualidade ou carência de limitação específica imediatamente nos impressiona como muito mais inadequado do que os meros erros sintáticos semânticos na comunicação” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 32). Como resultado de suas observações, Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) classificaram o que para eles seriam propriedades simples da comunicação que têm implicações interpessoais fundamentais, baseando sua teoria em cinco axiomas que são, para Sousa (2006, p. 91), “um dos contributos mais inovadores da Escola de Palo Alto para a Teoria da Comunicação”. São eles: (1) **a impossibilidade de não comunicar**: no primeiro axioma, Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) estabelecem que qualquer comportamento (palavras, gestual, silêncio, ação) na interação tem valor de mensagem e influencia o interlocutor. Assim, todos nós comunicamos o tempo inteiro, mesmo sem ter intencionalidade, consciência e/ou sucesso na compreensão mútua e, por isso, “não existe um não-comportamento ou, ainda em termos mais simples, um indivíduo não pode não se comportar” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 44); (2) **conteúdo e níveis de relação da comunicação**: Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) sugerem que toda comunicação implica um compromisso e define a relação.

“Isto é outra maneira de dizer que uma comunicação não só transmite informação, mas, ao mesmo tempo, impõe um comportamento” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 47). Sobre esse axioma, Sousa (2006) explica a relação entre o conteúdo (relato) e a relação (ordem) da comunicação em seus dois níveis: o conteúdo (os dados em si) e a relação — aspectos que permitem a interpretação desses dados, como a entoação da voz quando se profere uma frase, que determinam uma conduta no ato comunicativo; (3) **pontuação e sequência de eventos**: neste axioma, os autores se referem à situação de troca de mensagens considerando que a pontuação confere significado à comunicação e organiza os eventos comportamentais, sendo vital para as interações em curso, acrescentando assim “um terceiro axioma metacomunicacional: a natureza de uma relação está na contingência da pontuação das sequências comunicacionais entre os comunicantes” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 54); (4) **comunicação digital e analógica**: Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) estabeleceram que a comunicação envolve dois níveis de interpretação, a digital — que seriam as palavras usadas para denominar as coisas — o que se diz, no caso; e a analógica, aquela que não é verbal, que se dá na forma, no como se disse; “[...] el primer concepto indica una transmisión cuantitativa de información, mientras que en el nivel digital el mensaje es cualitativo” (Gallardo; Figueroba, 2020, p. 4); e (5) **interação simétrica e complementar**: no último axioma, Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) registram que atos comunicativos podem ser descritos como relações baseadas na igualdade ou na diferença, sendo simétricos na medida em que há minimização das diferenças entre os interlocutores, como num debate entre iguais, ou complementares, quando ocorre a maximização dessas diferenças.

A perspectiva contemporânea de Wolton (2023), dialogicamente, retomando o paradigma da complexidade (Morin, 2015), contrapõe e complementa os preceitos de Watzlawick, Beavin e Jackson (1985), ampliando nosso embasamento teórico na medida em que atualiza o conceito de comunicação para o seu sentido de negociação entre os interlocutores.

Ao se debruçar sobre as dificuldades decorrentes da relação com o receptor da informação — a incomunicação —, a teoria de Wolton (2023) já considera as transformações provocadas pela multiconexão tecnológica. Para Wolton (2023), apesar da abundância de possibilidades para a troca de informações, a intercompreensão entre as pessoas não é garantida e “na realidade, o desafio da

comunicação não é a troca de informações, mas a alteridade, a negociação e a convivência” (Wolton, 2023, p. 28).

Nesse sentido, Wolton (2023) tensiona a teoria de Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) na medida em que considera cada vez maiores as dificuldades de comunicação e interpretação das intenções daquilo que se comunica. Conceituando a comunicação a partir de cinco significados diferentes — compartilhamento, transmissão, sedução, negociação e poder —, Wolton afirma que as relações hoje são cada vez mais complexas e “a questão do receptor, assim como a do contexto, nada simplifica [...]. Daí a ideia de que muita informação facilitaria o entendimento mútuo. Mas, se bastasse informar para se comunicar e se entender, tudo estaria resolvido. Nunca houve tanta informação no mundo e nunca tanta incomunicação” (Wolton, 2023, p. 23).

Logo, partindo do princípio dialógico de Morin (2011), que possibilita a integração de ideias que podem ser complementares, concorrentes ou antagônicas, acreditamos ser possível convergir a teoria proposta por Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) de que tudo comunica com a ocorrência da incomunicação, na medida em que a própria incompreensão que decorre da velocidade ou do excesso de informação a ser interpretada pelo receptor já é uma consequência de um ato comunicativo. E justamente porque o comportamento emite informações a serem interpretadas pelo outro que a comunicação ocorre como uma negociação preconizada por Wolton (2023). Apresentamos uma síntese das convergências e divergências entre as duas teorias que para nós justificam sua aplicabilidade conjunta no Quadro 6.

Quadro 6 – Relação dialógica entre a Teoria da Pragmática da Comunicação e a Teoria da Incomunicação

Divergências x Convergências	
A Pragmática foca em como os comportamentos interpessoais criam mensagens, enquanto a Incomunicação aborda a falha na interpretação devido ao excesso.	Ambas reconhecem que a comunicação vai além da troca explícita de palavras, envolvendo interpretações do comportamento.
A Pragmática enfatiza a pragmática do comportamento, enquanto a Incomunicação destaca as barreiras causadas pela tecnologia e pela multiconexão.	A comunicação envolve interações dinâmicas e depende da capacidade de interpretar sinais dentro de um contexto.

A Pragmática atribui rupturas a inadequações comportamentais; a Incomunicação as associa ao excesso de informação e falta de negociação.	Ambas identificam a desconexão como resultado de falhas no alinhamento entre a mensagem enviada e a mensagem recebida.
A Pragmática busca coerência no comportamento; a Incomunicação foca a capacidade de negociar significados em contextos de alta complexidade.	A solução requer esforço ativo para melhorar a interação e a interpretação dos sinais.
A Pragmática analisa a comunicação em sistemas interpessoais; a Incomunicação inclui os efeitos do ambiente digital no fenômeno comunicativo.	Reconhecimento de que os desafios de comunicação são agravados por fatores externos.
A Pragmática é mais relevante em interações presenciais, enquanto a Incomunicação é essencial para compreender as dinâmicas digitais.	Ambas as teorias podem ser aplicadas para analisar crises de comunicação em qualquer tipo de interação social.

Fonte: elaborado pela autora (2024) com apoio do ChatGPT para sistematização do quadro⁸

A relação dialógica entre as duas teorias nos ajuda a enxergar com mais clareza esse contexto no qual “as relações de poder podem alterar-se rápida e dramaticamente, tomando caminhos imprevisíveis” (Thompson, 2008, p. 20), vigente no ambiente midiático digital. Afinal, à medida em que criaram possibilidades para que os líderes políticos apareçam diante dos cidadãos, de uma maneira e em uma escala nunca existente, as mídias comunicacionais também potencializaram suas capacidades carismáticas ou demagógicas (Weber, 2020) como riscos reputacionais, ao serem utilizadas não apenas para promovê-los e celebrá-los, mas também para atacá-los e denunciá-los (Thompson, 2002).

Desse modo, “pelo fato de os políticos terem se tornado próximos e frágeis, a eleição não lhes confere mais a legitimidade de antes” (Wolton, 2006, p. 49), e sua vulnerabilidade às crises de imagem — das quais podem ser tanto vítimas quanto causadores (Rego, 2020) — fica ainda mais potencializada. Além de desestabilizarem reputações pessoais, a ocorrência de crises e escândalos na política acaba afetando a própria democracia, e, nesse sentido, é válido buscarmos entender melhor as origens e as dinâmicas desses acontecimentos. Por isso, acreditamos ser necessário, a partir de agora, refletir sobre as crises e os escândalos a partir das suas relações e diferenças conceituais.

⁸ Prompt utilizado: Fazer um quadro relacionando os conceitos de Watzlawick e Wolton apresentados no texto relacionando apenas as convergências e divergências das teorias.

3.3 APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE CRISES E ESCÂNDALOS

Em sua reflexão sobre as crises da democracia, Przeworski (2019, p. 12) define a democracia como “um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem”. Diante disso, a crise da democracia é, para o cientista político, a falta ou a falha de elementos importantes para que a democracia se estabeleça.

Evocando a etimologia da palavra *crise*, que vem do grego antigo e significa *decisão*, Przeworski (2019) define as crises como situações que não podem durar e nas quais alguma decisão precisa ser tomada. “É isso que queremos dizer quando falamos que ‘a situação atingiu um ponto crítico’: quando os médicos dizem que alguém está em crise, significa que o paciente vai se recuperar ou morrer, mas não pode continuar como está” (Przeworski, 2019, p. 28).

O Estado de Crise analisado por Bauman e Bordoni (2016) também relaciona a ideia de crise às suas origens médicas. “Falando de crise de qualquer natureza que seja, nós transmitimos em primeiro lugar o sentimento de incerteza, de nossa ignorância da direção que as questões estão prestes a tomar, e, secundariamente, do ímpeto de intervir: de escolher as medidas certas e decidir aplicá-las com destreza” (Bauman; Bordoni, 2016, p. 16).

Em comum, os teóricos apontam a ideia de uma profunda insatisfação e desconfiança da sociedade para com seus representantes políticos como a principal causa da crise. Castells (2018, p. 6) é categórico ao afirmar que “desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum”.

Essa crise de confiança que surge da ruptura entre cidadãos e governos (Castells, 2018) e do divórcio entre poder e política (Bauman; Bordoni, 2016, p. 22), que “resulta na ausência de agências capazes de fazer o que toda ‘crise’ por definição exige: escolher de que modo proceder e aplicar a terapia reclamada por escolha”, nos direciona para a reflexão sobre o quanto o ambiente midiático digital tem contribuído nesse contexto. Um diagnóstico da crise da democracia, para Habermas (2023), precisa apreender adequadamente a complexa atuação política dos cidadãos na qualidade de usuários de mídias sociais.

Esse é um primeiro ponto de conexão com o conceito de *escândalo político* (Thompson, 2002), fenômeno profundamente enraizado no ambiente e no progresso midiático, que “é talvez o exemplo mais significativo de como a visibilidade pode prejudicar a reputação e o poder simbólico” (Ekström; Johansson, 2008, p. 1), e apontado por Castells (2018) como um dos grandes causadores da crise que afeta o poder político.

Embora os efeitos da política do escândalo sobre políticos específicos sejam indeterminados, tal política gera um efeito secundário que é devastador: o de inspirar o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, contribuindo assim para a crise de legitimidade (Castells, 2018, p. 21).

Esses efeitos negativos também são reconhecidos pela perspectiva da comunicação organizacional. Coombs e Holladay (2010, p. 19) sintetizam o conceito de crise como “a percepção de um evento imprevisível que ameaça expectativas importantes das partes interessadas e pode impactar seriamente o desempenho de uma organização e gerar resultados negativos”. Já Oliveira *et al.* (2022, p. 3) entendem que as crises “são concebidas como situações que geram danos sobre pessoas e estruturas e, pela visibilidade pública, ameaçam a reputação de organizações e/ou pessoas, impactando diretamente na continuidade de negócios e/ou carreiras”.

Em paralelo, Thompson (2002, p. 40) conceitua o escândalo como uma ação ou acontecimento que implica “certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. Para o autor, escândalo é um termo empregado principalmente para descrever uma forma mais geral de transgressão moral.

São cinco as características do escândalo atribuída por Thompson (2002): (1) sua ocorrência ou existência implica a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais; (2) sua ocorrência ou existência envolve um elemento de segredo ou ocultação, mas elas são conhecidas ou firmemente criadas como existentes por outros indivíduos que não os envolvidos (chamaria a esses indivíduos de não participantes); (3) alguns não participantes desaprovam as ações ou acontecimentos e podem sentir-se ofendidos pela transgressão; (4) alguns não participantes expressam sua desaprovação denunciando publicamente as ações ou os acontecimentos; (5) a revelação e a condenação das ações e dos acontecimentos podem prejudicar a reputação dos indivíduos responsáveis por eles.

Outro viés teórico interessante é proposto por De Blic e Lemieux (2005), que definem o escândalo como um teste que coloca à prova o vínculo da sociedade com as normas sociais vigentes. Assim, ocorre “ou a reafirmação coletiva dos valores transgredidos, e, portanto, o seu reforço; ou, pelo contrário, a demonstração coletiva da sua obsolescência” (De Blic; Lemieux, 2005, p. 12).

Os teóricos destacam o caráter paradoxal do escândalo na medida em que revela publicamente uma contradição entre ideais normativos e práticas sociais, mas, ao mesmo tempo, permite que tal contradição possa ser resolvida a partir do que chamam de força instituinte — que seria a transformação evolutiva decorrente do processo de testar as normas sociais (De Blic; Lemieux, 2005).

No entanto tanto a força instituinte quanto a significação e as consequências do escândalo dependem das reações coletivas geradas pela revelação pública da incoerência entre as expectativas e as práticas concretas em relação às normas. Isso explicaria, para os autores, o caráter de provocação pública de algumas manifestações sociais.

Conforme De Blic e Lemieux (2005), para a existência do escândalo, então, é necessário: (1) a existência de uma contradição entre um ideal normativo e as práticas vigentes na sociedade; (2) a revelação pública desta contradição; (3) as reações suscitadas, que darão os sentidos e as consequências do escândalo.

Dois aspectos ainda são relevantes de mencionar: ao mesmo tempo em que concordam com Thompson (2002) sobre os escândalos só existirem por meio de um processo de visibilidade e publicação de uma transgressão que gera uma resposta pública, De Blic e Lemieux (2005) alertam para o risco de atribuir a origem dos escândalos aos meios de comunicação e limitar a observação à esfera midiática.

Na visão desses autores, antes de chegar na mídia, o escândalo é produzido (denunciado, gravado, vazado) por alguém. Nessa perspectiva, as “virtudes desestabilizadoras” do escândalo seriam menos relacionadas à revelação midiática das transgressões cometidas, do que à mudança das lógicas sociais — naquilo que é aceito socialmente —, que a situação assim criada suscita. “O escândalo moderno partilha, de fato, com as crises políticas, esta característica constitutiva, de que são mobilizações multissetoriais — por outras palavras, localizadas em várias esferas sociais ao mesmo tempo” (De Blic; Lemieux, 2005, p. 34).

A teoria do escândalo de Adut (2005) define o escândalo como a publicidade perturbadora da transgressão e o caracteriza em três aspectos: (1) a transgressão

real ou suposta de uma norma; (2) a sua publicização; e 3) o(s) público(s) que reagem à transgressão publicizada. “Esta publicidade consiste essencialmente em dois tipos de externalidades, que podem ser reais ou semióticas. Num escândalo, a publicidade de uma transgressão contamina e/ou provoca diversos terceiros de uma forma difícil de ignorar” (Adut, 2005, p. 219).

O autor ressalta que muitas transgressões já são de conhecimento de determinados públicos, mas é quando chegam ao conhecimento de públicos interessados e/ou identificados com a norma supostamente violada que se tornam escândalos na medida em que exigem atuação para evitar prejuízos à reputação (contaminações) e à situação social dos atores; e/ou resposta pública ao acontecimento (provocações).

No entanto Adut (2005) explica que nem todas as transgressões divulgadas geram escândalos. A perturbação e/ou os custos sociais de uma transgressão determinarão se ela será vista como escandalosa por um determinado público normativo. Entretanto o *status* do transgressor é, normalmente, um fator muito mais importante, uma vez que a reação pública depende naturalmente da atenção pública.

Assim, especialmente nos casos em que a transgressão não envolve uma vítima imediata e identificável, a antecipação do escândalo pode desencorajar o público e as autoridades de sancionar os infratores. A norma será então subaplicada enquanto as suas transgressões forem cometidas ou permanecerem privadas. Contudo, uma vez rebentado um escândalo, as externalidades postas em ação pela publicidade da transgressão podem incitar terceiros poluídos ou provocar terceiros a demonstrarem um zelo extraordinário em relação ao infrator, para sinalizarem retidão ou determinação (Adut, 2005, p. 216).

A proposta de Adut (2005) refuta duas abordagens comuns de reflexão sobre os escândalos: a objetivista, que segundo o autor se concentra “nas condições e características de transgressões significativas (excepcionalmente dispendiosas ou ofensivas) que provocam (ou deveriam provocar) reação uma vez divulgadas” (Adut, 2005, p. 216). Nessa perspectiva, os escândalos são tratados como a proverbial ponta do *iceberg*; isto é, como eventos em que os componentes criminosos normalmente ocultos dos sistemas sociais são revelados ao público. A crítica do autor se dá no fato de que apesar das percepções relevantes sobre a organização social do comportamento transgressivo, a posição objetivista, ironicamente, muitas vezes, sofre de uma veia subjetiva e normativa, reproduzindo as atitudes das vítimas e/ou

denunciadores do desvio que, ao desconsiderar as estruturas profundas que permitiram o desvio, possam ser profundamente investigadas.

O panorama de uma década de pesquisa acadêmica sobre o escândalo político elaborado por Silva (2013) apresenta um cruzamento entre as teorias propostas por Thompson (2002), De Blic e Lemieux (2005) e Adut (2005). No estudo, Silva (2013, p. 166) delinea o conceito de escândalo a partir de quatro aspectos: (1) a transgressão, real ou suposta, de valores morais ou normas sociais; (2) a sua publicização por atores sociais (indivíduos, coletivos, mídias, etc.); (3) público(s) interessado(s) e/ou identificado(s) com as normas e os valores transgredidos, que reagem negativamente à transgressão denunciada; (4) consequências — sobre os implicados e/ou pessoas e instituições associadas a eles ou às transgressões denunciadas —, que podem ir desde processos criminais, perdas de cargos, prejuízos à imagem pública e à confiança como também a uma transformação de normas sociais.

As conclusões de Silva (2013) apontam que a formatação do escândalo vai depender de um determinado contexto histórico e cultural e da importância que cada sociedade atribui à violação de certos valores e normas sociais. “Ao emergir, o escândalo coloca valores e normas em processo de discussão pública e atores em interação e disputas, incitando-os a se posicionar e a agir na situação para resolver conflitos expostos entre ideais e práticas” (Silva, 2013, p. 166).

Reconhecendo que os escândalos políticos são recorrentes nas democracias modernas, Ekström e Johansson (2008) se propuseram a atualizar a categorização de escândalos políticos em três tipos — escândalos sexuais, escândalos financeiros e escândalos de poder — elaborada por Thompson (2002).

O trabalho de Ekström e Johansson (2008) aponta para o papel fundamental das conversas midiáticas na dramatização de um escândalo político. Eles também concluíram que as discussões e as declarações encenadas são frequentemente utilizadas e figuram na dramatização de escândalos políticos.

Sob o argumento de que a literatura não identificou um tipo significativo e bastante frequente de escândalo na sociedade midiática, que conceituam como escândalo de conversa, Ekström e Johansson (2008) propõem que a concepção de conversa midiática configura escândalos em três aspectos: (1) escândalos de conversa de primeira ordem, quando a origem e o núcleo do escândalo consistem em eventos de fala encenados na mídia, nos quais a própria conversa que constitui o escândalo é a transgressão da norma em si; (2) os escândalos de conversa enquanto

transgressões de segunda ordem, nos quais o escândalo nasce em um dos três tipos de transgressão já conhecidos (sexual, financeiro ou de poder), mas que, durante a cobertura midiática que o revela ao público, ganha escala com declarações feitas posteriormente; e (3) conversa encenada que é usada de forma mais geral na dramatização dos escândalos, independentemente do tipo.

O conceito de escândalo de conversa (Ekström; Johansson, 2008) se mostra muito útil para a análise das crises protagonizadas pelos atores políticos na medida em que reconhece a fala enquanto o principal veículo para a performance política nas arenas disponíveis na esfera pública midiática e, ao mesmo tempo, o potencial que as declarações dos atores políticos têm para prejudicar suas reputações.

Os escândalos de conversa originam-se em atos de fala – isto é, enunciados e conversas – e são as normas e códigos discursivos que são transgredidos. A questão central é o que as pessoas em determinada posição podem dizer e como devem se comportar em conversas e discursos públicos. Assim como os políticos podem transgredir normas na esfera financeira e em suas vidas sexuais privadas, eles também podem transgredir normas sobre como se deve comportar na esfera pública. Neste caso, um indivíduo age principalmente através da fala (Ekström; Johansson, 2008, p. 4).

Remetendo à distinção entre gafes e escândalos feita por Thompson (2002), Ekström e Johansson (2008) destacam, no entanto, que nem toda declaração equivocada e/ou enunciado público embaraçoso e/ou malsucedido resulta em um escândalo sem que outras características estejam associadas. Desse modo, julgam difícil tentar determinar a fronteira exata entre gafes e escândalos de conversa, que estariam mais ligados a valores culturais e sociais vigentes.

Os atos de fala devem, com a assistência ativa da mídia, ser capazes de despertar um descontentamento tão extenso e generalizado que ameace seriamente a reputação e a carreira de um político. Isso, por sua vez, depende fortemente das normas e valores na cultura e sociedade em que o evento ocorre (Ekström; Johansson, 2008, p. 3).

Outra contribuição relevante está presente na distinção entre escândalos e polêmicas feita por Cabás (2011). Na visão desse autor, tanto o escândalo quanto a polêmica nascem de processos midiáticos que colocam em discussão a validade das normas e dos valores sociais. No entanto o escândalo é um mecanismo de controle social para os políticos, enquanto as polêmicas são uma proposta de mudança dos políticos para a sociedade. “Os escândalos procuram restaurar o valor da norma, enquanto as polêmicas procuram legitimar a transgressão, destacando o esgotamento da norma e promovendo a mudança social” (Cabás, 2011, p. 2).

Cabás contradiz a afirmação de Thompson (2002) de que a existência de uma transgressão é condição necessária para a existência do escândalo ao considerar que, em muitos casos, o que se discute nos escândalos é a própria existência da violação. “O que importa então é a plausibilidade da denúncia e não a real existência da violação da norma. A verossimilhança da denúncia desperta suspeitas entre o público e os atores políticos” (Cabás, 2011, p. 3).

A violação da norma pode ser um fato inventado para prejudicar o ator, mas se for credível e, se os outros atores políticos, os meios de comunicação e o público, considerarem a história credível, o escândalo continuará e a procura de informação continuará sobre o fato, bem como a exposição do acusado, aumentará. Pelo contrário, a denúncia pode ser verdadeira, mas não credível para o público ou para os meios de comunicação social, pelo que a atenção ao fato diminuirá (Cabás, 2011, p. 3).

Nessas situações, Cabás (2011) aponta que o ator político exposto à observação e à crítica da sociedade vivencia um processo de desgaste com poucas possibilidades de controle. E a defesa que ele pode fazer da sua reputação é limitada pelos enquadramentos interpretativos pelos quais ele foi caracterizado pela mídia.

Esse é um aspecto mencionado por Ekström e Johansson (2008) como um diferencial relevante dos escândalos de conversa em relação aos outros tipos de escândalo: nesses casos, “a transgressão não é necessariamente cometida a portas fechadas, mas quase sempre é uma ação que ocorre sob os holofotes da mídia” (Ekström; Johansson, 2008, p. 3).

Outra situação evidenciada por Cabás (2011) é quando o ator político age intencionalmente. Ele explica que ao contrário de tentarem se desvincular da transgressão negando ter cometido qualquer deslize, como fazem nos escândalos, nas polêmicas, os infratores assumem as consequências de seus atos e legitimam seu comportamento como uma denúncia explícita da regulamentação vigente. Durante as polêmicas, não há uma discussão sobre o comportamento individual do agente, mas, sim, um confronto sobre as normas que deveriam reger o julgamento avaliativo do ato que reforça a polarização entre grupos de visões distintas sobre as normas supostamente quebradas (Cabás, 2011).

O estudo de Cabás (2011) considera que tanto a polêmica quanto o escândalo significam uma quebra das normas e valores vigentes em uma determinada sociedade e partem do fracasso do agente político em cumprir determinado mandato social. Todavia a diferença entre eles reside na finalidade política da referida infração: “o discurso polêmico é disruptivo justamente para captar a atenção do espaço público

sobre a situação de injustiça anterior do sistema, que, em sua inércia, obriga o ator a violar as normas, na pretensão de possuir um critério moral superior” (Cabás, 2011, p. 13). Assim, o posicionamento e as estratégias discursivas dos atores políticos vão expressar diferentes propósitos, na medida em que aquele que transgride a norma por meio de uma polêmica não parte de uma posição depreciada como no escândalo, mas, sim, intencional.

A adoção do termo *rupturas de representação* (Goffman, 1985) também é viável para o nosso objeto. Pelo viés da representação teatral, o autor explica que, na interação social, essas situações podem envolver segredos bem guardados e/ou características negativas que resultam em constrangimento quando vêm à tona. Essas rupturas podem ser gestos involuntários e/ou intromissões inoportunas, no entanto, mais frequentemente, conforme o autor, se destacam “*faux pas*”⁹, que são “declarações verbais intencionais ou por atos não-verbais, cujo completo significado não é avaliado pelo indivíduo que contribui com eles para a interação” (Goffman, 1985, p. 192).

O teórico explica que tanto os gestos involuntários quanto as intromissões inoportunas e os “*faux pas*” são fontes de embaraços e dissonâncias que não estavam nos planos do ator e que seriam evitados se indivíduo conhecesse anteriormente as consequências de sua atividade. Na contramão, também conceitua como cenas as situações “nas quais o indivíduo age de modo a destruir ou ameaçar seriamente a aparência de cortesia da convivência, e embora possa simplesmente não agir com o objetivo de criar tal dissonância, age sabendo que há probabilidade de haver como resultado esta espécie de dissonância. A expressão popular ‘fazer uma cena’ é adequada porque, com efeito, estas rupturas criam uma cena” (Goffman, 1985, p. 193).

Outro aspecto relevante da perspectiva de Goffman (1985) é o fato de que, quando acontecem essas rupturas — que ele também chama de incidentes —, a intenção dos atores é ameaçada. Nesses casos, quando a situação embaraçosa se evidencia, a realidade mantida pela representação provavelmente ficará mais enfraquecida pelos sinais de nervosismo emitidos pelo ator, visto que, na maioria dos casos, esses sinais “são um aspecto do indivíduo que representa um personagem e

⁹ Passo em falso (traduzido pela autora).

não um aspecto do personagem que ele projeta, dessa forma impondo à plateia uma imagem do homem que se acha por trás da máscara” (Goffman, 1985, p. 194).

Uma síntese do percurso conceitual que elaboramos até aqui pode ser melhor visualizada no Quadro 7.

Quadro 7 – Aproximações conceituais entre crises e escândalos

Conceito	Autor	Descrição	Elementos Centrais
Crise da democracia	Przeworski (2019)	Democracia é um arranjo político no qual governos são eleitos e podem ser removidos por eleições. Crise ocorre quando o <i>status quo</i> é insustentável e decisões precisam ser tomadas.	Decisão como elemento central; <i>status quo</i> insustentável; necessidade de instituições sólidas e confiança pública para manter o funcionamento democrático.
Estado de crise	Bauman e Bordoni (2016)	A crise é um estado de incerteza e urgência associado à incapacidade de agir. Surge da desconexão entre poder e política, impossibilitando a aplicação de soluções adequadas.	Sentimento de incerteza; ausência de agências capazes de agir; necessidade de escolhas rápidas e intervenção; vínculo com o colapso do <i>status quo</i> .
Crise de agência	Bauman e Bordoni (2016)	Incapacidade percebida de governos e instituições políticas de responderem.	Ausência de atores ou instituições capazes de tomar decisões significativas em meio às crises.
Crise de confiança	Castells (2018)	A desconfiança nas instituições, amplificada pela mídia, deslegitima a representação política e gera uma crise de legitimidade, afetando o vínculo entre cidadãos e governos.	Amplificação midiática; crise de legitimidade política; desconfiança generalizada; impacto na governança e no senso de proteção social.

Crise organizacional	Coombs e Holladay (2010); Oliveira <i>et al.</i> (2022)	A crise é percebida como um evento imprevisível que ameaça expectativas importantes, impactando seriamente a reputação de organizações e indivíduos.	Visibilidade pública; ameaça às expectativas das partes interessadas; danos à reputação e continuidade; impacto na percepção social.
Escândalo político	Thompson (2002)	Escândalo é uma transgressão moral que se torna pública, envolvendo elementos de segredo, desaprovação e denúncia, culminando em prejuízo à reputação.	Transgressão de valores ou normas; revelação pública; desaprovação e denúncia; dano à reputação; impacto na percepção social e nas instituições.
Escândalo como teste das normas	De Blic e Lemieux (2005)	Escândalo funciona como um teste que coloca à prova os vínculos entre a sociedade e as normas sociais, podendo reafirmar ou transformar valores transgredidos.	Contradição entre normas e práticas sociais; revelação pública de falhas; reações coletivas que determinam transformação ou reforço das normas sociais.
Escândalo como publicidade perturbadora	Adut (2005)	O escândalo é definido pela publicidade perturbadora de uma transgressão, envolvendo externalidades que contaminam reputações e geram reações sociais.	Publicidade como elemento-chave; reações públicas influenciadas pelo <i>status</i> do transgressor; impacto na reputação e no comportamento normativo da sociedade.
Escândalos de conversa	Ekström e Johansson (2008)	Escândalos são originados de atos de fala, frequentemente ampliados pela mídia. Conversas e declarações públicas tornam-se elementos centrais no processo escandaloso.	Ato de fala como núcleo do escândalo; amplificação pela mídia; impacto discursivo na reputação; dramatização e construção de narrativas.

Escândalo e/ou polêmica	Cabás (2011)	Escândalos buscam restaurar normas sociais violadas, enquanto polêmicas propõem mudanças sociais. Ambos se originam em processos midiáticos que questionam normas vigentes.	Escândalos restauram valores transgredidos; polêmicas legitimam mudanças normativas; impacto no debate público e na transformação cultural e social.
Rupturas de representação	Goffman (1985)	Situações que expõem inconsistências na imagem pública projetada, gerando embaraço e prejudicando a reputação dos envolvidos.	<i>Faux pas</i> (erros comportamentais); constrangimento público; impacto na percepção social; ameaça à coerência da representação e imagem social.
Política do escândalo	Castells (2018)	A política do escândalo gera desconfiança generalizada nos políticos, transformando transgressões individuais em debates públicos sobre normas sociais.	Personalização e individuação da política; políticos transformados em personalidades públicas cujo sucesso depende da visibilidade. Relações sociais baseadas em projetos, valores e interesses pessoais.

Fonte: elaborado pela autora (2025) com apoio do ChatGPT para a sistematização dos conceitos¹⁰

Vemos então que — do ponto de vista comunicacional — o que justifica o uso de crises e escândalos enquanto sinônimos é o fato de que ambos ameaçam expectativas importantes das partes interessadas, na medida em que transgridem valores e/ou normas sociais e impactam reputações. Entretanto podemos ainda considerar que os escândalos — em especial os políticos — são elementos constituintes ou desencadeadores das crises.

Assim, assumindo que, no ambiente midiático digital, as transgressões adquirem os contornos dos escândalos de conversa (Ekström; Johansson, 2008), das

¹⁰ Prompt utilizado: Faça um quadro esquemático relacionando os conceitos apresentados no texto aos seus autores citados e suas contribuições e conexões teóricas.

polêmicas (Cabás, 2011) e das rupturas de representação (Goffman, 1985), podemos compreender que eles se tornam acontecimentos significativos por também apresentarem potenciais riscos de desgaste da reputação e da confiança nos políticos. Dessa forma, contribuem para o efeito contextual devastador apontado por Castells (2018, p. 21) “de inspirar o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, contribuindo assim para a crise de legitimidade”. Essa perspectiva nos direciona para um melhor entendimento sobre a natureza da atuação e da representação política.

4 ATORES POLÍTICOS NO PALCO MIDIÁTICO DIGITAL: PERSONAGENS, REPRESENTAÇÕES E AS (IM)POSSIBILIDADES DO CUIDADO

A compreensão complexa é multidimensional (Morin, 2011) e, desse modo, não pode reduzir o outro a somente um dos seus traços e/ou atos. Ela considera as diversas dimensões e/ou diversos aspectos da sua pessoa, visando captar os seus aspectos singulares e globais. Assim, “tende a inserir nos seus contextos e nesse sentido, simultaneamente, a imaginar as fontes psíquicas e individuais dos atos e das ideias de um outro, suas fontes culturais e sociais, suas condições históricas e eventualmente perturbadas e perturbadoras” (Morin, 2011, p. 113). Partindo dessa premissa, para compreendermos as crises que os atores políticos protagonizam, também surge a necessidade de refletirmos sobre quem são esses atores e quais expectativas sociais os cercam.

Relembramos a premissa de Aristóteles (2011) do homem como um animal político por natureza — no sentido de sua tendência a interagir e a viver em sociedade (*polis*) —, que nos direciona para a concepção da política caracterizada pelo debate nas ágoras públicas entre os cidadãos em busca do bem comum. Em Aristóteles, a formação da *polis* representa essa característica de sociabilidade da natureza humana para garantir sua própria sobrevivência, “mas acima de tudo como o lócus por excelência da realização da vida humana qualificada na esfera das relações políticas na busca do bem viver” (Bazzanella; Birkner; Maximo, 2011, p. 68).

A política, na Grécia Antiga, era compreendida pelo sentido exclusivamente público e pela prática da virtude em nome daquilo que era considerado o bem da cidade, como explicam Bazzanella, Birkner e Maximo (2011). Para esses autores, as relações humanas ficavam em primeiro plano na política grega, o que fazia do espaço público o espaço do encontro e confronto das pluralidades na busca do bem comum.

Esse cenário grego de sociabilidade pelas relações políticas foi designado por Arendt (2020) pelo conceito de *vida activa*. O sentido de política, para a autora, estaria na própria ação que decorre da relação direta entre os cidadãos na esfera pública. Das três atividades fundamentais da condição humana (trabalho, obra e ação), para Arendt (2020), a ação é a principal característica da vida ativa e, portanto, da política. “Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* — de toda vida política” (Arendt, 2020, p. 10).

Arendt (2020, p. 27) destaca que “todas as atividades humanas, são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens”. Assim, a autora retoma a ideia aristotélica de que “essa relação especial entre a ação e estar junto parece justificar plenamente a antiga tradução do *zōon politikon* de Aristóteles como animal socialis” (Arendt, 2020, p. 27).

Em suma, a autora entende que a política nasce da ação pelo seu caráter profundamente relacional, em virtude de ser essa a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria. Nessa perspectiva, também reforça a personificação como uma das principais características da política, em especial como atributo daqueles que exercem e representam o poder, como apresentado na teoria da representação política hobbesiana.

Em sua mais importante obra, *Leviatã*, Hobbes (2003) dedica um capítulo para elaborar sua visão acerca da personificação do poder do soberano — que é sustentada pela ideia de representação caracterizada pela autoridade. Para Hobbes (2003, p. 138), “uma pessoa é aquela cujas palavras ou ações são consideradas quer como as suas próprias, quer como representando as palavras ou ações de outro homem, ou de qualquer outra coisa a que sejam atribuídas, seja verdade ou ficção”. Recuperando a origem latina da palavra *persona*, como disfarce ou aparência exterior de um homem imitada no palco, o filósofo aponta para dois tipos de pessoa a partir da relação entre elas enquanto autor e ator — usando termos teatrais.

E do palco a palavra foi transferida para qualquer representante da palavra ou da ação, tanto nos tribunais como nos teatros. De modo que uma pessoa é o mesmo que um ator, tanto no palco como no convívio comum. E personificar é atuar, ou representar a si mesmo ou a outro; e daquele que representa outro diz-se que é portador da sua pessoa, ou que atua em seu nome. [...] Recebe designações diversas, conforme as ocasiões: representante, mandatário, vigário, tenente, advogado, delegado, procurador, ator e outras semelhantes (Hobbes, 2003, p. 138).

Nessa perspectiva, Hobbes (2003) conceitua a pessoa natural e a pessoa fictícia ou artificial, sendo a primeira quando ela é a verdadeira autora de suas ações e palavras; e a segunda quando fala ou age em nome de outro (Hobbes, 2014). Dijkoldigam (2022) ressalta que a distinção entre a pessoa natural e artificial feita por Hobbes é muito mais uma atribuição funcional do que física, na medida em que define as funções civis e convencionais da pessoa. “O que interessa ao nosso autor, não é

a essência da pessoa ou a sua propriedade ontológica, mas o papel por ela assumida” (Djikoldigam, 2022, p. 247).

A partir daí, Hobbes (2003) reflete sobre a autoridade das pessoas artificiais. Para ele, quando as palavras e as ações da pessoa pertencem a quem ela representa — a pessoa natural, que é, no caso, o autor —, a pessoa é o ator que atua por autoridade. Assim, da mesma forma que falamos em dono de bens e posses, também atribuímos as ações ao seu autor, dando-lhe o domínio e, assim, a autoridade e/ou mandato de fazer aquela ação. “De modo que, por autoridade, entende-se sempre o direito de praticar qualquer ação e, feito por autoridade significa sempre feito por comissão ou licença daquele a quem pertence o direito” (Hobbes, 2003, p. 139).

A teoria da representação política proposta por Hobbes estabelece, então, o papel da pessoa Estado e soberano como representante dos cidadãos pelo entendimento de que “uma multidão de homens se torna uma pessoa, uma vez que cada um dos que compõem essa multidão consente em ser representado por essa pessoa” (Hobbes, 2003, p. 141). E conceitua esse “representar” como sinônimo de “agir por” por meio da autorização (Djikoldigam, 2022, p. 253).

E na medida em que o representado / autor autoriza o representante / ator a pronunciar ou realizar uma determinada classe de ações e palavras em seu nome (seja esta classe limitada ou ilimitada, como é o caso na relação sujeito / soberano), as palavras e ações do representante / ator são consideradas como as do representado / autor e, inversamente, o representado / autor fala e age por meio do representante / ator (Djikoldigam, 2022, p. 249).

As críticas de Pitkin (1983) ao formalismo do conceito de Hobbes também agrega aspectos relevantes para a nossa pesquisa. Ela reconhece a teoria hobbesiana afirmando que “o conteúdo do contrato social por meio do qual os homens fundam o Estado é precisamente o estabelecimento de um representante — um soberano que transforma a multidão em um único corpo, governando-a e representando sua autoridade” (Pitkin, 1983, p. 13), no entanto se diz preocupada porque o soberano descrito por Hobbes, para ela, não parece de forma alguma um representante, na medida em que em nenhum momento considera consultar os desejos, proteger os interesses ou ser responsável pelo povo. A autora recorre a outros teóricos para reforçar a crítica.

Hobbes não apreendeu a verdadeira essência da representação: que, acima de tudo, um representante é alguém considerado responsável por aqueles em nome dos quais ele age, alguém que deve prestar contas de suas ações. O que define a representação não é o ato da autorização, que a inicia, mas o ato de assumir a responsabilidade, que a termina (Pitkin, 1983, p. 13).

Pitkin (1983) é contundente ao afirmar que até aquele momento histórico, nenhuma das teorias da representação esclarecia o que deve acontecer durante a representação, de que modo e se o representante cumpria seu papel, “pois, se a representação é definida como a ação pela qual alguém tem que prestar contas a outro, nada é dito sobre como esse alguém deve agir” (Pitkin, 1983, p. 14).

Em outro texto, publicado originalmente 20 anos depois, a mesma autora reafirma que “Hobbes constantemente sugere que o soberano fará o que se espera que os representantes façam, não apenas o que lhe satisfaz. No entanto, a definição formal assegura que essa expectativa nunca pode ser invocada para criticar o soberano ou resistir a ele por não representar seus súditos como deveria. Na verdade, na definição explícita, não existe algo como um (não) representar como se deveria” (Pitkin, 2006, p. 29).

A abordagem de Pitkin ultrapassa a ideia de representação política enquanto atributo pessoal, assumindo-a como uma atividade social (Loureiro, 2012). A partir daí, Loureiro (2012) explica que Pitkin constrói seu próprio conceito de representação como uma atividade de agir por outros.

A representação política é, de fato, representação, particularmente no sentido de “agir em nome de”, e de que isso precisa ser entendido no nível público. O sistema representativo precisa cuidar do interesse público e ser responsável perante a opinião pública, exceto quando, e na medida em que, sua não-responsabilidade possa ser justificada em termos do interesse público (Pitkin, 1967, p. 224).

O debate em torno do conceito de representação parte da ação daquele que atua e/ou age com autorização ou em nome do outro, quase sempre nos remetendo ao sujeito político enquanto ator. Carvalho (2004, p. 517) resume o uso do termo representação em três concepções geralmente abordadas: (1) imagem ou ideia que se faz de algo ou alguém; (2) encenação teatral ou transferência que se faz a um terceiro do direito de agir em seu nome; (3) jurídica, social ou politicamente. No entanto a autora ressalta que mais do que em qualquer outra esfera da ação humana, a política “supõe ações de domínio e sujeição que se inscrevem na mente dos indivíduos como crenças que legitimam o exercício do poder” (Carvalho, 2004, p. 517).

Partindo desse poder que precisa representar-se para ser reconhecido (Carvalho, 2004), voltamos nosso olhar para os indivíduos que escolhem ser atores políticos. Para Fleurbaey (2015, p. 792), “o homem político, em qualquer hipótese e por continuidade, porta-voz de um grupo, por suas ações permite uma simbolização não somente do poder que ele encarna, mas também de sua pessoa (de seu ser social)”. Esse autor recorre a uma reflexão de Bourdieu que, segundo ele, revelou uma dimensão singular do político por meio daqueles que fizeram a vocação de viver da política como “um corpo de profissionais da representação”.

A perspectiva foi tema da célebre palestra sobre a *Política como Profissão e Vocação*, realizada em 1919, na qual Max Weber definiu a *política* como: “aspiração a ser parcela de poder ou a ser influência da partilha do poder, seja entre Estados, seja no interior de um Estado entre os grupos humanos nele contidos” (Weber, 2020, p. 10). Nessa abordagem, para o sociólogo alemão, a motivação de quem faz política seria a aspiração ao poder, seja como um meio de atingir objetivos pessoais — ideais ou egoístas — ou apenas ter o “poder pelo poder” (Weber, 2020, p. 11), “a fim de gozar da sensação de prestígio que ele dá”.

Na tentativa de caracterizar, então, “que tipo de pessoa é preciso ser para poder pôr as mãos nos raios da roda da história?” (Weber, 2020, p. 86), o teórico sugere que é a consciência de influenciar as pessoas, de ter parcela de poder sobre elas e sobretudo o sentimento de manejar os fios nervosos de acontecimentos históricos importantes que movem o político profissional, mesmo nos cargos formalmente mais modestos (Weber, 2020). Os políticos de profissão foram apresentados por Weber (2020) em dois grupos: aqueles que vivem “para” a política (ou seja, que não dependem financeiramente da atuação política) e os que vivem “da” política (que têm a política como fonte de renda). Essa distinção, segundo o próprio Weber (2020), não exclui a possibilidade de um político transitar entre os dois mundos, mas é útil no entendimento de possíveis dificuldades éticas e financeiras que a atuação política pode apresentar.

O sociólogo aponta, então, as três qualidades que considera decisivas para o político: a paixão, o sentimento de responsabilidade e o senso de proporção. Partindo de uma perspectiva bastante racional e objetiva, Weber (2020) explica a paixão como dedicação apaixonada por uma causa. Contudo assevera que “não se faz nada, evidentemente, somente com a paixão, ainda que sentida de maneira autêntica. Ela não faz de alguém político quando, a serviço de uma ‘causa’, não fizer da

responsabilidade para com a mesma causa uma estrela-guia decisiva de sua ação” (Weber, 2020, p. 87). Nesse ponto, direciona para a terceira “qualidade psicológica decisiva do político — o *senso de proporção*, a capacidade de deixar as realidades atuarem sobre si com recolhimento e tranquilidade interior, ou seja: a *distância* das coisas e das pessoas” (Weber, 2020, p. 87).

Para Weber (2020), a força de uma personalidade política está na reunião dessas três qualidades e na capacidade de enfrentar “um inimigo bem trivial e demasiadamente humano que o político tem que superar em si, portanto, a todo dia e a toda hora: a mais comum vaidade, a inimiga mortal de toda dedicação objetiva e de toda distância, nesse caso, a distância de si mesmo” (Weber, 2020, p. 88).

Entre as características mais evidentes dos atores políticos, Weber (2020) destaca a autoridade carismática — no sentido de uma dominação pela credibilidade — como um traço fundamental de quem exerce a liderança por vocação.

Ainda que o carisma seja um aspecto ligado à vocação política, Fleurdorge (2015) aponta que a necessidade de ser carismático também faz parte do conjunto de mitologias de representação que o homem político desenvolveu para conquistar e garantir sua performatividade nos espaços de comunicação que foram se moldando à produção de imagens para a manutenção da legitimidade e do poder.

A história é rica em formas de representação do político desde as pompas monárquicas aos rituais republicanos, a evolução se fez a critério não somente dos regimes políticos e das técnicas, mas também da importância dada às formas de expressão da comunicação e da mensagem política (Fleurdorge, 2015, p. 793).

Essa *teatrocracia* já havia sido diagnosticada por Balandier (1982, p. 5) como um regime presente em todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes, que regula a vida cotidiana dos homens em coletividade e se impõe, de forma permanente, aos diversos regimes políticos. Invocando Shakespeare para dizer que “o mundo inteiro é uma cena”, Balandier parte do pressuposto de que todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro, e de que nessa dinâmica os atores políticos devem “pagar seu tributo cotidiano à teatralidade” (Balandier, 1982, p. 5).

A perspectiva da representação teatral como lente para a interpretação daquilo que o indivíduo apresenta de si mesmo nas interações com os outros também é o ponto de partida da teoria de Goffman (1985). O autor investigou as maneiras pelas

quais os indivíduos se apresentam e os meios pelos quais dirigem e regulam a impressão que os outros formam a seu respeito, além das coisas que podem ou não fazer, enquanto realizam seu desempenho diante delas. A partir disso, definiu como representação como “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (Goffman, 1985, p. 34). Goffman (1985) concluiu que as perspectivas política e dramatúrgica entrecruzam-se claramente no que diz respeito à capacidade que um indivíduo tem de dirigir a atividade de outro.

Em primeiro lugar, se um indivíduo tem de dirigir outros, muitas vezes julgará útil guardar deles segredos estratégicos. Além disso, se um indivíduo tenta dirigir a atividade de outros por meio do exemplo, do esclarecimento, persuasão, intercâmbio, manipulação, autoridade, ameaça, punição ou coerção, será necessário, qualquer que seja sua posição de poder, transmitir eficazmente o que deseja que se faça, que está preparado para conseguir que seja feito e o que fará, caso isto não seja cumprido. Qualquer tipo de poder deve estar revestido de meios eficientes que o exibam, e terá diferentes efeitos, dependendo do modo como é dramatizado (Goffman, 1985, p. 221).

A análise de Balandier (1982) aponta que as técnicas dramáticas não são utilizadas exclusivamente no teatro, mas também na direção da cidade. Referindo a obra de Maquiavel, Balandier (1982) entende que o Príncipe deve se comportar como ator político para conquistar e conservar o poder. Desse modo, “sua imagem, as aparências que têm, poderão assim corresponder ao que seus súditos desejam encontrar nele” (Balandier, 1982, p. 6).

O poder, na visão de Balandier (1969), precisa ser constantemente reafirmado como uma necessidade imprescindível diante da vulnerabilidade intrínseca a toda sociedade que exige, então, que ele seja exercido pelos atores políticos. “Eles dissimulam os conflitos e as hierarquias a fim de que os sujeitos que estão sob seu comando percebam os interesses deles como se fossem os seus próprios. Todavia, eles também precisariam ser percebidos como ‘seres diferenciados’, de modo que adquiram certas responsabilidades, mas também certas vantagens, numa relação muito delicada entre o ator e seu papel” (Figueiredo, 2016, p. 54).

Para Goffman (1985, p. 25), quando um ator desempenha um papel, ele está solicitando de maneira implícita que sua plateia leve a sério a impressão que ele pretende sustentar. Isto é, “pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêm no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa

terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser”. Nesse aspecto, ele confirma a crença de Balandier (1982) de que o grande ator político comanda o real por meio do imaginário.

A teoria da representação de Goffman (1985) é desenvolvida a partir das formas com as quais o indivíduo pode se comunicar: as informações que ele transmite (expressões dadas) e as informações que emite (expressões emitidas). As expressões dadas são os símbolos verbais, ou substitutos, usados propositadamente pelo indivíduo só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos. As expressões emitidas incluem uma ampla gama de ações, “que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida” (Goffman, 1985, p. 12).

Das duas formas de comunicação, Goffman (1985, p. 14) se debruça mais sobre as expressões emitidas, que considera “mais teatral e contextual, a de natureza não-verbal e presumivelmente não-intencional, quer esta comunicação seja arquitetada propositadamente quer não”.

Afirmando que “no palco um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores” Goffman (1985, p. 3) ressalta que, evidentemente, nessa interação, é possível transmitir informações falsas de forma intencional em ambos os tipos de comunicação. Contudo o que de fato ocorre em qualquer representação é seu caráter promissório — ou seja, as inferências possíveis a partir daquela atividade.

Sabendo que o indivíduo irá, certamente, apresentar-se sob uma luz favorável, os outros podem dividir o que assistem em duas partes: uma, que o indivíduo facilmente manipulará quando quiser, constituída principalmente por suas afirmações verbais, e outra, em relação à qual parece ter pouco interesse ou domínio, oriunda principalmente das expressões que emite (Goffman, 1985, p. 16).

O autor explica que a plateia pode considerar os aspectos considerados não governáveis do comportamento expressivo do indivíduo como uma prova da validade do que é transmitido pelos aspectos governáveis. Essa situação demonstra, nas palavras de Goffman, “uma assimetria fundamental no processo de comunicação, pois o indivíduo presumivelmente só tem consciência de um fluxo de sua comunicação, e os observadores têm consciência deste fluxo e de um outro” (Goffman, 1985, p. 16).

Outro aspecto relevante da teoria de Goffman (1985) para a nossa pesquisa é a perspectiva do caráter moral das projeções. Conforme o teórico, a sociedade se organiza a partir do princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem da maneira adequada, e “ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é” (Goffman, 1985, p. 21). Por essa perspectiva, podemos também enxergar o processo de escolha dos atores políticos por parte da sociedade, ou seja, das características e/ou valores que os fazem escolhidos, eleitos e valorizados ou não e, ainda, a forma como eles passam a atuar diante das expectativas de seus eleitores.

Esse aspecto também nos remete ao entendimento de Cabás (2011) de que “os representantes políticos estão sujeitos a uma obrigação moral porque representam o próprio princípio da obrigação. É por isso que são particularmente propensos ao escândalo” (Cabás, 2011, p. 5). Para esse autor, uma vez que os atores políticos se apropriam dos valores universais de uma sociedade e monopolizam a moralidade coletiva nos seus discursos e *habitus* de representatividade, o escândalo se torna mais do que a violação da norma em si, mas a violação das obrigações derivadas da representação política do agente como portador de determinada reputação tributária dos valores morais da sociedade (Cabás, 2011). Assim, Cabás (2011) conclui que, nestes casos, o estatuto e a posição ou função que um político desempenha transformam as regras morais que ele reivindica para si numa “armadilha”, que é a violação das “regras de reciprocidade” entre os representantes e os representados.

Como aponta Goffman (1985) “é aqui onde os atos comunicativos se traduzem em atos morais. As impressões que os outros dão tendem a ser tratadas como reivindicações e promessas que implicitamente fizeram e estas tendem a adquirir um caráter moral” (Goffman, 1985, p. 228). E essa ruptura de vínculo vem consolidando o colapso gradual do modelo de representação (Castells, 2018) na medida em que “a política se profissionaliza, e os políticos se tornam um grupo social que defende seus interesses comuns acima dos interesses daqueles que eles dizem representar: forma-se uma classe política, que, com honrosas exceções, transcende ideologias e cuida de seu oligopólio” (Castells, 2018, p. 9).

Em oposição, Gomes (2004) defende que a arte política não se restringe aos aspectos espetaculares da representação de papéis e produção de impressões. Para

o autor, os agentes políticos não são simplesmente atores, mas pessoas com responsabilidades reais, cujos atos têm consequências reais sobre a vida de todos. Já os cidadãos também não são meramente plateias, mas indivíduos que vivenciam os efeitos das interações que se processam na esfera estrita da política (Gomes, 2004, p. 294). Todavia reconhece a efetividade da abordagem teatral em certos aspectos da abordagem sobre a atuação política:

[...] a metáfora das artes cênicas é muito rentável para descrever aquelas atividades da política, crescentes em volume e em importância voltadas para administrar a opinião e a impressão públicas sobre os sujeitos e as posições políticas: o modo como os sujeitos políticos se apresentam publicamente, os meios empregados para dirigir e regular a impressão que o público faz a seu respeito, as coisas que podem fazer ou dizer, bem como aquelas que não podem ser feitas nem ditas enquanto estão diante do público (Gomes, 2004, p. 294).

Nessa nova dinâmica, o “instinto de poder”, apontado por Weber (2020) como uma característica natural do político, se transfere para ambientes nos quais a visibilidade e as aparências formatam um novo regime de poder. Assim, “o político de nossos dias, se quiser conservar a popularidade, será obrigado a dar atenção primordial ao gesto e à forma, que importam mais que valores, convicções e princípios” (Llosa, 2013, p. 44).

A inclinação à aparência e o problema da vaidade também foram abordados por Weber (2020) como riscos para a objetividade e a responsabilidade necessárias ao político. Para o sociólogo, os piores pecados que um político poderia cometer começavam quando a aspiração de poder se tornava falta de objetividade — e sua consequente irresponsabilidade — e objeto de uma autoinebriação meramente pessoal, o que o impediria de atuar exclusivamente a serviço da *causa*.

Trazendo essas questões para o contexto de proximidade que se opera no ambiente midiático, Thompson (2002, p. 25) entende que “também perdeu-se algo da aura, da grandeza, que encobria líderes políticos e instituições no passado e sustentava-se em parte pela imparcialidade dos líderes e pela distância que mantinham em relação aos indivíduos sobre os quais governavam”.

Essa aura perdida também pode ter suas raízes naqueles sentimentos de responsabilidade e senso de proporção que, para Weber (2020), eram atributos necessários porque davam ao político a consciência das consequências de seus atos e distanciamento dos fatos e pessoas para uma melhor avaliação nas suas decisões.

Mesmo sob outra ótica, a abordagem de Han (2018) sobre o respeito que decorre de um olhar distanciado, que já não existe no ambiente digital, também encontra eco na visão de Balandier (1982, p. 70) de que “a teatralização do cotidiano destroça a magia dos poderes, anula o efeito das aparências e perturba as convivências geradoras de conformidade”. Partindo dessas perspectivas, passamos a refletir então sobre alternativas de cuidado que possam confrontar essas situações.

4.1 A PREPARAÇÃO DOS ATORES: O CUIDADO E SUAS POSSIBILIDADES NA ATUAÇÃO POLÍTICA

No ambiente midiático em geral, “os políticos precisam estar constantemente atentos e empregar um alto nível de reflexividade para conseguir monitorar suas ações e declarações, já que um ato indiscreto, uma frase mal interpretada ou uma revelação sem justificativa podem ter consequências desastrosas” (Thompson, 2008, p. 29).

Silva (2013) entende que, ao mesmo tempo em que um escândalo pode afetar a imagem pública, a reputação e a confiança de atores e instituições envolvidas, também pode provocar mudanças tanto nos valores defendidos quanto nas práticas comumente realizadas. Esses efeitos, alerta a autora, não estão previamente definidos, mas resultam da própria intervenção dos atores no transcurso das ocorrências.

Tal intervenção, pela perspectiva da ética do cuidado de Brugère (2023, p. 41), “delineia uma reflexão particularmente importante em caso de crise, de conflitos, de dilemas, e implica uma grande dificuldade de escolher e de decidir”. Para a autora, a ética do cuidado deve ser pensada a partir da descrição de situações de tensão em que atuam protagonistas submetidos a uma grande vulnerabilidade (Brugère, 2023).

Duas grandes vulnerabilidades do ator político foram observadas por Weber (2020): a falta de objetividade, enquanto irresponsabilidade; e a vaidade, enquanto a necessidade de aparecer sempre que possível visível no primeiro plano, que faz, segundo o autor, com que o político caia, da forma mais intensa, na tentação de cometer uma das coisas, ou até mesmo as duas. A dificuldade de escolher e decidir apontada na ética do cuidado de Brugère (2023) aqui também pode ser vista como mais uma característica do político demagogo apontado por Weber (2020), que “corre sempre o perigo tanto de tornar-se ator quanto de tomar de modo leviano a

responsabilidade pelas consequências de suas ações ao apenas se perguntar pela ‘impressão’ que causa” (Weber, 2020, p. 89).

Situações como essas também foram destacadas por Goffman (1985, p. 191), que já sinalizava que “[...] o ator deve agir com expressiva responsabilidade, visto que muitas ações inadvertidas podem às vezes transmitir impressões inapropriadas ao momento”.

Na perspectiva de Goffman (1985), o cuidado surge abordado por um viés de ponderação: de um lado, o autor chama a atenção para os surgimentos de *rupturas na representação* quando não há cuidado e honestidade por parte do ator; de outro, entende que quando cuidado e honestidade são rigidamente exercidos, os atores provavelmente não serão compreendidos e/ou poderão até ser mal interpretados naquilo que podem expressar a partir das oportunidades dramatúrgicas que fazem uso. Nesse sentido, de certa forma, se aproximou do campo da gestão de crise ao descrever alguns atributos e práticas defensivas para evitar e/ou atenuar essas rupturas de representação, afirmando que “no interesse da equipe deve-se exigir dos atores que sejam prudentes e circunspectos ao representar o espetáculo, preparando-se antecipadamente para prováveis contingências e explorando as oportunidades restantes” (Goffman, 1985, p. 200).

A obra de Goffman (1985) também alertou para o fato de que, na medida em que os indivíduos fazem esforços para evitar rupturas e/ou corrigir as que não puderam ser evitadas, sua ação terá consequências simultâneas nos três níveis — da personalidade, da interação e da sociedade. Tal perspectiva também se atualiza pela visão de Brugère (2023, p. 41) de que “a partir do momento em que se trata de ‘cuidar’, a questão não é tanto a de considerar o lugar dos valores, das regras ou das leis na ação, produzindo um raciocínio moral, mas a melhor maneira de se comportar em um contexto específico, com outros sujeitos portadores de crenças sociais ou culturais, de histórias afetivas próprias etc.”.

O cuidado como um valor democrático, com base na necessidade de compreender a globalização pelo viés das relações é a perspectiva defendida por Tronto (2007). Para a autora, as relações e as responsabilidades entre as pessoas ultrapassam a família, a cidade e o Estado-nação, desde que estejamos dispostos a cuidar, dar apoio e receber cuidados. Nesse sentido, as transformações modernas impõem um senso de responsabilidade mais amplo, que envolve não apenas a governança e o cuidado mútuo entre cidadãos, mas também a gestão equitativa de

recursos e a proteção do meio ambiente, em um contexto de interdependência global. O “cuidado democrático” (Tronto, 2007, p. 302) seria, nesse sentido, um modelo ideal em que a cidadania transcenda fronteiras e divisões, reconhecendo as obrigações éticas e práticas que temos uns com os outros e com o planeta.

A forte conexão entre a ética do cuidado e a ideia de responsabilidade também foi abordada por Molinier e Paperman (2015). A perspectiva dessas autoras se apoia em Tronto (2007) e em uma concepção alternativa da responsabilidade *em termos relacionais*. Nesse modelo, é a relação, ou seja, o fato de se relacionar, que cria a responsabilidade.

Seria mais exato dizer, porém, as relações, pois estão sempre entrelaçadas em uma rede complexa, flutuante, que gera tensões, conflitos e dificuldades para assumir algumas responsabilidades que elas suscitam. Nessa concepção relacional das responsabilidades, não reinam a conciliação ou os bons sentimentos, mas conflitos a serem solucionados, elucidados, resolvidos ou admitidos como contradição dinâmica (Molinier; Paperman, 2015, p. 48).

Ainda segundo as autoras, Tronto (2007) sustenta que as relações particulares de cuidado formam uma base sólida para a compreensão do que significa a responsabilidade no plano mundial. Nessa visão, as relações “[...] possibilitam estimar diferentes reivindicações de responsabilidade, avaliar os erros causados pela irresponsabilidade e como eles afetam diferentemente as partes” (Molinier; Paperman, 2015, p. 48).

A perspectiva de Brugère (2023) acrescenta que a teoria do cuidado se inscreve em um contexto de redefinição das relações entre a ética e a moral. Ao considerar que a ética nunca é uma questão totalmente racional, a autora aposta “na esfera da atenção para com os outros, da manutenção das relações, em oposição a qualquer condenação precipitada das condutas ou qualquer atitude de indiferença” (Brugère, 2023, p. 41).

Desse modo, Brugère (2023) propõe que a ética do cuidado é mais uma prática do que um conjunto de regras e de princípios, e aciona o ponto de vista de Tronto (2007) para destacar as características de um bom cuidado “e, a partir deles, identificar os quatro elementos de uma ética do cuidado: a atenção, a responsabilidade, a competência e a capacidade de resposta” (Brugère, 2023, p. 84).

Ao voltarmos nosso olhar para a representação operada pelos atores políticos no ambiente midiático digital, podemos retomar e associar a estas perspectivas da ética do cuidado alguns elementos pontuados por Goffman (1985) como práticas

defensivas. Lembrando que “será necessário que todos os participantes da interação, bem como aqueles que não participam, possuam certos atributos e os expressem em práticas empregadas para salvar o espetáculo” (Goffman, 1985, p. 195), o autor aponta algumas possíveis estratégias. Inicialmente, lembra que “um ator disciplinado, dramaturgicamente falando, é aquele que se lembra do seu papel e não comete gestos involuntários ou ‘faux pas’ ao desempenhá-lo” (Goffman, 1985, p. 199). Isso significa ser prudente para adaptar sua representação às condições de informação sob as quais deve ser encenada, considerando que quanto maior for a informação que a plateia tenha sobre o ator, menor a probabilidade de que os fatos percebidos durante a interação a influenciem radicalmente.

Para Goffman (1985), uma cena corretamente representada conduz a plateia a atribuir uma personalidade ao personagem representado, sendo essa atribuição um produto da cena e não uma causa dela. O “eu”, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado.

Uma visão otimista surge quando Goffman (1985) afirma que o indivíduo enquanto ator tem a capacidade de ensaiar e aprender, “sendo esta exercida na tarefa de treinamento para um papel. [...] Manifesta às vezes um desejo gregário de companheiros de equipe e plateias, uma cuidadosa consideração pelos assuntos deles. E tem a capacidade de sentir-se profundamente envergonhado, o que leva a reduzir ao mínimo as probabilidades que aceita de se expor” (Goffman, 1985, p. 232).

Desse modo, é possível concordar que, como apontam Molinier e Paperman (2015), a perspectiva do cuidado pode ser dirigida “a qualquer pessoa pronta a se situar no processo de cuidado e a considerar suas próprias responsabilidades” (Molinier; Paperman, 2015, p. 55).

Após refletirmos sobre possíveis dimensões de cuidado na atuação política no ambiente midiático digital, chegamos ao fim da etapa que evidencia o nosso referencial teórico, a partir de uma pesquisa bibliográfica interdisciplinar.

Para chegarmos até aqui, reunimos suporte teórico sobre como as metamorfoses sociais (Beck, 2018) e a transformação da esfera pública, impulsionadas pelo ambiente midiático digital, tem redesenhado profundamente as relações entre sociedade, política e democracia. Percebemos que, ao mesmo tempo

em que consolidou uma nova mudança estrutural na esfera pública (Habermas, 2023), a ascensão das mídias digitais também transformou a lógica de visibilidade midiática na política (Thompson, 2008), que se reflete na autoexposição e personalização excessiva (Castells, 2010).

Nesse contexto, a democracia enfrenta desafios relacionados à deslegitimação da representação política e à ruptura do vínculo entre cidadãos e representantes, conforme observado por Castells (2018). Essa metamorfose social, descrita por Beck (2018) como consequência dos efeitos colaterais da modernização, acentua a crise de agência (Bauman; Bordoni, 2016) que decorre da falta de confiança nas estruturas representativas (Castells, 2018)

No cerne dessa crise, a comunicação dos atores políticos se destaca no palco, sob os holofotes das novas perspectivas de visibilidade e vigilância que se estabelecem no ambiente midiático digital. Com Thompson (2018) e Castells (2021), observamos que no ambiente midiático digital os atores políticos — de uma maneira recursiva (Morin, 2011) — se beneficiam da visibilidade e, também, estão expostos a uma vigilância constante, tornando-se mais suscetíveis às rupturas de representação (Goffman, 1985) que ameaçam suas reputações.

Nesse cenário, o imperativo da visibilidade midiática (Trivinho (2011), ou a compulsão pela visibilidade, (Han, 2018) fomenta um culto à personalidade (Castells, 2021), no qual as performances individuais se sobrepõem ao debate coletivo e às decisões políticas fundamentadas (Trivinho, 2011) e podem comprometer a essência da democracia representativa.

Compreendemos, ainda, que toda essa dinâmica favorece a ocorrência e a amplificação de crises e escândalos políticos, que se tornaram fenômenos recorrentes no contexto digital (Thompson, 2008), colocando em xeque reputações e desestabilizando lideranças. Os escândalos, ao lado das polêmicas, também funcionam como mecanismos de controle social, atuando para reafirmar expectativas normativas (Cabás, 2011), ao mesmo tempo que revelam as vulnerabilidades das instituições e dos atores políticos.

Os autores acionados também abordam a atuação política pela perspectiva de suas representações políticas, ou seja, pela autoridade que os legitima para atuar em seu nome (Hobbes, 2003) e pelo interesse dos cidadãos (Pitkin, 1983). Assim como suas representações teatrais, encenadas pelo regime de teatrocracia inerente ao cotidiano do poder (Balandier, 1982), no qual os atores políticos desempenham papéis

buscando controlar a impressão que causam (Goffman, 1985). Nesse sentido, a ética do cuidado, conforme Brugère (2023) e Tronto (2007), surge como uma abordagem relacional essencial para promover decisões políticas responsáveis e solidárias. Assim, diante de um ambiente marcado pela crise de confiança e pela hipertextualização midiática, cabe aos atores políticos alinharem práticas éticas à dinâmica contemporânea, preservando a legitimidade de suas ações e a confiança social.

Todo esse contexto, aliado à perspectiva sociológica de Weber (2020), de que quem faz política — seja por profissão ou vocação — sempre almeja o poder: “seja como meio de atingir outros fins (ideais ou egoístas), ou como ‘poder pelo poder’, a fim de gozar da sensação de prestígio que ele dá” (Weber, 2020, p. 11), nos permitiu compreender o quão necessário é para os atores políticos figurarem neste ambiente midiático digital em que a autoexposição está diretamente relacionada à disputa pela inserção social (Beiguelman, 2021). Nesse cenário, a imagem já não é “uma questão apenas de concorrência competitiva, mas de pura sobrevivência em termos de visibilidade pública (num ecossistema comunicacional por ela já completamente submerso)” (Esteves, 2019, p. 190).

Com esse entendimento, seguimos para a análise da experiência e do mundo vivido a partir dos atores políticos que analisamos na presente pesquisa e, por meio dos quais, buscamos vislumbrar (ou não) as perspectivas teóricas acionadas. Também detalhamos as opções metodológicas que sustentarão nossa aproximação com os sujeitos de pesquisa.

5 EM CARTAZ: A GRAVAÇÃO CLANDESTINA DA CONVERSA E A CADEIRADA EM PÚBLICO

Buscando atender aos objetivos desta pesquisa, dedicaremos este capítulo ao detalhamento do percurso metodológico bem como à apresentação e à análise dos sujeitos/objetos empíricos da pesquisa. A perspectiva complexa (Morin, 2011) que nos conduziu até aqui nos permite lembrar também o caráter exploratório deste estudo (Gil, 2017), considerando ser parte de temática ainda pouco aprofundada de um campo em legitimação (Nunes; Oliveira, 2021).

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica realizada nos fez concordar com a visão Gil (2017), de que a principal vantagem desse tipo de estudo é viabilizar o acesso a uma gama bem mais ampla de fenômenos do que seria possível em uma investigação direta sobre o tema em foco. Isso também destaca o viés complexo da construção teórica ao aproximar e tensionar as diversas camadas que envolvem o objeto de pesquisa em questão. Nosso olhar interpretativo sobre o objeto empírico será baseado em conteúdos e informações na internet e redes sociais, e terá como opção procedimental a Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson (1995). Os episódios analisados assim como nossas escolhas metodológicas serão aprofundados na sequência da descrição do objeto empírico.

Nossa análise se dará a partir de dois episódios: o primeiro, que aconteceu em meio às enchentes de maio de 2024, no Rio Grande do Sul, envolvendo o prefeito do município de Farroupilha, Fabiano Feltrin, do Partido Liberal (PL), e o então Ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, deputado federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República. O segundo é o caso da cadeirada que ocorreu durante o debate promovido pela TV Cultura, em 15 de setembro de 2024, quando o apresentador José Luiz Datena, candidato a prefeito de São Paulo pelo PSDB, arremessou uma banqueta contra o candidato Pablo Marçal (PRTB) após provocações sofridas.

5.1 ROTEIRO DE ANÁLISE DO ENREDO: A HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE

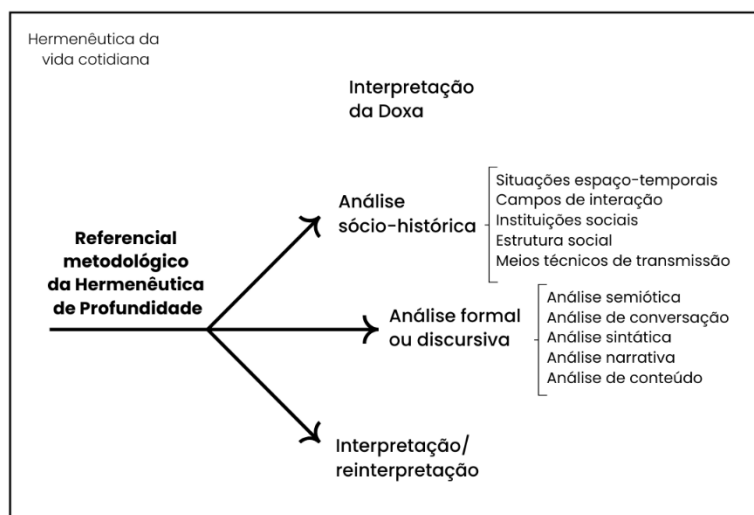
A Hermenêutica de Profundidade (HP), de Thompson (1995), considera o objeto de análise uma construção simbólica que possibilita uma interpretação e reinterpretação a partir da compreensão das ações, objetos e expressões significativas, contextos sociais e ideologias das interações comunicacionais.

[...] [O] mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu valor (Thompson, 1995, p. 358).

As “formas simbólicas”, conforme Thompson (1995, p. 183), são todos os textos, imagens, falas e formas comunicacionais nos quais se possa organizar uma mensagem — por meio de linguagem — e atribuir sentidos: “[...] uma ampla variedade de fenômenos significativos, desde ações, gestos e rituais até manifestações verbais, textos, programas de televisão e obras de arte” (Thompson, 1995, p. 183).

Nessa visão metodológica, Thompson (1995) esquematiza dimensões de investigação hermenêutica (Figura 1): a Hermenêutica da vida cotidiana, partindo de uma interpretação da doxa, que é a leitura de como as pessoas entendem suas realidades, opinam, creem e compreendem a partir de sentidos em suas vivências no mundo social (Nazário; Reino; Manfredini, 2016); e a Hermenêutica de Profundidade em si, dividida em três etapas de investigação: (1) análise sócio-histórica, dividida em níveis de compreensão (situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão); (2) análise formal ou discursiva, com cinco diferentes análises (análise semiótica, análise de conversação, análise sintática, análise narrativa, análise argumentativa e análise de conteúdo); e (3) interpretação e reinterpretação.

Figura 1 – Fases da hermenêutica da vida cotidiana



Fonte: adaptado de Thompson (1995)

O próprio Thompson (1995) assinala que a forma mais eficiente de aplicação das três fases de análise dependerá dos critérios do pesquisador, uma vez que “dentro de cada fase do enfoque da HP, uma variedade de métodos de pesquisa podem estar à disposição, e alguns métodos podem ser mais adequados que outros, dependendo do objeto específico de análise e das circunstâncias específicas da investigação” (Thompson, 1995, p. 366). No entanto o breve detalhamento das etapas nos interessa como suporte ao trajeto em busca dos objetivos desta pesquisa.

5.1.1 Análise sócio-histórica

O objetivo da análise sócio-histórica é “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (Thompson, 1995, p. 366), partindo da ideia de que as formas simbólicas são produzidas e circulam em contextos sociais, espaciais e temporais particulares. Dentro dessa etapa, Thompson (1995) propõe que sejam também considerados cinco níveis de análise para ampliar a compreensão contextual: (1) situações espaço-temporais; (2) campos de interação; (3) instituições sociais; (4) estrutura social; e (5) meios técnicos de construção de mensagens e transmissão.

A análise sócio-histórica do nosso objeto empírico se dará a partir de conteúdos e informações disponíveis na internet que possam trazer elementos relevantes tanto sobre o momento histórico em que o episódio está inserido quanto a aspectos pertinentes aos atores políticos envolvidos.

5.1.2 Análise formal ou discursiva

Na visão de Thompson (1995, p. 369), “os objetos e expressões que circulam nos campos sociais são também construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada”, por meio das quais algo é expresso ou dito. Essa etapa, conforme Nazário, Reino e Manfredini (2016), é destinada a “entender como as formas simbólicas estão organizadas de modo a mover sentidos, e quais sentidos estão sendo movidos” (Nazário; Reino; Manfredini, 2016, p. 294).

Prediger, Scherer e Allebrandt (2018) ressaltam que a HP entende o termo *discurso* para além de frases ou expressões, fazendo com que o pesquisador possa utilizar diversas fontes e tipos de materiais, como textos, falas, imagens, sons, gestos, ações, entre outros passíveis de muitas discussões e criação de informações e conhecimentos.

Nessa fase da análise, acionaremos os aspectos teóricos que nos darão suporte na análise contextual, comportamental e sistêmica dos atores envolvidos, reforçando a ideia de que os sentidos do discurso ultrapassam aquilo que é dito (Morin, 2011; Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985).

5.1.3 Interpretação/reinterpretação

Para Thompson (1995), a fase de interpretação/reinterpretação ocorre pela síntese das etapas anteriores da HP. Ela se constrói sobre a integração dos resultados da análise das formas simbólicas, em busca de uma interpretação criativa e crítica que ultrapasse as aparências evidentes (Nazário; Reino; Manfredini, 2016). Os mesmos autores destacam como aspecto fundamental da HP o fato de que ela “interpreta o que já foi interpretado por outros, reinterpreta o que já circulou, e por isso, pode problematizar tanto as compreensões superficiais a partir das formas simbólicas quanto eventuais relações assimétricas, que inspiram as estratégias de construção simbólica” (Nazário; Reino; Manfredini, 2016, p. 294).

Esse aspecto de reinterpretação de um campo pré-interpretado, para Thompson (1995), é o que torna o processo necessariamente arriscado, cheio de conflito e aberto à discussão.

Explicado o procedimento metodológico escolhido, partimos em busca de respostas à questão-problema que nos trouxe até aqui, que é compreender como as

perspectivas da visibilidade e da vigilância sobre os atores políticos se relacionam com as crises no ambiente midiático digital. Para tanto, a fim de atender aos objetivos desta pesquisa, nosso olhar para o objeto empírico será dividido em três grandes categorias decorrentes dos nossos objetivos específicos, nas quais analisaremos as manifestações e evidências das (1) perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia; da (2) ação dos atores políticos diante da visibilidade e da vigilância no ambiente midiático digital; e da (3) presença ou ausência de dimensões de cuidado, considerando o nosso objeto empírico, que é a dinâmica dos episódios da ligação telefônica entre o ministro e o prefeito e a cadeirada do candidato a prefeito José Luiz Datena no concorrente Pablo Marçal.

5.2 CONTEXTOS EM METAMORFOSE: PERSPECTIVAS COMUNICACIONAIS DA ATUAÇÃO POLÍTICA NO AMBIENTE MIDIÁTICO DIGITAL

Tendo em mente que pela abordagem da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 1995) o discurso é mais do que somente aquilo que é dito e/ou expresso, mas principalmente o encadeamento entre tudo que acontece na interação, neste subcapítulo nos dedicaremos a encontrar e a compreender as construções simbólicas complexas (Thompson, 1995) que emergem dos episódios em análise. Assim, mesmo dentro de cada categoria, as evidências, as interpretações e as reinterpretações serão articuladas de modo a reunir, contextualizar e globalizar (Morin, 1994) nossas lentes epistemológicas e o que trazemos da revisão teórica.

5.2.1 Elenco e personagens: quem são nossos protagonistas

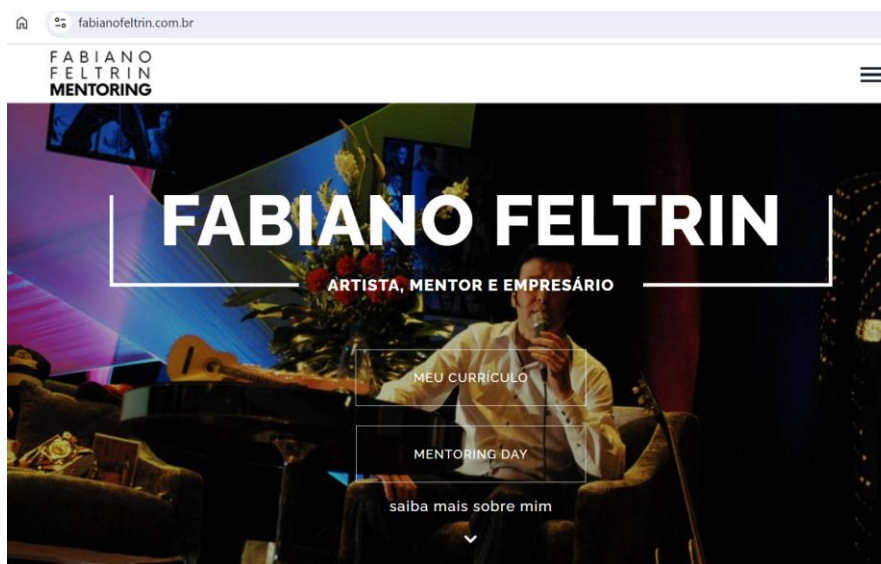
Considerando que os atores políticos são elementos centrais no contexto desta pesquisa, entendemos que conhecer um pouco mais profundamente a trajetória dos atores políticos envolvidos nos episódios também pode oferecer aspectos relevantes para a análise.

Político por profissão, no sentido proposto Weber (2020) de alguém que não depende financeiramente da política, o prefeito do município de Farroupilha, Fabiano Feltrin¹¹, tem 55 anos, e se apresenta profissionalmente — em um *site* pessoal (Figura

¹¹ Feltrin não concorreu à reeleição em 2024 (G1 RS. Eleições 2024: Jonas, do MDB, é eleito prefeito de Farroupilha no 1º turno. **G1 RS**, 7 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do->

2) — como artista, mentor e empresário. Administrador de empresas, preside o Grupo Feltrin, que controla diversas marcas na Serra Gaúcha. Feltrin também é um dos sócios do Hard Rock Café Gramado, o primeiro a ser inaugurado no Rio Grande do Sul, em 2018. No evento de inauguração, o prefeito foi a atração, se apresentando como *cover* de Elvis Presley, *hobby* que cultiva desde 2004, conforme informações disponíveis no seu *site*.

Figura 2 – Capa do *site* pessoal de Fabiano Feltrin mantido na internet



Fonte: Fabiano Feltrin (2025)

Profundo conhecedor e colecionador de artigos relacionados ao Rei do Rock, em 2015, Feltrin foi eleito o melhor *cover* de Elvis Presley da América do Sul, em um concurso realizado no 2º The Sailor Elvis Contest (Figura 3).

Figura 3 – Feltrin eleito o melhor cover de Elvis Presley da América Latina em 2015

Fabiano Feltrin é o melhor cover de Elvis Presley da América Latina

Empresário venceu concurso realizado em São Paulo

agosto 21, 2015 F1WuOSRMAI 0 comentários



Foto The Sailor Legendary PUB/Divulgação

Fonte: O Farroupilha (2015)

Evidenciando o fenômeno da individualização na política, que traz para o interesse público questões da vida privada dos atores políticos (Bauman, 2001), e reforça que a sociedade tem virado as costas para a percepção tradicional da esfera pública política e da própria política (Habermas, 2023), Feltrin fez sua estreia na política em 2009, quando foi vice-prefeito de Farroupilha até 2012. Depois, voltou a se candidatar em 2020, dessa vez para o cargo de prefeito, pelo Partido Progressistas (PP). Venceu a eleição com 49,76% dos votos válidos (20.240 votos) e assumiu em janeiro de 2021 (G1 RS, 2020).

Em entrevista ao Jornal Zero Hora, na época, Feltrin disse que voltou para a política porque sentiu que o município precisava de um administrador, e atribuiu parte da sua vitória ao ídolo: *“O cover é algo que faço há 15 anos, que continuo fazendo e que faz parte da minha formação como pessoa. Muito da eleição e da minha característica de acolhimento está relacionada a esse trabalho. Eu dedico ao Elvis minha eleição”* (GZH, 2020). Também podemos ver esse retorno de Feltrin ao palco da política pelo viés da personalização excessiva apontado por Castells (2021), no qual a exposição pública do privado, o culto à personalidade e a publicidade da própria imagem atingem seu ápice na política. Sua vontade de estar sob os holofotes no palco da política também se evidencia na troca de sigla partidária (Figura 4) como estratégia para se tornar um personagem associado a Bolsonaro.

Figura 4 – Feltrin troca PP pelo PL, partido de Jair Bolsonaro

Ao lado de Bolsonaro, prefeito de Farroupilha filia-se ao PL

Fabiano Feltrin oficializou a troca de partido em encontro
com ex-presidente em Brasília

20/03/2024 - 16h16min
Atualizada em 20/03/2024 - 16h17min

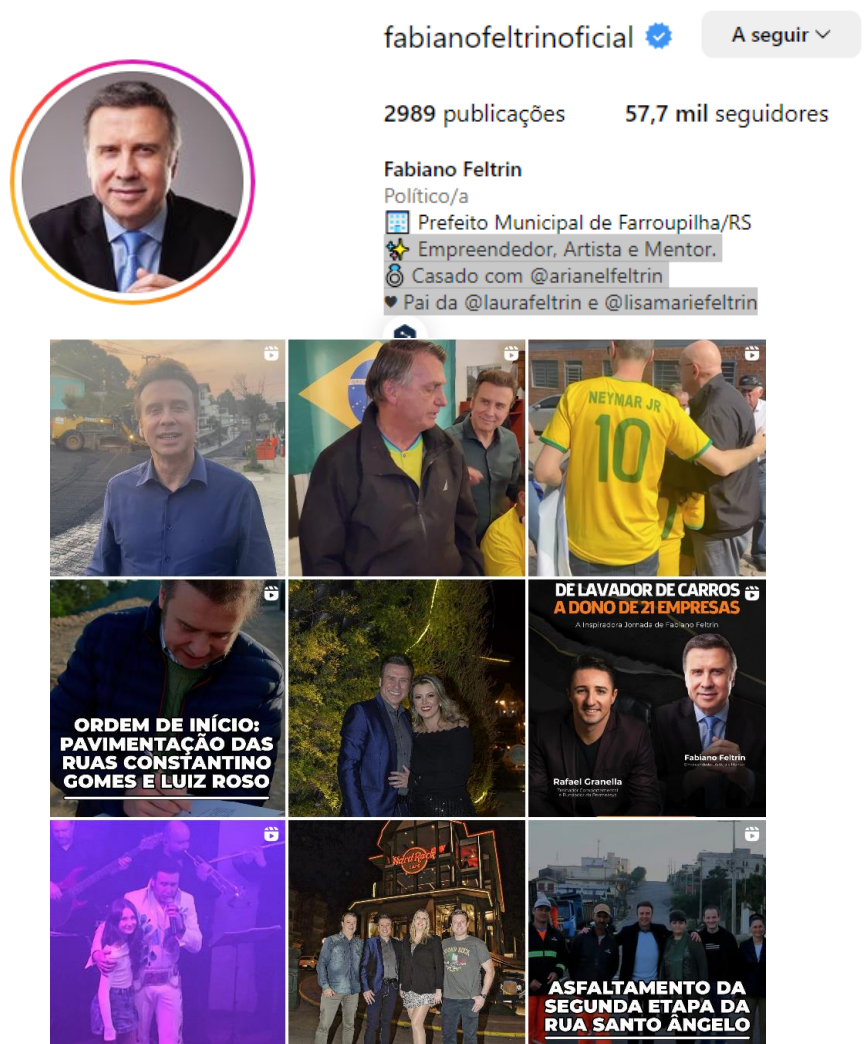


Feltrin, Bolsonaro e o vice-prefeito de Farroupilha, Jonas Tomazini.
PL Nacional / Divulgação

Fonte: Pioneiro (Fabres, 2024)

Dentro da perspectiva da plataformização da esfera pública (Habermas, 2023) e da necessidade que a política atual tem de se expor (Han, 2018) e realizar no ambiente midiático digital (Castells, 2021), no perfil do Instagram, um dos palcos possíveis nesse ambiente e fonte do episódio em análise nesta pesquisa, Feltrin se apresenta como político, prefeito municipal de Farroupilha/RS, empreendedor, artista e mentor e possui 57,7 mil seguidores. Também ficam em destaque as informações de que é casado e pai de duas filhas. Entre as postagens, além das suas agendas e atividades como prefeito, é possível encontrar tanto seus posicionamentos político-ideológicos e momentos familiares quanto suas atuações como palestrante, empresário, mentor e cover de Elvis Presley, como é possível visualizar no recorte selecionado na Figura 5. Esses conteúdos evidenciam que o prefeito é um exemplo da nova visibilidade (Thompson, 2008) que esse ambiente proporciona ao dissociar o acesso aos acontecimentos da copresença física e apagam a distinção entre o público e o privado na esfera pública (Habermas, 2023).

Figura 5 – Recorte do Perfil de Fabiano Feltrin no Instagram



Fonte: elaborado pela autora a partir do perfil de Fabiano Feltrin no Instagram (Feltrin, 2024)

O perfil de Fabiano Feltrin nos permite caracterizá-lo como um ator político que personifica a representação política tanto pela autoridade de atuar em nome dos cidadãos (Hobbes, 2003) como pelo interesse deles (Pitkin, 1983), visto que exerce um mandato eletivo de prefeito. No entanto concordando com a ideia de que “o homem político, em qualquer hipótese e por continuidade, porta-voz de um grupo, por suas ações permite uma simbolização não somente do poder que ele encarna, mas também de sua pessoa (de seu ser social)” (Fleurdorge, 2015, p. 792). Empresário aparentemente bem-sucedido, Feltrin não depende financeiramente da atuação política (Weber, 2020) e, talvez por isso, seu perfil esteja mais próximo de um ator político no sentido da representação teatral do poder (Balandier, 1982) “a fim de gozar da sensação de prestígio que ele dá” (Weber, 2020, p. 11).

Do outro lado da linha na ligação que estamos analisando, está o deputado federal licenciado, Ministro das Comunicações e da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta¹². Também político de profissão, mas dentro do grupo daqueles que vivem “da” política, sendo essa sua fonte de renda (Weber, 2020), Pimenta tem 59 anos, é bacharel em Jornalismo e técnico agrícola, e possui uma consolidada carreira política, conforme informações disponíveis sobre sua biografia no *site* da Câmara dos Deputados¹³.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ator político autorizado pelo voto a atuar em nome (Hobbes, 2003) e pelo interesse (Pitkin, 1967) de seus eleitores, Paulo Pimenta foi vereador por dois mandatos e vice-prefeito de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1992 e 2000. Em fevereiro de 1998, foi eleito deputado estadual. Na eleição seguinte, em 2002, entrou para a bancada petista na Câmara dos Deputados, mesmo ano em que o presidente Lula assumiu seu primeiro mandato presidencial. A trajetória de Pimenta nos remete à dimensão singular do político considerada por Fleurdorge (2015), que se mostra por meio daqueles que fizeram a vocação de viver da política como “um corpo de profissionais da representação”.

Desde então, Pimenta foi reeleito para uma sequência de seis mandatos consecutivos como deputado federal: em 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022. Nos últimos dois mandatos, segundo o *site* do PT¹⁴, foi o deputado federal gaúcho mais votado do partido na Câmara Federal (UOL, 2022). Depois de coordenar a campanha presidencial do PT, em 1º de janeiro de 2023, Pimenta tomou posse como ministro da Secretaria de Comunicação Social (Nabinger, 2023), sendo o único gaúcho a integrar o primeiro escalão do terceiro governo Lula.

Em maio de 2024, em razão da crise de agência (Bauman, Bordoni, 2016) decorrente das fortes chuvas que provocaram grandes enchentes no Rio Grande do Sul, Pimenta foi designado pelo presidente Lula para assumir a Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul (Figura 6). A pasta, de caráter temporário¹⁵, foi criada pelo governo federal por Medida Provisória, com o

¹² Cargos ocupados no período em que se desenvolveu essa pesquisa.

¹³ Biografia do deputado federal Paulo Pimenta disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74400/biografia>. Acesso em: 31 ago. 2024.

¹⁴ Perfil Paulo Pimenta disponível em: <https://pt.org.br/paulo-pimenta>. Acesso em: 31 ago. 2024.

¹⁵ O prazo de vigência da MP que criou a Secretaria da Reconstrução encerrou-se em 12 de setembro de 2024 e a pasta foi extinta.

objetivo de fortalecer e agilizar as ações federais de auxílio e recuperação dos municípios gaúchos afetados. Pimenta, então, passou a comandar todas as ações do novo ministério, atuando na interlocução entre as demandas do estado e municípios com a União.

Figura 6 – Paulo Pimenta toma posse como ministro da Reconstrução do RS

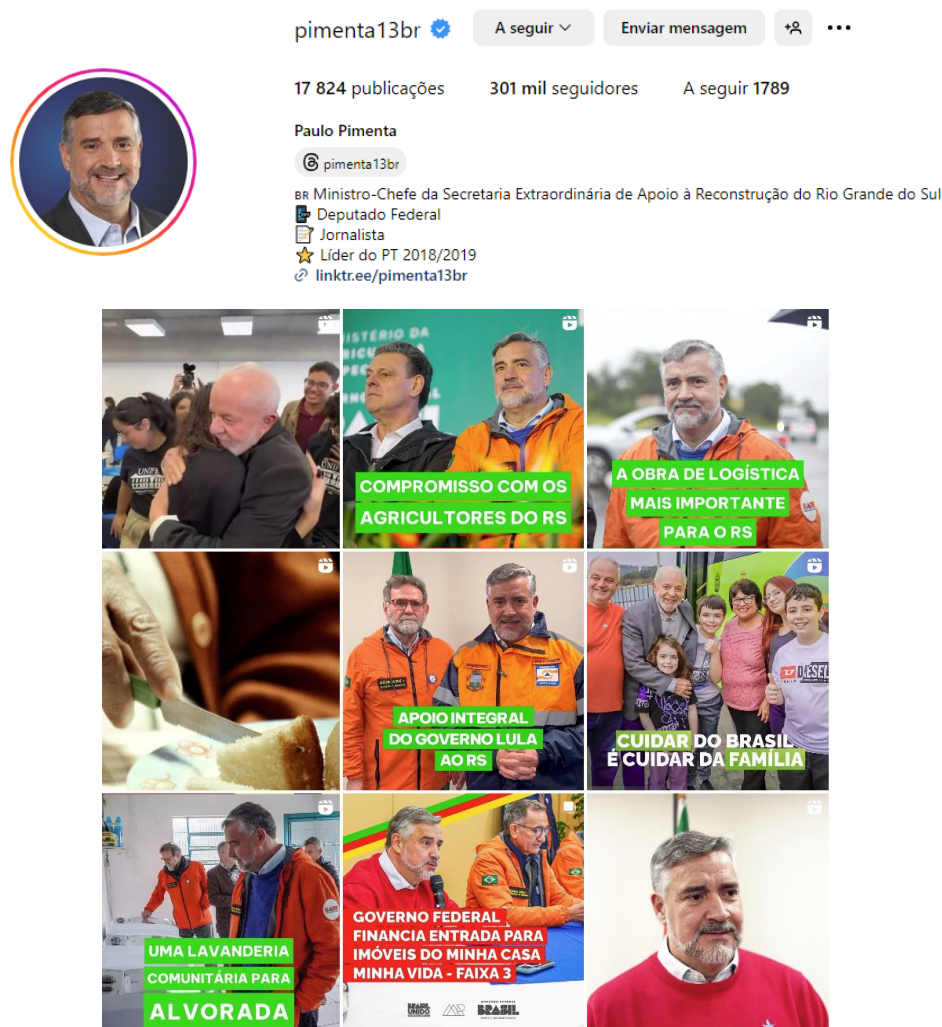


Fonte: Presidência da República (2024)

Um ator político notadamente de perfil mais discreto e disciplinado (Goffman, 1985) se revela na conta mantida por Paulo Pimenta no Instagram (Figura 7), na qual ele se apresenta como Ministro-chefe da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, deputado federal, jornalista e líder do PT 2018/2019. Neste palco, o perfil de Pimenta se aproxima mais do ator político por vocação descrito por Weber (2020), pela aparente presença da paixão, do sentimento de responsabilidade e do senso de proporção, naquilo que é publicado. Tais características podem ser percebidas no fato de que todas as postagens disponíveis são de cunho profissional e político-institucional, mostrando ações e pautas trabalhadas pelo governo e produzidas pela Secom, além de uma presença constante

da imagem do presidente Lula. Não há nenhuma menção referente à vida pessoal ou familiar do ministro.

Figura 7 – Recorte do Perfil de Paulo Pimenta no Instagram



Fonte: elaborado pela autora a partir do perfil de Paulo Pimenta no Instagram (Pimenta, 2024)

No segundo caso apresentado está outro político de profissão que não usa a política como fonte de renda (Weber, 2020). Pablo Marçal, nascido em Goiânia, tem 38 anos, é empresário, bacharel em direito, influenciador digital e político. Embora tenha feito fortuna por sua performance de si (Sibilia, 2016) atuando como *coach* no ambiente midiático digital, foi a visibilidade (Thompson, 2002) alcançada na política que projetou ainda mais seu nome nacionalmente e consolidou sua influência digital.

Biografias e entrevistas disponíveis na internet contam sobre uma infância humilde na periferia e o primeiro emprego como atendente de um *call center* antes da

construção de um império empresarial que o enriqueceu (Messina, 2024). Também mencionam que é casado e tem quatro filhos.

Outro exemplo de personalização excessiva (Castells, 2021) e da individualização da política (Bauman, 2001), Marçal é dono de um patrimônio milionário resultante de negócios em diversos ramos. Mantém um *site* e um *blog* com seu nome na internet, o primeiro dedicado à venda de seus cursos e mentorias para desenvolvimento financeiro (Figura 8). O produto em destaque durante a elaboração desta pesquisa é uma mentoria do seu método 10 em 1 — em que promete destravar e acelerar 10 anos de resultados e prosperidade em todas as áreas da vida.

Nesta plataforma, Marçal se vende como um dos maiores mentores da atualidade no Brasil e autor de 67 livros motivacionais. Também destaca que já ajudou milhares de pessoas a se desbloquearem e a iniciarem um negócio na era digital por meio de algum curso ou treinamento *online*. Aqui podemos evidenciar a mudança radical no padrão de comunicação provocada no/pelo ambiente midiático digital, por permitir que todos aqueles que utilizam essas mídias sejam autores independentes de conteúdos com igualdade de direitos, o que não era possível somente com a mídia tradicional (Habermas, 2023).

Figura 8 – Capa do *site* pessoal de Pablo Marçal mantido na internet



Fonte: Pablo Marçal (2025)

Outra evidência de que “o ‘público’ é colonizado pelo ‘privado’ [...] e a vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de

sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor)” (Bauman, 2001, p. 51) é que, no *site* do Método IP¹⁶, Marçal se apresenta como um cristão que, aos 36 anos, se tornou um dos patriarcas mais prósperos do Brasil, casado com Carol Marçal, pai do Lorenzo, Benjamin, Miguel e Isabela. O texto (Figura 9) inclui ainda outras informações relevantes para esta pesquisa, como o tamanho da audiência de Marçal nas redes sociais, que seria assistido por mais de 20 milhões de pessoas por mês nos seus canais oficiais.

Figura 9 – Recorte da apresentação de Pablo Marçal no *site* do Método IP



Fonte: Método IP (2025)

Além de menção ao bairro de alto padrão onde mora em São Paulo, o texto afirma que o maior desafio de Marçal é transformar a mentalidade do povo brasileiro em todas as esferas da sociedade, o que além de uma pista da egoificação e a narcisificação crescentes do ser-humano destacadas por Han (2018), também revela uma intenção que pode estar diretamente conectada à sua entrada na política, em 2022.

Naquele ano, Marçal lançou-se pré-candidato a presidente da República (Bochinni, 2022) pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS) (Figura 10), mas teve a candidatura revogada pelo TSE (Roberto Netto, 2022) em virtude da

¹⁶ O método IP é um produto de Marçal vendido em *site* próprio, disponível em: <https://metodoip.com.br/>.

oficialização do apoio do seu partido à coligação de Lula (Coelho; Lopes, 2022), o que inviabilizou um candidato próprio da sigla.

Figura 10 – Lançamento da candidatura de Marçal à presidência da República em 2022



Fonte: Agência Brasil (2022)

Impedido de concorrer a presidente, Marçal então se candidatou ao cargo de deputado federal. No entanto teve seu pedido de registro de candidatura rejeitado pelo TRE-SP por problemas na documentação e concorreu *sub judice*, recebendo 243.037 votos que o elegeram apenas por alguns dias, até a candidatura ser indeferida pelo TSE (Agência Câmara, 2022). Em 2023, a Polícia Federal deu início a uma operação para investigar denúncias de falsidade ideológica eleitoral, apropriação indébita eleitoral e lavagem de capitais durante a eleição de 2022 (Cruz, 2023). Para a PF, segundo matéria do G1 (Tavares, 2023), o *coach* e um sócio realizaram doações milionárias às campanhas de Marçal e boa parte desses valores foi remetido posteriormente às empresas das quais são donos.

Nas eleições de 2024, ainda sob investigação, Pablo Marçal entrou em sua segunda disputa eleitoral como candidato à Prefeitura de São Paulo, dessa vez filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Sem tempo de televisão, sua campanha foi totalmente focada na força de mobilização do ambiente midiático digital, estratégia que garantiu um grande desempenho. Marçal obteve 1.719.274 votos, o

que representa 28,14% dos votos válidos e ficou a menos de um ponto percentual do segundo colocado — uma diferença de pouco mais de 56 mil votos (Rigue, 2024).

Durante o período eleitoral, Marçal apostou tudo na autoexposição performática (Beiguelman, 2021) durante os debates para criar polêmicas (Cabás, 2011), cenas (Goffman, 1985) e cortes de vídeos que garantissem repercussão posterior no ambiente midiático digital. Apelidos e provocações aos demais candidatos, além de um boné ou um gesto do *slogan* sempre repetido — o “Faz o M” — com a mão foram suas principais estratégias de atuação teatral (Balandier, 1982; Goffman, 1985).

O perfil do Instagram de Marçal, por nós entendido como seu palco (Goffman, 1985), conta com mais de 12 milhões de seguidores, número que aumentou durante a campanha (Figura 11) após a criação de várias contas reservas para burlar duas suspensões de seus perfis determinadas pela Justiça Eleitoral de São Paulo após denúncias de adversários (Curado, 2024).

Figura 11 – Recorte dos perfis – oficial e reserva – de Pablo Marçal

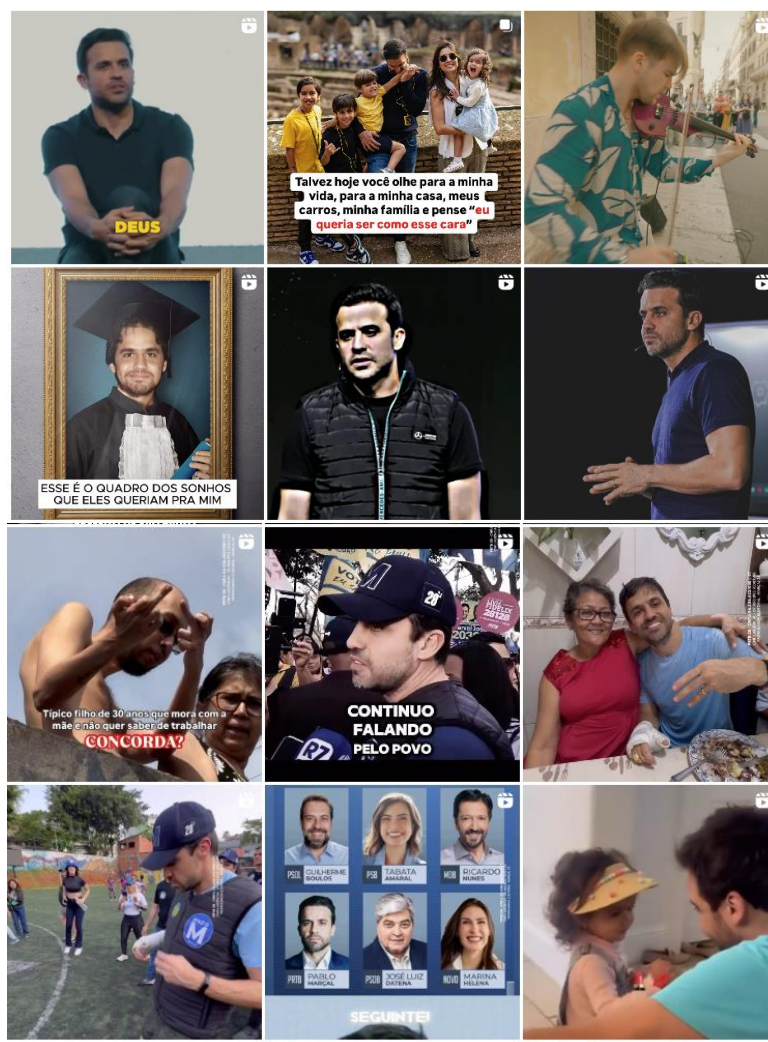


Fonte: elaborado pela autora a partir dos perfis de Pablo Marçal no Instagram (Marçal, 2024)

As postagens dos perfis de Pablo Marçal no Instagram não seguem um padrão visual nem de conteúdo (Figura 12). Há fotos e materiais bem-produzidos por assessoria, voltados à venda dos cursos e mentorias, entre memes, fotos da rotina

doméstica e registros da vida luxuosa de Marçal. Materiais de baixa qualidade, cortes de vídeos e *lives* com dicas de como prosperar nos negócios e na família dividem espaço com frases de efeito e opiniões político-ideológicas. Tudo dentro da lógica do autoempoderamento dos usuários de mídia (Habermas, 2023) e da autoexposição das massas (Castells, 2021) na seleção dos conteúdos postados. Nota-se, no entanto, a predominância de fotos e vídeos de Marçal em situações que evidenciam sua aparência e o quanto ele é bem-sucedido nos negócios e na vida, o que nos remete à “cuidadosa curadoria do próprio perfil visando a obter os melhores efeitos na maior audiência possível” (Sibilia, 2016, p. 44). No período de campanha, as postagens também não seguiam padrões, mas usavam a mesma lógica de enfatizar sua personalidade.

Figura 12 – Recorte de postagens do perfil de Pablo Marçal



Fonte: elaborado pela autora a partir do perfil de Pablo Marçal no Instagram (Marçal, 2024)

O candidato *coach* também pode ser visto como um reflexo da individualização da política decorrente da metamorfose digital (Beck, 2018), que restringe a política a pessoas individuais fundada nos interesses, valores e projetos individuais” (Castells, 2021, p. 37). E, sobretudo, como um exemplo concreto do fenômeno da “performance de si” (Sibilia, 2016).

O antagonista de Pablo Marçal no episódio em análise nesta pesquisa, o jornalista e apresentador de TV José Luiz Datena, de 67 anos, também personaliza a mudança estrutural da esfera pública (Habermas, 2023) a partir do deslocamento da mídia tradicional de massa — e de seus representantes — para o ambiente midiático digital (Thompson, 2018; Habermas, 2023; Beck, 2018).

Nativo do espaço de visibilidade caracterizado por Trivinho (2011) como *cena pública massificada*, Datena é um dos apresentadores mais populares do país, com fama consolidada na televisão ainda antes do advento das redes sociais, a frente de telejornais de viés sensacionalista como o Brasil Urgente, na Band, que comandou por mais de 20 anos até se afastar em 2024 para concorrer a prefeito de São Paulo. Apresentando e comentando notícias policiais, Datena criou seu personagem a partir da máscara (Goffman, 1985) de posicionamentos combativos e bordões teatrais contra a criminalidade para atrair a audiência.

Reconhecendo que a necessidade de ser carismático também faz parte do conjunto de mitologias de representação que o homem político desenvolveu para conquistar e garantir sua performatividade nos espaços de comunicação (Fleurbaey, 2015), podemos considerar que talvez tenha sido essa a motivação do apresentador para entrar na política: uma suposta autoridade carismática (Weber, 2020) obtida na televisão e entendida como demonstração de sua vocação (Weber, 2020) para a atuação política. Assim, o apresentador filiou-se ao Partido dos Trabalhadores em 1992, no qual permaneceu por 23 anos. De lá até o momento em que se desenvolve esta pesquisa, Datena já passou por 10 siglas partidárias até chegar ao PSDB, seu 11º partido, pelo qual concorreu a prefeito de São Paulo em 2024 (Figura 13).

Figura 13 – Datena assina ficha no PSDB, seu 11º partido político, em abril de 2024

Datena migra para o PSDB e pode ser candidato do partido à Prefeitura de SP; sigla é a 11ª que o apresentador se filia desde 1992

Legenda mantém desejo de ter um 'outsider da política' como cabeça de chapa, mas não descarta que o apresentador continue como candidato à vice de Tabata Amaral, do PSB.

Por **Rodrigo Rodrigues**, g1 SP — São Paulo
04/04/2024 08h28 · Atualizado há 9 meses



O apresentador José Luiz Datena deixa o PSB e se filia ao PSDB em evento em SP nesta quinta (4). — Foto: Reprodução/TV Globo

Fonte: G1 (Rodrigues, 2024)

Antes do PSDB, Datena foi filiado aos mais diversos espectros ideológicos e desistiu de concorrer em eleições quatro vezes: em 2016 e 2020, à Prefeitura de São Paulo, e em 2018 e 2022, ao Senado, motivo pelo qual nunca ocupou cargo eletivo. Em 2024, o resultado eleitoral de Datena para a Prefeitura de São Paulo foi considerado um fracasso: o quinto lugar, com 1,8% dos votos válidos, foi o pior desempenho da história do PSDB na capital paulista desde 1988, conforme matéria do Valor Econômico (Venturini, 2024). Uma possível pista para esse resultado pode ser o fato de Datena não ter conseguido representar (Goffman, 1985) no palco midiático digital — e chamar atenção para sua performance de si (Sibilia, 2016) — o mesmo personagem da televisão, que não exigia tanta interação com a audiência.

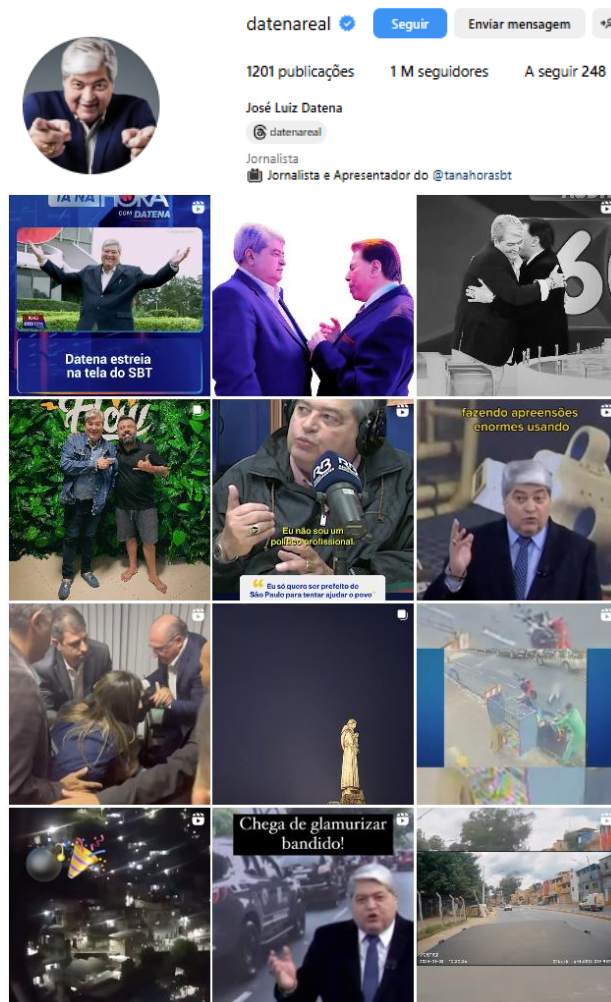
Seu perfil no Instagram (Figura 14) revela que, embora acostumado aos holofotes dos estúdios de TV, Datena não demonstra a mesma relação de intimidade com o ambiente midiático digital na cena pública interativa (Trivinho, 2011). Se apresentando como jornalista e apresentador, conta com 1 milhão de seguidores, mas as postagens feitas sem muita frequência (a mais recente, considerando a data em

que se faz esta pesquisa, foi feita há quatro semanas, e as anteriores têm um intervalo de 20 semanas entre elas) denotam um uso esporádico da plataforma.

Também como evidência do autoempoderamento dos usuários de mídia (Habermas, 2023) e da autoexposição das massas (Castells 2021), o perfil de Datena parece existir apenas em virtude do imperativo da presença nesse espaço (Han, 2018; Trivinho, 2011), imposto aos atores em tempos de metamorfose digital (Beck, 2018).

Não há um padrão visual nem de conteúdo, fotos de família, com personalidades da TV e do cotidiano profissional se misturam com vídeos de Datena comentando diversos assuntos e cortes de seus programas de TV e rádio. Além disso, não há registros do período da campanha eleitoral. Isto é, seu perfil parece se justificar apenas pelo fato de que” [...] é preciso fazer-se presente para a alteridade (individual, grupal ou massificada), independentemente de ela conceder ou não a atenção requerida [...]” (Trivinho, 2011, p. 114).

Figura 14 – Recorte do Perfil de Datena no Instagram



Fonte: elaborado pela autora a partir do perfil de Datena no Instagram (Datena, 2024)

Conhecidos os atores políticos que protagonizam nossos objetos empíricos, seguimos para a etapa de detalhamento dos dois episódios em análise nesta pesquisa.

5.2.2 Ato 1 cena 1: a ligação encenada

A interação mediada (Thompson, 2018) no primeiro episódio é a ligação telefônica realizada pelo ministro Paulo Pimenta para o prefeito de Farroupilha (RS), Fabiano Feltrin. Embora se tratasse de um momento privado de negociação (Wolton, 2023), pela perspectiva da nova visibilidade (Thompson, 2012) que se estabelece no ambiente midiático digital para a política, em que tudo pode ser trazido para a deliberação na esfera pública (Habermas, 2023), a conversa saiu dos bastidores e assumiu a região de fachada (Goffman, 1985) quando foi gravada em vídeo e publicada no Instagram, no dia 9 de maio de 2024. O palco da cena, que também tem como cenário o regime de teatocracia da política (Balandier, 1982), foi o perfil do Instagram do prefeito Feltrin (Figura 15), mas a encenação também foi compartilhada simultaneamente nos perfis do prefeito Feltrin, e em outros quatro perfis de Instagram de atores políticos do mesmo partido, o PL: os deputados federais do Rio Grande do Sul, Luciano Zucco e Bibó Nunes; e de São Paulo, Carla Zambelli e Mário Frias; todos esses espaços por nós considerados como lugares de esforço para manter a aparência da atividade (Goffman, 1985).

No vídeo, o prefeito conversa com seu interlocutor — o ministro — pelo viva-voz e cobra ajuda do governo federal para a reconstrução de Farroupilha após as enchentes causadas pelas chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul naquele período. A conversa exemplifica o axioma conteúdo e níveis de relação da comunicação (Watzlawick, Beavin e Jackson, 1985) na medida em que implica um compromisso e define a relação, ou seja, impõe um comportamento aos seus integrantes. A legenda fazia menção a uma denúncia feita por Feltrin, de que o governo federal não estaria enviando recursos para o RS.

Figura 15 – Vídeo da ligação gravado pela perspectiva do Prefeito de Farroupilha/RS, Fabiano Feltrin



Fonte: perfil do Instagram do deputado federal Zucco (Zucco, 2024)

Segundo informações divulgadas na imprensa estadual (Fabres, 2024), um áudio gravado pelo prefeito no dia anterior (Zucco, 2024), em que ele dizia que os recursos da União não estavam chegando para os municípios gaúchos, teria chegado ao conhecimento do presidente da República, Lula. Esse áudio, evidência não só dos riscos da nova visibilidade (Thompson, 2002), mas também a cultura da vigilância (Lyon, 2018), seria, então, o motivo da ligação do ministro Pimenta para o prefeito Feltrin — um pedido do presidente para que ele verificasse a situação.

O vídeo que mostra a conversa com Pimenta pelo ângulo do prefeito atingiu a marca de 2,2 milhões de visualizações no mesmo dia da publicação (Marchetto, 2024). Em resposta, outro vídeo da mesma ligação telefônica, no entanto, gravado pela perspectiva de Paulo Pimenta começou a circular na internet (Fabres, 2024). Além de ter sido distribuída para a imprensa pela assessoria do ministro, a gravação foi publicada no perfil do Instagram do deputado Pepe Vargas, também do PT (Figura 12), com legenda que denunciava uma possível edição no vídeo do prefeito.

Figura 16 – Vídeo da ligação gravado pela perspectiva do Ministro Paulo Pimenta



Fonte: perfil do Instagram do deputado estadual Pepe Vargas (Vargas, 2024)

Reconhecendo o fato de ambos terem gravado a ligação, podemos entender que se trata de uma cena representada, que confirma a perspectiva de Goffman (1985), ao pretender conduzir a plateia — no caso a audiência das suas redes sociais — para atributos de personalidade de cada um dos personagens como produto da cena e não uma causa dela. Enquanto a gravação feita por Feltrin o aproxima da personalidade vaidosa característica do político demagogo (Weber, 2020), e marca sua adesão ao imperativo da visibilidade midiática que “induz o sujeito ao flerte permanente com o desejo de ser o centro do cenário e atrair para si o foco” (Trivinho, 2011, p. 115); a gravação de Pimenta o aproxima do ator político vocacionado e disciplinado (Goffman, 1985) em defender sua representação pela credibilidade (Weber, 2020).

O fenômeno da incomunicação (Wolton, 2023) é perceptível em ambos os vídeos, em virtude da qualidade da ligação, o áudio de quem está do outro lado fica prejudicado em relação ao autor da gravação. As falhas técnicas também alteram a pontuação e a sequência de eventos (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985) da troca de mensagens entre os dois, conferindo significados e organizando o próximo comportamento dos atores, em especial o de Feltrin, que vai agregando elementos

teatrais (Balandier, 1982; Goffman, 1985) na sua atuação. Diante disso, consideramos oportuna a transcrição do que é audível em cada uma das versões publicadas, e, ainda, o cruzamento das falas a fim de identificar possíveis diferenças.

Quadro 8 – Transcrição 1: Vídeo publicado pelo prefeito Fabiano Feltrin (2'8'')

Feltrin: Bom dia, meu irmão Maneco, consegue me escutar?

Pimenta: Prefeito Feltrin?

Feltrin: É ele, é ele

Pimenta: Aqui é o deputado ministro Paulo Pimenta que tá falando, tudo bem?

Feltrin: Tudo bem, já reconheci pela voz

Pimenta: Prefeito... tá meu ouvindo prefeito? É o Pimenta que tá falando

Feltrin: Tô ouvindo, tô ouvindo (aqui o prefeito levanta da cadeira e se desloca para outra sala, subindo uma escada até sentar-se novamente)

Pimenta: Prefeito, o presidente Lula tomou conhecimento do seu vídeo e pediu que nós entrássemos em contato com o senhor.

Feltrin: Pois não.

Pimenta: (som abafado pelos passos do prefeito subindo a escada, não é possível ouvir o que o ministro fala com precisão)

Feltrin: O senhor tá me ligando pra me xingar ou tá ligando pra ajudar?

Pimenta: Não, prefeito, pra saber se tem alguma coisa pendente que nós queremos agilizar para liberar para o senhor.

Feltrin (exaltando o tom de voz): Pendente?! As coisas estão pendentes em todos os municípios! Nós precisamos de dinheiro, ministro! Pendente?! Temos que ter dinheiro da Defesa Civil, pra nossa defesa aqui nos municípios. O intuito da sua ligação é pra quê?

Pimenta: Prefeito, ainda tem alguma outra coisa que o senhor tenha solicitado que ainda não tenha sido aprovado, prefeito? É isso que nós queremos ver.

Feltrin: Eu acho que o senhor, como gaúcho, deveria tá me ligando pra me dar um acolhimento, de dizer que vão disponibilizar recursos pros municípios, é isso que o senhor devia estar fazendo.

Pimenta: Prefeito, eu quero acelerar a aprovação do que estiver pendente pro senhor, prefeito (neste trecho, a legenda do vídeo para essa parte do diálogo é: Não posso acelerar a aprovação, independente do show, prefeito). Estou ligando pra me colocar à disposição do senhor.

Feltrin: Tá bom, então vamos lá, a minha sugestão pra vocês é mandarem recursos da Defesa Civil pros municípios e depois nós fazemos a prestação de contas. Da maneira como está, vai vir 300 mil pra Farroupilha. Só numa contenção que eu tenho que fazer aqui é mais de 10 milhões.

Pimenta: Prefeito... (não é possível ouvir pela qualidade da ligação)

Feltrin: 300 mil, o senhor acha que vou fazer o que aqui?

Pimenta: Não entendi, prefeito... (aqui também a fala de Pimenta fica inaudível pela qualidade da ligação)

Feltrin: Tá cortando a ligação, infelizmente! Infelizmente!

Fonte: elaborado pela autora (2024) a partir do vídeo publicado pelo prefeito Fabiano Feltrin em seu perfil do Instagram (Fabiano Feltrin, 2024).

A transcrição do vídeo que registrou a ligação pela perspectiva do prefeito Feltrin permite observarmos que em alguns momentos não é possível ouvir algumas falas do ministro durante a conversa, o que pode se dar tanto pela qualidade técnica

da ligação quanto pela movimentação do prefeito durante o vídeo. Somente pela leitura, é perceptível que a conversa escala pela mudança de comportamento (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985) do prefeito a partir das suas afirmações verbais (Goffman, 1985). Esse sentido é reforçado pelas informações emitidas nas imagens, mais teatrais (Goffman, 1985), por meio de seu deslocamento para outra sala e suas mudanças na entonação da voz.

Quadro 9 – Transcrição 2: Gravação feita pela perspectiva do Ministro Paulo Pimenta (2'13'')

Pimenta: Prefeito Feltrin? Bom dia, aqui é o deputado Pimenta que tá falando, tudo bem?

Feltrin: Tudo bem, já reconheci pela voz

Pimenta: Prefeito, o presidente Lula tomou conhecimento do seu vídeo e pediu que nós entrássemos em contato com o senhor.

Feltrin: Tô ouvindo.

Pimenta: Pediu que nós entrássemos em contato com o senhor. Nós não localizamos nenhum plano de trabalho de Farroupilha protocolado até agora. E, tem alguma questão que o senhor tenha...

Feltrin: O senhor tá me ligando pra me xingar ou tá ligando pra ajudar?

Pimenta: Não, prefeito, não, pra saber se tem alguma coisa pendente que nós queremos agilizar para liberar para o senhor. Tem alguma solicitação pendente?

Feltrin (exaltando o tom de voz): Pendente?! As coisas estão pendentes em todos os municípios! Nós precisamos de dinheiro, ministro! Pendente?! Temos que ter dinheiro da Defesa Civil, pra nossa defesa aqui nos municípios. O intuito da sua ligação é pra quê?

Pimenta: Perfeito, Prefeito, ainda tem alguma outra coisa que o senhor tenha solicitado que ainda não tenha sido aprovado, prefeito? É isso que nós queremos ver. Nós queremos priorizar aquilo que é mais urgente, o senhor tem algum pleito protocolado, algum plano de trabalho encaminhado que a gente precise priorizar, prefeito?

Feltrin: Eu acho que o senhor, como gaúcho, deveria tá me ligando pra me dar um acolhimento, de dizer que vão disponibilizar recursos pros municípios, é isso que o senhor devia estar fazendo.

Pimenta: Prefeito, eu quero acelerar a aprovação do que estiver pendente pro senhor, prefeito. Estou ligando pra me colocar à disposição do senhor.

Feltrin: Tá bom, então vamos lá, a minha sugestão pra vocês é mandarem recursos da Defesa Civil pros municípios e depois nós fazemos a prestação de contas. Da maneira como está, vai vir 300 mil pra Farroupilha. Só numa contenção que eu tenho que fazer aqui é mais de 10 milhões.

Pimenta: Prefeito. Já tem um decreto aprovado, prefeito, que permite que o município possa receber recurso sem o plano de trabalho.

Feltrin: (difícil compreensão) vou fazer o que aqui?

Pimenta: Não entendi, prefeito...

Feltrin: 300 mil, o senhor acha que vou fazer o que aqui?

Pimenta: Prefeito, esse valor é só para o senhor usar agora enquanto faz o plano de trabalho, prefeito, isso é pra 48 horas, pra 72 horas

Feltrin: Tá cortando a ligação, infelizmente! Infelizmente

Pimenta: Prefeito, esse é o prazo pro senhor poder fazer o plano de trabalho, 48 horas, 72 horas.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Já a transcrição do vídeo da ligação gravado pelo ângulo do ministro revela porque decorre de uma gravação feita em primeiro plano, sem mudança de cenário e, por consequência mais audível — um comportamento mais linear por parte de Pimenta. É possível perceber que, embora o prefeito busque amplificar o efeito da incomunicação (Wolton, 2023) no diálogo, atuando intencionalmente para ameaçar a convivência (Goffman, 1985), Pimenta não responde às provocações de Feltrin, aparentemente demonstrando senso de proporção (Weber, 2020) e padrões de decoro e polidez (Goffman, 1985).

Quadro 10 – Comparativo das transcrições

Transcrição 1 – Prefeito Feltrin	Transcrição 2 – Ministro Pimenta
Feltrin: Bom dia, meu irmão Maneco, consegue me escutar? <i>Pimenta: Prefeito Feltrin?</i> Feltrin: É ele, é ele <i>Pimenta: Aqui é o deputado ministro Paulo Pimenta que tá falando, tudo bem?</i> Feltrin: Tudo bem, já reconheci pela voz <i>Pimenta: Prefeito... tá meu ouvindo prefeito? É o Pimenta que tá falando</i> Feltrin: Tô ouvindo, tô ouvindo (aqui o prefeito levanta da cadeira e se desloca para outra sala, subindo uma escada até sentar-se novamente) <i>Pimenta: Prefeito, o presidente Lula tomou conhecimento do seu vídeo e pediu que nós entrássemos em contato com o senhor.</i> Feltrin: Pois não. <i>Pimenta: (som abafado pelos passos do prefeito subindo a escada, não é possível ouvir o que o ministro fala com precisão)</i> Feltrin: O senhor tá me ligando pra me xingar ou tá ligando pra ajudar? <i>Pimenta: Não, prefeito, pra saber se tem alguma coisa pendente que nós queremos agilizar para liberar para o senhor.</i> Feltrin (exaltando o tom de voz): Pendente?! As coisas estão pendentes em todos os municípios! Nós precisamos de dinheiro, ministro! Pendente?! Temos que ter dinheiro da Defesa Civil, pra nossa defesa aqui nos municípios. O intuito da sua ligação é pra quê? <i>Pimenta: Prefeito, ainda tem alguma outra coisa que o senhor tenha solicitado que</i>	Pimenta: Prefeito Feltrin? Bom dia, aqui é o deputado Pimenta que tá falando, tudo bem? <i>Feltrin: Tudo bem, já reconheci pela voz</i> Pimenta: Prefeito, o presidente Lula tomou conhecimento do seu vídeo e pediu que nós entrássemos em contato com o senhor. <i>Feltrin: Tô ouvindo.</i> Pimenta: ... Pediu que nós entrássemos em contato com o senhor. Nós não localizamos nenhum plano de trabalho de Farroupilha protocolado até agora. E, tem alguma questão que o senhor tenha... <i>Feltrin: O senhor tá me ligando pra me xingar ou tá ligando pra ajudar?</i> Pimenta: Não, prefeito, não, pra saber se tem alguma coisa pendente que nós queremos agilizar para liberar para o senhor. Tem alguma solicitação pendente? <i>Feltrin (exaltando o tom de voz):</i> Pendente?! As coisas estão pendentes em todos os municípios! Nós precisamos de dinheiro, ministro! Pendente?! Temos que ter dinheiro da Defesa Civil, pra nossa defesa aqui nos municípios. O intuito da sua ligação é pra quê? Pimenta: Perfeito, Prefeito, ainda tem alguma outra coisa que o senhor tenha solicitado que ainda não tenha sido aprovado, prefeito? É isso que nós queremos ver. Nós queremos priorizar aquilo que é mais urgente, o senhor tem algum pleito protocolado, algum plano

ainda não tenha sido aprovado, prefeito? É isso que nós queremos ver.

Feltrin: Eu acho que o senhor, como gaúcho, deveria tá me ligando pra me dar um acolhimento, de dizer que vão disponibilizar recursos pros municípios, é isso que o senhor devia estar fazendo.

Pimenta: Prefeito, eu quero acelerar a aprovação do que estiver pendente pro senhor, prefeito (neste trecho, a legenda do vídeo para essa parte do diálogo é: Não posso acelerar a aprovação, independente do show, prefeito). Estou ligando pra me colocar à disposição do senhor.

Feltrin: Tá bom, então vamos lá, a minha sugestão pra vocês é mandarem recursos da Defesa Civil pros municípios e depois nós fazemos a prestação de contas. Da maneira como está, vai vir 300 mil pra Farroupilha. Só numa contenção que eu tenho que fazer aqui é mais de 10 milhões.

Pimenta: Prefeito... (não é possível ouvir pela qualidade da ligação)

Feltrin: 300 mil, o senhor acha que vou fazer o que aqui?

Pimenta: Não entendi, prefeito... (aqui também a fala de Pimenta fica inaudível pela qualidade da ligação)

Feltrin: Tá cortando a ligação, infelizmente! Infelizmente!

de trabalho encaminhado que a gente precise priorizar, prefeito?

Feltrin: Eu acho que o senhor, como gaúcho, deveria tá me ligando pra me dar um acolhimento, de dizer que vão disponibilizar recursos pros municípios, é isso que o senhor devia estar fazendo.

Pimenta: Prefeito, eu quero acelerar a aprovação do que estiver pendente pro senhor, prefeito. Estou ligando pra me colocar à disposição do senhor.

Feltrin: "Tá bom, então vamos lá, a minha sugestão pra vocês é mandarem recursos da Defesa Civil pros municípios e depois nós fazemos a prestação de contas. Da maneira como está, vai vir 300 mil pra Farroupilha. Só numa contenção que eu tenho que fazer aqui é mais de 10 milhões.

Pimenta: Prefeito. Já tem um decreto aprovado, prefeito, que permite que o município possa receber recurso sem o plano de trabalho.

Feltrin: (difícil compreensão) vou fazer o que aqui?

Pimenta: Não entendi, prefeito...

Feltrin: 300 mil, o senhor acha que vou fazer o que aqui?

Pimenta: Prefeito, esse valor é só para o senhor usar agora enquanto faz o plano de trabalho, prefeito, isso é pra 48 horas, pra 72 horas

Feltrin: Tá cortando a ligação, infelizmente! Infelizmente

Pimenta: Prefeito, esse é o prazo pro senhor poder fazer o plano de trabalho, 48 horas, 72 horas.

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Ao cruzamos as transcrições, percebemos que a ligação é muito mais fragmentada no vídeo gravado pelo prefeito, e que nele faltam informações importantes para uma interpretação total do seu conteúdo. Aliado a isso, temos o comportamento teatral de Feltrin, que tenta dirigir a conversa por meio da dramatização (Goffman, 1985) e da performatividade (Castells, 2021), imprimindo um sentido diferente — de uma certa animosidade entre os atores políticos — daquilo que é percebido na leitura das falas transcritas da gravação feita pela perspectiva de Pimenta.

Um elemento relevante para reforçarmos o sentido proposto pelo vídeo do prefeito é a forma como ele potencializa a incomunicação (Wolton, 2023) de uma das falhas técnicas da ligação. Na impossibilidade de se ouvir quando o ministro fala *“Prefeito, eu quero acelerar a aprovação do que estiver pendente pro senhor, prefeito. Estou ligando pra me colocar à disposição do senhor”* (conforme trecho audível no vídeo gravado pelo ministro), o vídeo do prefeito é legendado da seguinte forma: *“Não posso acelerar a aprovação, independente do show, prefeito. Estou ligando pra me colocar à disposição do senhor”*. Assim, a substituição da fala ininteligível de Pimenta fortaleceu ainda mais a narrativa construído pelo vídeo do prefeito, de que o ministro não estava ajudando os municípios gaúchos, ampliando a teatralização da política, que, segundo Balandier (1982, p. 70), “destroça a magia dos poderes, anula o efeito das aparências e perturba as convivências geradoras de conformidade”.

O ministro Pimenta não postou no seu próprio perfil no Instagram o vídeo da ligação em si, mas gravou e publicou, no mesmo dia, possivelmente após a conversa com Feltrin, outro vídeo relatando a situação (Figura 17).

Figura 17 – Vídeo publicado pelo ministro Paulo Pimenta após a ligação



Fonte: perfil do Instagram do ministro (Pimenta, 2024)

Embora seja um desdobramento do episódio em foco, acreditamos que a transcrição do vídeo postado pelo Ministro Pimenta também pode fornecer elementos para enriquecer a análise, conforme podemos ver no Quadro 11.

Quadro 11 – Transcrição 3: Vídeo de resposta gravado pelo Ministro Pimenta

Nós tomamos conhecimento de um vídeo do Prefeito de Farroupilha que as solicitações que haviam sido feitas para o governo federal por parte da prefeitura ainda não haviam sido atendidas. Naquele momento que ele fez o vídeo, nenhum pedido, nenhuma solicitação por parte do município de Farroupilha havia sido protocolado para o governo federal. Mesmo assim, fiz questão de ligar para ele, de forma gentil, para saber se tinha alguma questão pendente, como estou fazendo com todos os prefeitos. Ele, de uma forma absolutamente inadequada, não só me gravou, como fez um vídeo para tentar lacrar na internet em época de crise, no meio de toda essa dramaticidade. Eu liguei para ver como que a gente podia ajudar Farroupilha, e encontrei uma pessoa me ofendendo, falando de uma forma descontrolada tentando criar um factóide em cima de uma mentira. Os 300 mil reais que Farroupilha vai receber, e que foi solicitado pela prefeitura depois do vídeo do Prefeito, é simplesmente uma ajuda emergencial para comprar água, para comprar comida, para comprar material de limpeza, para comprar material de higiene, para não faltar nada agora. Isso não tem nada que ver com os projetos que vão ser apresentados pelas prefeituras, mais de 30 municípios já tiveram projetos aprovados. Então Farroupilha vai fazer um plano de trabalho para reconstrução, para restabelecimento, isso não tem nada que ver com ajuda humanitária, que são esses 300 mil que a cidade vai receber. Eu lamento profundamente. É hora da gente agir com honestidade, com equilíbrio e ter a responsabilidade da função e do cargo que a gente exerce. A nossa orientação é, independente de partido, é trabalhar na união e na reconstrução para ajudar o povo gaúcho e é assim que eu vou continuar trabalhando.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O texto da resposta do ministro detalha o contexto em que se deu a ligação para o prefeito e critica o uso indevido da gravação sintetizando, de certa forma, diversos aspectos teóricos abordados nesta pesquisa: “*Ele (o prefeito), de uma forma absolutamente inadequada, não só me gravou, como fez um vídeo para tentar lacrar na internet em época de crise, no meio de toda essa dramaticidade*” (Pimenta, 2024).

O contexto sócio-histórico em que a situação se desenrolou também mostra aspectos relevantes, tendo em vista que as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas “são produzidas [...] e

recebidas [...] por pessoas situadas em locais específicos, agindo e reagindo a tempos particulares e a locais especiais” (Thompson, 1995, p. 366).

A ligação telefônica que se tornou um embate público entre Fabiano Feltrin e Paulo Pimenta (Figura 14) é parte e reproduz – retomando aqui o princípio hologramático de Morin (2011) de que o todo está na parte e a parte está no todo - um contexto mais amplo de metamorfose social (Beck, 2018) e crise democrática (Przeworski, 2020) no Brasil, decorrentes da divisão política entre apoiadores de Jair Bolsonaro e de Lula iniciada na campanha presidencial de 2018, quando a extrema-direita eclodiu no Brasil elegendo Bolsonaro (Mazui, 2018).

Figura 18 – Pimenta x Feltrin – Reflexo da polarização Lula x Bolsonaro



Fonte: EspaçoFM (Marchetto, 2024)

Mesmo a maioria dos brasileiros tendo escolhido Lula como presidente nas eleições de 2022 (Tribunal Superior Eleitoral, 2022), a esfera pública (Habermas, 2023) do país continuou em estado de crise (Bauman; Bordoni, 2016) pelas disputas entre petistas e bolsonaristas. Um dos grandes marcos desse conflito foram os ataques de 8 de janeiro de 2023 (Poder360, 2024), quando manifestantes inconformados com a eleição de Lula — e a consequente derrota de Bolsonaro — invadiram e vandalizaram as sedes dos Três Poderes em Brasília: Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. Os ataques, uma relevante evidência da ruptura entre cidadãos e governantes que fragiliza a democracia (Castells, 2021), também chamados de atos golpistas, são considerados como um dos mais violentos atentados à democracia brasileira.

Apesar das repercussões negativas dos ataques, bem como dos desdobramentos e investigações que levaram à prisão de muitos bolsonaristas, a popularidade de Jair Bolsonaro não diminuiu. Em março de 2024, um levantamento do Instituto Brasileiro para Regulamentação da Inteligência Artificial (IRIA), em parceria com a Zeeng — plataforma de monitoramento virtual —, divulgado pela CNN Brasil (Figura 19) apontou, inclusive, um aumento na polarização entre Bolsonaro e Lula nas redes sociais.

Figura 19 – Levantamento da polarização Lula x Bolsonaro nas redes sociais

Estudo aponta aumento na polarização entre Lula e Bolsonaro nas redes sociais

Análise levou em consideração as interações e postagens feitas no Facebook, Instagram e Youtube do início deste ano até o dia 10 de março

Leonardo Ribbeiro, da CNN, Brasília

18/03/2024 às 08:38 | Atualizado 18/03/2024 às 08:39



Análise levou em consideração as interações e postagens no Facebook, Instagram e Youtube do início deste ano até o dia 10 de março • Reuters

Fonte: CNN Brasil (Ribbeiro, 2024)

A conexão desses dados com a ligação encenada (Goffman, 1985) que estamos analisando é, que nas eleições de 2022, Bolsonaro foi mais votado que Lula em todos os estados da região Sul do Brasil (G1, 2022). Além disso, na região da Serra Gaúcha, da qual Farroupilha, a cidade então liderada pelo Prefeito Fabiano Feltrin, faz parte, Bolsonaro venceu em todos os municípios. É, inclusive, da mesma região a cidade mais bolsonarista do país, como apontou a matéria do Jornal O Pioneiro (Figura 20). Em Farroupilha, Bolsonaro conquistou 34.359 votos (74,55%), enquanto Lula fez 11.728 (25,45%).

Figura 20 – Bolsonaro venceu a eleição em todas as cidades da Serra Gaúcha

Eleições 2022 • Notícia

Bolsonaro venceu em todas as 49 cidades da Serra gaúcha

No primeiro turno, candidato Lula havia vencido em duas cidades. Candidato do PL fez 69,3% dos votos válidos da região, ou 7 em cada 10

02/11/2022 - 18h25min



CIRO FABRES

[Enviar email](#)



Nova Pádua voltou a conquistar o título de cidade mais bolsonarista do país. Foram 9 em cada 10 votos válidos

Bruno Todeschini / Agência RBS

Fonte: Pioneiro (Fabres, 2022)

Esse contexto, além de carregar evidências da crise de legitimidade que a política e a democracia enfrentam (Castells, 2018) e do deslocamento da esfera pública para o ambiente midiático digital, que abala a função que a esfera pública cumpre para salvaguardar a democracia (Habermas, 2023), também nos permite compreender a ligação encenada e a atuação teatral do prefeito dentro da perspectiva Weberiana de que o que move o político profissional, mesmo nos cargos formalmente mais modestos, é a ambição de manejar os fios nervosos de acontecimentos históricos importantes (Weber, 2020).

Voltando nosso olhar agora para o período espaço-temporal em que o episódio em análise ocorreu, é necessário considerarmos que, em maio de 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou o maior desastre natural da sua história, vivenciando um turbilhão de múltiplas crises (Castells, 2021) em estado de crise (Bauman; Bordoni, 2016).

O estado foi atingido por fortes chuvas, que começaram no dia 27 de abril, na região dos Vales, e se estenderam por mais de 10 dias. Em decorrência, o volume de

água sobrecarregou as bacias dos rios Taquari, Caí, Pardo, Jacuí, Sinos e Gravataí, que transbordaram em fortes enchentes e inundações que atingiram 471 municípios, destruindo cidades e provocando dezenas de mortes (G1, 2024).

No dia 2 de maio, o governo federal reconheceu a situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul, com validade até o dia 31 de dezembro do mesmo ano (G1, 2024). Na região da Serra Gaúcha, onde a cidade de Farroupilha está localizada, os impactos das chuvas de maio foram mais relacionados aos deslizamentos de terra e bloqueio de estradas. A geografia montanhosa da região, aliada ao encharcamento do solo provocaram soterramentos em diversos municípios (Adorno; Ferraz, 2024).

No dia 9 de maio, data da ligação de Pimenta para Feltrin, o balanço das enchentes divulgado pela Defesa Civil do RS¹⁷ registrava 431 municípios afetados; 107 óbitos confirmados e um em investigação, além de 754 feridos e 134 desaparecidos. Havia, ainda, 1.742.969 pessoas afetadas, 327.105 desalojadas e 68.519 em abrigos. No dia 5 de maio, segundo informações de uma rádio local (Figura 21) a prefeitura de Farroupilha emitiu um comunicado informando que a cidade não havia registrado nenhum óbito decorrente das chuvas.

Figura 21 – Comunicado da prefeitura de Farroupilha

Farroupilha emite comunicado sobre óbitos em decorrência das chuvas na cidade

📅 5 de maio de 2024 📍 William Bertuol 👁 163 visualizações 📍 enchentes, São Vendelino

A Prefeitura de Farroupilha informa e esclarece que a cidade não registra nenhum óbito em decorrência das fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Sul desde o começo da última semana.

Conforme o Comandante do Corpo de Bombeiros do município Tenente Rodrigo Moraes, referente a atualização divulgada pelo 5º Batalhão de Bombeiro Militar que apontam dois óbitos na cidade, estes não ocorreram no perímetro farroupilhense.

As duas mortes ocorreram na cidade de São Vendelino, que não possui Corpo de Bombeiros Militares, e que é atendida pela corporação de Farroupilha. Por consequência, o registro dos óbitos acaba ocorrendo na unidade municipal.

Também foi confirmado pela Polícia Civil que os óbitos havidos na cidade no período não tem relação com os adventos do clima.

A Prefeitura, juntamente com as Forças de Segurança e o Comitê de Crise, monitora a situação da cidade e qualquer nova informação será repassada pelos canais oficiais.

Fonte: Radio Miriam Caravaggio (Bertuol, 2024)

¹⁷ Os balanços foram divulgados diariamente do dia 30 de abril até 10/6 no site do governo gaúcho (estado.rs.gov.br). Disponíveis em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-9-5-18h> e <https://www.estado.rs.gov.br/boletins-sobre-o-impacto-das-chuvas-no-rs>.

É válido lembrar que o estado gaúcho já havia vivenciado os efeitos da sociedade de risco (Beck, 2011) em três eventos extremos em 2023 (Preite Sobrinho, 2024). Em junho, um ciclone extratropical provocou a morte de 16 pessoas. No mês de setembro, outro ciclone extratropical atingiu o RS, dessa vez com chuvas fortes e concentradas que elevaram rapidamente o nível dos rios na Região do Vale do Taquari. O rio Taquari subiu 13 metros em alguns pontos, inundando totalmente cidades como Muçum e Roca Sales. Foram registradas 54 mortes e quatro desaparecidos. Cerca de 340 mil pessoas foram afetadas, 8 mil casas danificadas ou destruídas e 91 cidades decretaram estado de calamidade pública. Em novembro, 28 mil deixaram suas casas após novas chuvas no Vale do Taquari, Serra Gaúcha e região metropolitana de Porto Alegre. Foram 158 cidades atingidas e cinco mortes registradas. O episódio de setembro de 2023 foi considerado o evento climático mais letal registrado no Rio Grande do Sul até maio de 2024, quando todas as médias históricas foram superadas. Naquele momento, vivenciando as consequências extremas das mudanças climáticas provocadas pela sociedade de risco (Beck, 2011), a população gaúcha passou a questionar e a responsabilizar as autoridades públicas e atores políticos pela inefetividade de suas ações tanto na prevenção quanto na gestão do desastre, como aponta a matéria do portal UOL (Figura 22).

Figura 22 – Atores políticos foram responsabilizados pelo desastre em maio de 2024

Cotidiano

Na tragédia do RS, culpa recai sobre prefeitos, governador e União

Hygino Vasconcellos • Colaboração para o UOL, em Balneário Camboriú (SC)



25/05/2024 04h00 ⌚ Atualizada em 26/05/2024 15h57



8.mai.2024 - Registro dos danos causados pela enchente na região do Centro Histórico e zona sul na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.
Imagem: Marcelo Oliveira/Thenews2/Folhapress

Fonte: UOL (Vasconcellos, 2024)

A cobrança pública e a inabilidade política observadas durante o desastre de maio de 2024 também fazem parte do contexto da polêmica (Cabás, 2011) da ligação encenada (Goffman, 1985), no qual é possível evidenciar a crise de agência descrita por Bauman e Bordoni (2016), diante das incertezas sobre quem estava no comando para resolver os problemas e agir frente às múltiplas crises (Castells, 2018) decorrentes daquele Estado de Crise (Bauman; Bordoni, 2016).

Quando nos debruçamos sobre a conversa entre o ministro e o prefeito com o olhar voltado especificamente para nossa primeira categoria de análise: *perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia*, de pronto já é possível perceber que estamos diante de um exemplo concreto da mudança estrutural da esfera pública (Habermas, 2023), que deslocou as tensões das relações de poder político e o debate público para a arena de visibilidade instaurada pelo ambiente midiático (Thompson, 2018). Sem analisarmos, por ora, as motivações de sua gravação, a ligação telefônica entre Pimenta e Feltrin é, em si, uma conversa de negociação política naturalmente esperada, na medida em que ambos cumprem sua função enquanto representantes políticos autorizados pelo cidadão a agir em nome deles (Hobbes, 2014) e pelo seu interesse (Pitkin, 1967) dentro de uma democracia.

No entanto, a partir do momento em que é gravada em vídeo para ser postada na rede social, podemos dizer que a conversa assume os contornos de uma cena que evidencia a necessidade que a política tem de se realizar pela visibilidade alcançada no ambiente midiático digital. As percepções trazidas por Castells (2018, p. 19), de que hoje “na prática, só existe a política que se manifesta no mundo midiático multimodal que se configurou nas duas últimas décadas”, e por Beck (2018, p. 178), de que na comunicação digital “todo mundo é ‘falante’ e ‘plateia’ ao mesmo tempo [...] porque não há mais distinção o entre on-line e off-line”, reforçam essa evidência.

O episódio também nos permite observar a dissociação entre presença física e acesso aos atores políticos pela possibilidade de “gravação e transmissão para os que não se encontram presentes fisicamente no lugar e no momento do ocorrido” (Thompson, 2008, p. 21), e com isso, exemplifica os efeitos colaterais não intencionais — com frequência invisíveis — apontados por Beck (2018), do movimento de metamorfose digital dentro da metamorfose do mundo, que tem a ver com o entrelaçamento essencial do *on-line* e do *off-line*.

Partindo da ótica de Thompson (2008), podemos dizer que a iniciativa dos atores políticos em análise de gravar em vídeo a ligação — independentemente das

suas intenções — já nos permite enxergá-los a partir de duas perspectivas: como os seres que condicionam sua existência a tudo aquilo com que entram em contato de Arendt (2020), pensando aqui na relevância que a produção de conteúdo midiático digital assumiu no momento da ligação; e, ainda, como sujeitos metamorfoseados em seres humanos digitais, dentro da metamorfose de modos de existência caracterizada por Beck (2018).

Pelo viés da “desmediatização generalizada”, que vimos com Han (2018), é possível sugerir que a pressão pela presença constante que é exercida sobre os atores políticos no ambiente midiático digital, dificultando o planejamento e o tempo de maturação das pautas a serem debatidas também incidiu sobre o prefeito Feltrin e o ministro Pimenta, sendo mais evidente na atuação do prefeito, que foi o primeiro a postar o vídeo da ligação, como uma espécie de prestação de contas de sua liderança no município no momento de calamidade. Um erro na legenda da fala de Pimenta, aos 1’25” do vídeo publicado por Feltrin, em destaque na Figura 23, denota essa falta de maturação, evidenciando que não houve muito tempo dedicado à revisão do conteúdo antes dele ser postado.

Figura 23 – Frame do vídeo de Feltrin com erro na legenda



Fonte: perfil do Instagram do deputado federal Zucco (Zucco, 2024)

Na transcrição da conversa que realizamos anteriormente, já havíamos constatado essa falha (que reproduzimos abaixo) na legenda do vídeo publicado por

Feltrin, na comparação com a transcrição do vídeo que gravou a conversa com Pimenta em primeiro plano:

Pimenta: *“Prefeito, eu quero acelerar a aprovação do que estiver pendente pro senhor, prefeito (neste trecho, a legenda do vídeo de Feltrin para essa parte do diálogo é: “Não posso acelerar a aprovação, independente do show, prefeito). Estou ligando pra me colocar à disposição do senhor”.*

Esse trecho também nos faz compreendê-lo como uma das dificuldades decorrentes da relação com o receptor da informação da incomunicação conceituada por Wolton (2023) diante das transformações provocadas pela multiconexão tecnológica. Ao assistirmos aos dois vídeos em busca de suas relações e diferenças, percebemos ainda que o aspecto técnico, ou seja, a qualidade da ligação entre os dois atores, que em vários momentos corta e/ou atrasa a resposta, também foi um fator de incomunicação. Mais um elemento que corrobora o fato de que, apesar da abundância de possibilidades para a troca de informações, a intercompreensão entre as pessoas não é garantida e “na realidade, o desafio da comunicação não é a troca de informações, mas a alteridade, a negociação e a convivência” (Wolton, 2023, p. 28).

A iniciativa de gravar em vídeo a ligação telefônica, tanto para ser publicada nas redes sociais, como fez Feltrin, quanto para servir como uma possível (contra)prova ou defesa, como foi possível perceber da atuação de Paulo Pimenta, também posiciona o nosso objeto empírico no cenário político enquanto campo de batalha que abordamos com Thompson (2018), no qual os atores políticos fazem uso de qualquer espaço de mídia disponível para atacar a reputação dos outros e/ou fortalecer as suas próprias.

Ainda, na medida em que podemos relacionar o episódio em análise ao que Habermas (2023) nos apontou como plataformização da esfera pública — porque o debate entre Feltrin e Pimenta, que era legítimo, ou seja, buscava a viabilização de recursos financeiros para as comunidades afetadas pelas enchentes, foi totalmente deslocado para a rede social —, retomamos a abordagem de Habermas (2023) para considerar que temos em foco mais um episódio político que não contribuiu de forma positiva para a qualidade discursiva das deliberações nessa esfera pública estruturada pelo avanço tecnológico.

Também é fundamental analisarmos nosso caso dentro do espectro de um escândalo político, fenômeno que, como vimos com Thompson (2002), está

profundamente enraizado no ambiente e no progresso midiático. Além de ser o exemplo mais significativo de como a visibilidade pode prejudicar a reputação e o poder simbólico dos políticos, como vimos com Castells (2018), é um dos grandes causadores da crise que decorre do sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, contribuindo, assim, para sua crise de legitimidade.

Nosso percurso teórico permite aproximarmos nosso objeto empírico do conceito de escândalo de conversa, proposto por Ekström e Johansson (2008). Sendo a fala e a conversa a gênese do episódio que estamos analisando, bem como o vídeo da ligação a cena que permitiu sua repercussão, ele se torna mais uma evidência de que as discussões e as declarações encenadas são frequentemente usadas e figuram na dramatização de escândalos políticos (Ekström; Johansson, 2008).

Contudo, considerando que o ponto de partida para o desenrolar de todo o episódio foi a atitude do prefeito de postar no Instagram o vídeo em que conversava com o ministro, podemos dizer, retomando Cabás (2011), que não estamos diante de um escândalo, mas, sim, de uma polêmica, que é quando o ator político age intencionalmente. É claro que, retomando a concepção complexa da ecologia da ação (Morin, 2011), acreditamos que as consequências e as repercussões da ação estão relacionadas aos riscos e à incerteza da dinâmica social do ambiente onde ela acontece, e, também, não temos elementos para afirmar quais eram as intenções iniciais do autor e se elas se efetivaram.

No entanto, de acordo com a explicação de Cabás (2011), o que caracteriza os escândalos é que os atores políticos se esforçam para negar qualquer erro ou deslize para se desvincular da transgressão. Já nas polêmicas, os infratores assumem as consequências de seus atos e buscam legitimar seus atos e comportamentos como uma denúncia da ordem vigente. Assim, considerando que o prefeito Fabiano Feltrin é um ator político habituado a se utilizar da visibilidade midiática e do discurso polêmico, que “é disruptivo justamente para captar a atenção do espaço público” (Cabás, 2011, p. 13), podemos dizer que ele deu início a uma polêmica ao postar o vídeo na sua rede social.

5.2.3 Ato 2 cenas 1 e 2: a cadeirada e a encenação da ambulância

No dia 15 de setembro de 2024, durante o debate entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo organizado pela TV Cultura, José Luiz Datena bateu em Pablo Marçal com uma das banquetas disponíveis no cenário (Figura 24) (BBC News Brasil, 2024). Como um exemplo concreto da cena pública híbrida como espaço de visibilidade (Trivinho, 2011) e da plataformização da esfera pública (Habermas, 2023), o debate estava sendo transmitido ao vivo pela televisão aberta e, na internet, com grande audiência. Segundo informações da Revista Veja (Gelli, 2024), o ocorrido foi visto por milhares de pessoas e contribuiu para um marco histórico na audiência da emissora.

Pela televisão, conforme apurou o repórter Thiago Gelli, a cadeirada foi testemunhada ao vivo em mais de 73 mil domicílios e, só no YouTube, sem contar outras plataformas digitais, a transmissão chegou a bater 439 mil aparelhos simultâneos ao vivo, sem contar os milhares de cortes e memes que viralizaram.

Figura 24 – Frame do momento em que Datena dá cadeirada e Pablo Marçal



Fonte: TV Cultura [...] (2024)

Pelo viés comportamental da interação simétrica entre os candidatos e do conteúdo como definidor dos níveis da relação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985), a cadeirada foi o encerramento de uma das interações cheias de provocações entre os dois candidatos, na qual Pablo Marçal visivelmente buscava desestabilizar a convivência (Goffman, 1985) com Datena de diversas formas, até desafiando sua masculinidade, como demonstra sua última fala no debate, transcrita no Quadro 12.

Quadro 12 – Transcrição 4: Diálogo entre Pablo Marçal e Datena antes da cadeirada

Marçal inicia a pergunta para Datena: "Datena, ô 'dá pena', você falou em uma entrevista que se arrependeu e entrou em uma eleição errada. Acho que você estava feliz por ser o único fora da política, e eu tive que entrar aqui para tirar esse consórcio comunista do Brasil, no qual você faz parte, a gente queria saber que horas você vai parar. Já abandonou entrevista chorando, você que é um cara que só fala quando tem uma televisãozinha escrevendo ali. Que horas que o Datena vai parar essa palhaçada que ele está fazendo aqui?".

Datena responde, lembrando acusação de assédio sexual feita por Marçal em bloco anterior, e cita morte da sogra, Dona Alzira, em 2020, além de fazer referência à condenação de Marçal por furto qualificado em 2010: "Primeiro, ô 'PCC Marçal'. Vou lhe dizer uma coisa: A acusação que você fez sobre mim, repito, não foi investigada porque não havia provas, foi arquivada pelo Ministério Público, chegou a provocar a morte da minha sogra por calúnia e difamação depois de três AVCs. Você, quando não tem conhecimento daquilo que você fala e acusa do jeito que você acusa, eu não... Todos nós estamos falando de uma condenação sua em trânsito em julgado, que você foi condenado como bandidinho, ladrãozinho de dados de internet. Você foi condenado, eu não fui. Isso me custou muito para minha família. Mas eu não deixei um minuto de trabalhar enquanto me defendia no foro adequado que é a Justiça. O que você fez comigo hoje foi terrível, espero que Deus lhe perdoe. Você me pediu perdão anteontem, eu te perdoei. Agora não perdoo mais".

Marçal vai para a réplica a Datena: "O Datena não sabe nem o que fala aqui. Eles todos têm marqueteiros e gastam milhões. Ele fica inventando conversa todas as vezes. Mas o Brasil quer saber, São Paulo quer saber, que hora você vai parar? Você não respondeu à pergunta. A gente quer saber. Você é um arregão. Você não atravessou o debate esses dias para me dar um tapa e falou que você queria ter feito. Você não é homem nem para fazer isso. Você não é homem..."

Marçal fala a última frase e vira para o lado, já vendo Datena ir em sua direção. Uma voz, provavelmente do apresentador, diz: "Não, Datena", e Datena acerta uma cadeira com força em Marçal.

Datena xinga Marçal: "Seu filho da put**"

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Consideramos a cadeirada em si um escândalo, na perspectiva de Cabás (2011), por simbolizar mais do que a violação de uma norma em si, mas a violação das obrigações morais derivadas da representação política (Cabás, 2011), e

entendendo que no palco das representações políticas os atos comunicativos se traduzem em atos morais (Goffman, 1985).

Logo depois da agressão, a TV Cultura interrompeu a transmissão. Após um intervalo, a emissora informou a expulsão de Datena do debate e a ida de Pablo Marçal para o hospital (Bucci, 2024) — outra cena muito relevante para nossa análise.

Depois de Marçal deixar a emissora, o perfil oficial do candidato no Instagram — palco onde se esforça para manter a aparência pretendida (Goffman, 1985) — publicou um vídeo em que ele aparece sendo atendido em uma ambulância transitando em alta velocidade em direção ao hospital. O vídeo se configura em uma cena em que a representação do ator se dá no esforço de dramatizar a situação para dirigir a interpretação da plateia (Goffman, 1985).

No vídeo, com o som ambiente da sirene e diversas vozes ao fundo, o jogo de câmera registra, em movimentos rápidos, que muitas pessoas estão dentro do veículo que se movimenta em alta velocidade. É possível ver também alguns seguranças na janela fazendo sinal para abrir o trânsito e uma mulher de jaleco branco, supostamente a profissional de saúde, segurando uma máscara de oxigênio sob o rosto de Pablo Marçal, que, com expressão de dor, está deitado em uma maca.

Figura 25 – Frame do vídeo de Pablo Marçal na ambulância



Pablo Marçal compartilha vídeo sendo atendido em ambulância após cadeirada de Datena em debate

Fonte: PABLO MARÇAL [...] (2024)

Depois de chegar ao hospital Sírio Libanês, como mais uma evidência da compulsão pela presença (Han, 2018) causada pelo imperativo da visibilidade midiática (Trivinho, 2011), o candidato Marçal publicou uma foto (Figura 26) em que é possível ver que ele estava no leito hospitalar, deitado e monitorando a pressão. A legenda dizia apenas o “Faz o M”, seu *slogan* de campanha. Na foto, Marçal fazia o “M” com os dedos da mão.

Figura 26 – Foto de Pablo Marçal no quarto de hospital após a cadeirada



Fonte: perfil de Pablo Marçal no Instagram (Marçal, 2024)

É válido lembrar que o episódio da cadeirada que Pablo Marçal levou de José Luiz Datena durante o debate na TV Cultura e as postagens de Marçal imediatamente posteriores ao fato também fazem parte contexto de crise de legitimidade política (Castells, 2021) decorrente da polarização política no Brasil.

A cena transmitida ao vivo e amplamente repercutida marcou o primeiro turno das eleições 2024 no Brasil, que, segundo a Justiça Eleitoral, foi o maior pleito municipal — para eleger prefeitos e vereadores — já registrado no país (Tribunal Superior Eleitoral, 2024).

Em São Paulo, entre os 10 candidatos à Prefeitura (Matos, 2024), o antagonismo Lula x Bolsonaro era representado por Guilherme Boulos (PSOL) e o prefeito candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), que levou o apoio oficial de Bolsonaro após o ex-presidente fazer alguns acenos a Pablo Marçal (PRTB). Considerado um “outsider” da campanha (Gortázar, 2024), nas pesquisas eleitorais, Marçal transitou entre os três primeiros lugares, evidenciando uma disputa muito acirrada que se refletiu no resultado da votação (Figura 27). Enquanto Ricardo Nunes (MDB) conquistou 29,48% dos votos válidos (1.801.139 votos) e Guilherme Boulos (PSOL) 29,07% (1.776.127 votos), Marçal ficou com 28,14% (1.719.274 votos) e não passou para o 2º turno.

Figura 27 – Resultado do 1º turno da eleição à Prefeitura de SP em 2024



Fonte: Brasil de Fato (2024)

Um aspecto relevante nesse contexto, e que também nos remete ao Estado de Crise (Bauman; Bordoni, 2016), por refletir a descrença dos cidadãos nos governantes e da crise de legitimidade da política (Castells, 2018), foi a alta abstenção registrada na capital paulista. No primeiro turno, a taxa de abstenção na cidade foi de 27,34%. A CNN Brasil apurou que o número de eleitores que deixaram de votar na cidade de São Paulo — mais de 2,5 milhões — foi maior do que a votação obtida pelo prefeito Ricardo Nunes (1,8) e pelo deputado Guilherme Boulos (1,7) (Cury, 2024).

Até o debate da TV Cultura, Datena já vinha despencando nas pesquisas eleitorais. Uma pesquisa do Datafolha divulgada em 5 de setembro de 2024 apontou sua queda de 14% para 7% das intenções de voto.

Naquele momento, a queda de posições de Datena era simultânea ao clima de provocações e xingamentos aos adversários que Marçal alimentava a cada novo debate em busca de polêmicas — no sentido proposto por Cabás (2011), de situações em que o ator político atua com intenção para chamar atenção do público para si — para engajar eleitores nas suas redes sociais. Vale lembrar que o debate da TV Cultura foi o sexto encontro entre os candidatos à prefeitura da capital paulista (Vale, 2024), a escalada de tensão e confronto entre Marçal e Datena crescia a cada embate (Estadão, 2024). No encontro realizado pela TV Gazeta, no dia 1º de setembro, Datena chegou a deixar seu púlpito e se aproximar de Marçal ameaçando uma cabeçada, que o chamou de “desequilibrado”. Naquele debate, Marçal insinuou que Datena vendeu suas desistências em eleições passadas, enquanto o apresentador acusou Marçal de tentar “combinar o jogo” no debate da Band, pedindo para ele focar ataques em Nunes, enquanto o ex-coach atacaria o candidato Guilherme Boulos. Ambos, notadamente dispostos a destruir ou ameaçar seriamente a aparência de cortesia da convivência, a partir de “declarações verbais intencionais ou por atos não-verbais, cujo completo significado não é avaliado pelo indivíduo que contribui com eles para a interação” (Goffman, 1985, p. 192).

Por fim, um aspecto fundamental nessa contextualização é a intensidade da busca por atenção e o desequilíbrio nas forças de mobilização no ambiente midiático digital entre os candidatos. Na matéria *Guerra no Instagram: veja o mapa da disputa por likes entre candidatos a prefeito de São Paulo* (Garcia; Freitas, 2024), o jornal O Globo fez um detalhado levantamento sobre o embate eleitoral que ocorria entre os candidatos no Instagram, que chamou de “palanque virtual”. Foram analisadas 2.188 postagens que os seis candidatos líderes na disputa publicaram ao longo de um mês.

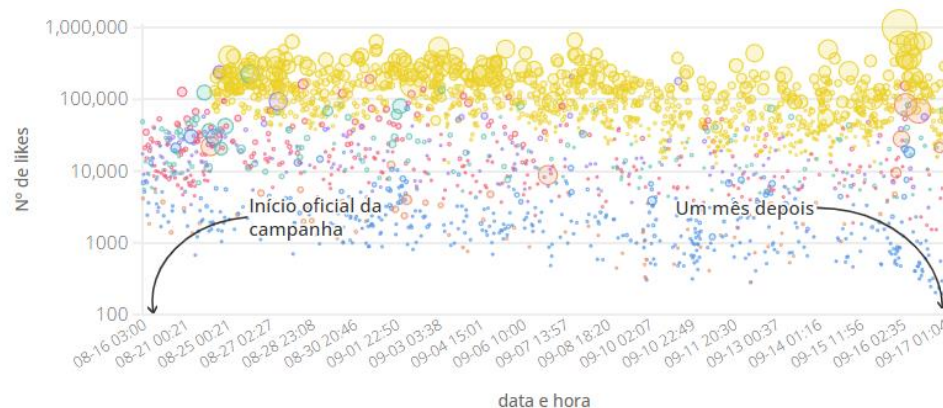
Os resultados impressionam (Figura 28) e demonstram que mesmo antes do episódio da cadeirada Marçal liderava a batalha pelo alcance da sua campanha no ambiente midiático digital. No período de 24 de agosto (quando teve sua conta oficial no Instagram suspensa pela Justiça Eleitoral) e 17 de setembro, já usando uma conta reserva, Marçal fez 1.063 postagens, contra 411 de Ricardo Nunes (MDB) e 313 de Guilherme Boulos (PSOL).

Figura 28 – Mapa da atuação dos candidatos a prefeito de São Paulo no Instagram

Este gráfico ilustra a busca dos candidatos por atenção no Instagram. Cada círculo representa uma postagem.

Palanque virtual - A guerra dos candidatos a prefeito de São Paulo por "likes" no Instagram

Clique em um candidato: ● Boulos ● Nunes ● Marçal ● Tabata ● Datena ● Marina Helena



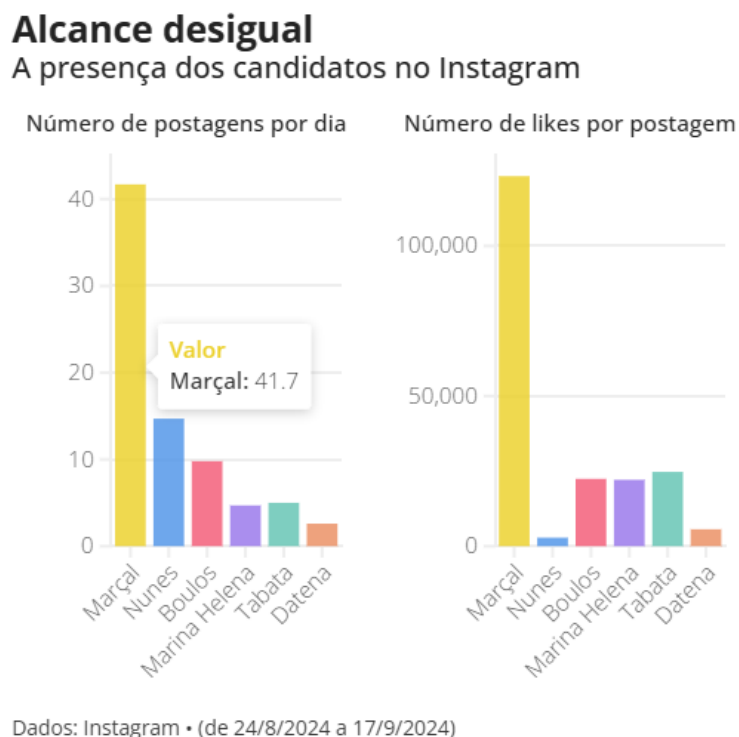
OBS: A conta de Pablo Marçal mostrada aqui é seu perfil reserva. O perfil oficial foi suspenso em 24/8.

Dados: Instagram (de 16/8/2024 a 16/9/2024)

Fonte: O Globo (Garcia; Freitas, 2024)

Os dados coletados pelo jornal também apontam que o palco de Marçal no Instagram alcançou um número de curtidas por *post* (123 mil) maior do que todos os outros sete candidatos analisados juntos. Já os 5.575 comentários por publicação somaram mais que o dobro do que de outros candidatos (Figura 29).

Figura 29 – Gráfico do número de *posts* e curtidas dos candidatos a prefeito de São Paulo no Instagram



Fonte: O Globo (Garcia; Freitas, 2024)

Os gráficos retratam que a exposição nas redes sociais era de fato imperativo aos candidatos, comprovando não só o deslocamento da esfera pública (Habermas, 2023) e das deliberações políticas para o ambiente midiático digital (Castells, 2018) como a relação entre a performance dos concorrentes com a visibilidade midiática.

O roteiro do episódio da cadeirada, embora guarde muitas semelhanças com o caso anteriormente analisado, nos permite explorar os aspectos abordados no nosso percurso teórico também por outros ângulos. Começando pelas *perspectivas comunicacionais dessa atuação política no ambiente midiático digital*, podemos dizer que o caso em foco evidencia a existência dos efeitos colaterais de uma sociedade em metamorfose (Beck, 2018), que assiste em tempo real a mudança estrutural da esfera pública (Habermas, 2023) vigente pelo deslocamento do palco das deliberações políticas — no passado limitado à presencialidade ou ao recorte da mídia tradicional (Thompson, 2018) para o ambiente midiático digital.

Uma primeira evidência desse aspecto pode ser o fato de que o palco do acontecimento em questão foi um debate eleitoral entre os candidatos à prefeitura de São Paulo, transmitido ao vivo simultaneamente na televisão e na internet. Uma cena

pública híbrida (Trivinho, 2011) que, como vimos com Beck (2018), é um dos sintomas da metamorfose, pela qual também passa o modelo tradicional de comunicação de massa — na fala do autor, o teatro, mas nesse caso, a televisão. O que antes se baseava na separação clara entre quem falava, em posição ativa no palco, e quem assistia, em um papel passivo na plateia, hoje se complexifica pelo autoempoderamento das massas (Castells, 2021) na esfera de visibilidade que independe da copresença física (Thompson, 2002).

Sem entrar no mérito do papel da mídia tradicional, que não é o foco desta análise, fato é que um produto político que antes era exclusivamente televisivo também teve sua visibilidade ampliada pelo potencial de alcance do ambiente midiático digital, muito em decorrência dessa nova esfera pública (Habermas, 2023), onde “não mais distinção entre o on e o off-line” (Beck, 2018, p. 178).

Se olharmos para esse debate retomando a concepção de Aristóteles (2011), de que o homem é um animal político por natureza, em virtude da sua capacidade de se relacionar e socializar na esfera pública — o verdadeiro sentido da política para Arendt (2020) —, podemos também analisar as expectativas (não correspondidas) em torno dos atores políticos em análise. Inicialmente, no sentido de uma interação voltada à negociação enquanto convivência (Wolton, 2023) entre dois pretensos representantes políticos que desejam conquistar autorização para atuar em nome (Hobbes, 2014) e pelo interesse (Pitkin, 1967) dos cidadãos de São Paulo.

Vemos, no entanto, que ambos — Marçal e Datena — acabam personalizando a representação política exatamente no sentido recuperado por Hobbes (2014, p. 138): da palavra *persona* e sua origem teatral, que “do palco [...] foi transferida para qualquer representante da palavra ou da ação, tanto nos tribunais como nos teatros. De modo que uma pessoa é o mesmo que um ator, tanto no palco como no convívio comum”. Assim, o episódio também exemplifica a teatrocracia que ambienta as relações de poder que vimos com Balandier (1982) e a ideia de que “no palco um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores” Goffman (1985, p. 3).

Entendemos também que o episódio da cadeirada é um exemplo significativo de um escândalo político enquanto um fenômeno profundamente relacionado ao contexto de progresso midiático (Thompson, 2002), que além de reforçar a ideia de que a visibilidade ampliada no ambiente midiático digital pode prejudicar a reputação e o poder simbólico dos políticos, como vimos com Castells (2018), também contribui

para “inspirar o sentimento de desconfiança e reprovação moral sobre o conjunto dos políticos e da política, contribuindo assim para a crise de legitimidade” (Castells, 2018, p. 21).

Reforçamos esse entendimento pela presença — no episódio em tela — das três condições sinalizadas por De Blic e Lemieux (2005), para a existência do escândalo: (1) a existência de uma contradição entre um ideal normativo e as práticas vigentes na sociedade — no debate, o ideal e esperado é o diálogo entre os candidatos, e não condutas agressivas e/ou violência física, como aconteceu entre Marçal e Datena; (2) a revelação pública desta contradição — no caso, em transmissão via televisão e internet; e (3) as reações suscitadas, que darão os sentidos e as consequências do escândalo.

Reconhecendo a importância de não limitar a observação da origem do escândalo à esfera midiática (De Blic; Lemieux, 2005), também percebemos na cena da cadeirada as “virtudes desestabilizadoras” do escândalo (De Blic; Lemieux, 2005, p. 34), que, segundo os autores, são menos relacionadas à revelação midiática das transgressões cometidas, do que à mudança das lógicas sociais — um teste das normas —, daquilo que é aceito socialmente. Nesse sentido, podemos dizer que além de exemplificar as metamorfoses em andamento na sociedade (Beck, 2018), expõe o alto grau de agonia do civismo e da democracia (Morin, 2011).

Ajustando o nosso foco especificamente para o diálogo (transcrito no quadro 12 da seção 5.4.3), que culminou na cadeirada — o clímax dessa peça teatral protagonizada por Marçal e Datena —, também podemos encontrar relações com a perspectiva de Ekström e Johansson (2008) sobre os escândalos de conversa, que se originam em atos de fala.

Marçal: *"O Datena não sabe nem o que fala aqui. Eles todos têm marqueteiros e gastam milhões. Ele fica inventando conversa todas as vezes. Mas o Brasil quer saber, São Paulo quer saber, que hora você vai parar? Você não respondeu à pergunta. A gente quer saber. Você é um arregão. Você não atravessou o debate esses dias para me dar um tapa e falou que você queria ter feito. Você não é homem nem para fazer isso. Você não é homem"...*

Marçal fala a última frase e vira para o lado, já vendo Datena ir em sua direção. Uma voz, provavelmente do apresentador, diz: "Não, Datena", e Datena acerta uma cadeira com força em Marçal.

Datena xinga Marçal: *"Seu filho da put*"...*

Retomando a abordagem desses autores, “a questão central é o que as pessoas em determinada posição podem dizer e como devem se comportar em conversas e discursos públicos” (Ekström; Johansson, 2008, p. 4), e, nesse sentido, podemos indicar que a crescente tensão entre os dois candidatos, de certo modo, se dá pelos atos de fala nos quais ambos transgridem as normas de comportamento na esfera pública, em um circuito de retroalimentação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985).

Percebemos também, ao longo do diálogo, a presença de aspectos relacionados ao conceito de polêmica de Cabás (2011), no sentido de que os atores políticos — especialmente Pablo Marçal, que já mostrou ser “disruptivo justamente para captar a atenção do espaço público sobre a situação de injustiça anterior do sistema, que, em sua inércia, obriga o ator a violar as normas, na pretensão de possuir um critério moral superior” Cabás (2011, p. 13) — agem intencionalmente com vistas a desestabilizar o adversário. O trecho, destacado abaixo, em que Marçal desafia a masculinidade de Datena evidencia esse aspecto

Marçal: *Você é um arregão. Você não atravessou o debate esses dias para me dar um tapa e falou que você queria ter feito. Você não é homem nem para fazer isso. Você não é homem”...*

Segundo Cabás (2011), os representantes políticos carregam uma obrigação moral intrínseca, pois incorporam o princípio da obrigação em suas ações e discursos, o que os torna particularmente vulneráveis a escândalos. No caso de Datena, ele agiu para defender sua obrigação moral de masculinidade. Situações como essa ocorrem, ainda segundo Cabás (2011), porque, ao se apropriarem dos valores universais da sociedade e monopolizarem a moralidade coletiva em sua representação, qualquer transgressão que cometam não se limita à violação de normas, mas também à quebra das obrigações inerentes à sua posição.

5.3 AÇÃO DOS ATORES POLÍTICOS DIANTE DA VISIBILIDADE E DA VIGILÂNCIA NO AMBIENTE MIDIÁTICO DIGITAL

Do entendimento de Wolton (2023), de que são cada vez maiores as dificuldades de comunicação e interpretação das intenções daquilo que se comunica, assumimos as lentes da Pragmática de Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) para

abrir a segunda categoria de análise do nosso objeto empírico, que abordará a *atuação dos atores políticos nas crises diante da visibilidade e da vigilância no ambiente midiático digital*.

Pensando no episódio da ligação encenada enquanto uma sequência de eventos midiaticizados (Thompson, 2008), temos evidências suficientes para considerá-lo um exemplo de circuito de retroalimentação, no qual “o comportamento de cada pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de cada uma das outras pessoas” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 28). Isso porque tudo começa quando o prefeito grava um áudio denunciando a falta de ajuda do governo federal, e esse áudio chega ao presidente Lula, que, por sua vez, demanda ao ministro Pimenta um contato com o prefeito. Em seguida, Pimenta cumpre a ordem, telefonando para Feltrin, que grava a ligação em vídeo e posta nas redes sociais, desencadeando a divulgação do vídeo da conversa, que também foi gravado por Pimenta e, ainda, a gravação de um outro vídeo, em que o ministro explica toda a situação. Essa sequência também evidencia que a relação entre Pimenta e Feltrin é entrelaçada por uma rede complexa e flutuante de tensões e conflitos que gera dificuldades para que eles assumam algumas responsabilidades que a relação suscita (Molinier; Paperman, 2015).

No axioma que trata do conteúdo e níveis de relação da comunicação, Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) reforçam o que pode ser percebido nessa mesma dinâmica bem como na conversa em si, quando afirmam que “toda comunicação implica um compromisso e define a relação, ou seja, não só transmite informação, mas, ao mesmo tempo, impõe um comportamento” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 47). Nesse episódio, temos dois vídeos, cada um de um ponto de vista, que relatam o acontecimento (a ligação entre o ministro e o prefeito) e apresentam os elementos que transmitem a informação (o conteúdo). A relação vai se dar no nível dos aspectos que vão desencadear a interpretação desses dados por parte dos espectadores, isto é, como a mensagem será entendida (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985).

Essa relação também pode ser analisada do ponto de vista da negociação e da incomunicação (Wolton, 2023) entre dois atores políticos, ao passo que, quando as imagens são compartilhadas nas redes sociais, não há como controlar ou instruir suas interpretações e disso decorrem os impasses da incomunicação, especialmente considerando o contexto polarizado do qual os dois interlocutores fazem parte.

Nesse caso, podemos então evidenciar, ainda, o problema da metacomunicação, que é comum a todos nesse aspecto relacional de uma comunicação sobre uma comunicação, conforme Watzlawick, Beavin e Jackson (1985, p. 49): “A capacidade de metacomunicar adequadamente é não só a condição sine qua non da comunicação bem-sucedida, mas está intimamente ligada ao grande problema da consciência do eu e dos outros”.

A comunicação digital e analógica delineada por Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) também é perceptível no episódio em análise, considerando que temos a possibilidade de interpretar a conversa tanto de forma quantitativa, no nível daquilo que foi dito pelos dois interlocutores (comunicação digital), quanto qualitativa, na forma como foi dito (comunicação analógica).

No axioma interação simétrica e complementar, Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) descrevem os atos comunicativos como relações baseadas na igualdade e/ou na diferença: os simétricos minimizam as diferenças entre os interlocutores, e os complementares se caracterizam pela maximização dessas diferenças. Nessa perspectiva, o episódio entre Feltrin e Pimenta pode ser (re)interpretado como uma situação paradoxal e complexa. Vemos uma relação simétrica em uma conversa por telefone entre dois atores políticos. Ao mesmo tempo, há uma relação complementar no fato de que o ministro representa a esfera política federal e o prefeito, a municipal. Quando ajustamos o foco para o vídeo da conversa postado na rede social, também podemos enxergar a simetria no fato de que todos que estão na rede social (autoridade e cidadãos) se “igualam” ao compartilharem o mesmo espaço, sem intermediários, algo que minimiza as diferenças. Na contramão, a relação complementar também se evidencia no nosso objeto, considerando que os dois atores políticos, por exercerem poder e autoridade, estão em posição superior, como descreve os autores: “Uma relação complementar pode ser estabelecida pelo contexto social ou cultural ou pode ser o estilo de relação idiossincrática de uma determinada díade” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 63). Desse prisma, embora possam atuar como todas as pessoas nas redes sociais, seus cargos os colocam sempre em posição de interação complementar com os cidadãos comuns e disso decorrem as expectativas acerca da sua comunicação e comportamentos, que, quando quebradas, se enquadram naquilo que Goffman (1985) conceituou como rupturas de representação e que nos levam para a análise das características mais evidentes dos

atores envolvidos e das manifestações da representação teatral que podemos evidenciar empiricamente.

A forma como o prefeito de Farroupilha se posiciona como ator político, focando a sua imagem pessoal como empresário, artista e pai, nos remete ao traço marcante da personalização excessiva que domina a política atual (Castells, 2021). O fato de manter um *site* pessoal — como já mostrado na Figura 2 — e trabalhar no reforço da comunicação do seu sucesso artístico, profissional e familiar em paralelo com suas atividades políticas nas redes sociais é um exemplo do quanto a autoexposição e a performatividade (Beiguelman, 2021) são exigidas para a existência no ambiente midiático digital e a manutenção do poder político.

Nesse sentido, especificamente no vídeo da conversa com o ministro postado no Instagram de Feltrin, além de uma conversa entre gestores públicos, é perceptível também a presença de diversos aspectos da representação teatral da política abordados em nosso percurso teórico. O mais evidente foi a formatação de uma cena, no sentido elaborado por Goffman (1985), de uma atuação do indivíduo voltada para destruir ou ameaçar seriamente a aparência de cortesia da convivência, na qual ele age, mesmo sem intenção, sabendo que há probabilidade de haver algum tipo de dissonância (Goffman, 1985).

Vimos com Balandier (1982) que o poder precisa ser exercido pelos atores políticos de modo que sua imagem e aparências correspondam ao que sua plateia deseja encontrar neles. E com Goffman (1985, p. 25), aprendemos que “quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles”, ou seja, que acreditem no personagem e nos atributos que ele aparenta possuir.

Sendo assim, naquele momento de crise de agência (Bauman; Bordoni, 2016), em que os cidadãos gaúchos estavam buscando a referência de seus líderes políticos, observamos que o prefeito buscou atender às expectativas dos seus munícipes, a começar pelo colete que vestia no vídeo da ligação com Pimenta e em diversos outros postados na sua rede social — prática, aliás, que se popularizou entre os políticos em situações de desastres. O figurino do prefeito é um elemento que chama atenção no vídeo, mas a teatralidade também se revelou na mudança de cenário que ocorreu durante a conversa (Figura 30).

Figura 30 – Mudanças de cenário durante o vídeo do prefeito



Fonte: perfil do Instagram do prefeito Fabiano Feltrin (Feltrin, 2024)

O espectador do vídeo de Feltrin começa vendo o prefeito sentado em uma mesa redonda, conversando pelo viva-voz; logo em seguida, Feltrin se levanta e continua falando com Pimenta enquanto sobe uma escada e se dirige para outra sala, em que volta a sentar-se, no momento em que sobe o tom de voz e gesticula de forma incisiva ao responder ao questionamento do ministro sobre o que estaria pendente.

Aqui a dinâmica do vídeo nos permite novamente tensionar os conceitos de regiões de fundo e de fachada da teoria de Goffman (1985), na medida em que as cenas nos colocam diante de uma fusão entre a região que seria o bastidor e o palco da atuação do prefeito, em uma cena que nos remete à crença de Balandier (1982), de que o grande ator político comanda o real por meio do imaginário.

A teatralidade que sobra no vídeo de Feltrin não é percebida no vídeo gravado pela perspectiva de Pimenta, a não ser pela elevação no tom de voz do prefeito que se projeta no áudio do vídeo quando ele diz:

Prefeito Feltrin: *Pendente?! As coisas estão pendentes em todos os municípios! Nós precisamos de dinheiro, ministro! Pendente?! Temos que ter dinheiro da Defesa Civil, pra nossa defesa aqui nos municípios. O intuito da sua ligação é pra quê?*

Do outro lado da linha, o ministro mantém a expressão facial e não altera o volume nem entonação da sua fala. Pelo perceptível esforço do ministro para preservar a aparência de sua atividade, mantendo *padrões de polidez* e *padrões de decoro*, podemos dizer que Pimenta atua dentro da *região de fachada* descrita por

Goffman (1985). A gravação é estática, registrada o tempo inteiro pelo mesmo ângulo e não há mudança de cenário (Figura 31).

Figura 31 – O cenário do vídeo do ministro



Fonte: perfil do Instagram do deputado estadual Pepe Vargas (Vargas, 2024)

Quando nos dedicamos a analisar a atuação dos atores políticos no episódio da cadeirada, encontramos elementos reveladores também no vídeo divulgado pela TV Cultura no dia seguinte ao episódio, que registrou a movimentação no estúdio logo após a agressão de um ângulo mais aberto (TV Cultura [...], 2024). Esse é o momento que nos permite refletir sobre o episódio pelo viés das rupturas de representação da atuação teatral de Goffman (1985) e confirmar “que a expressão popular ‘fazer uma cena’ é adequada porque, com efeito, estas rupturas criam uma cena” (Goffman, 1985, p. 193). No vídeo em questão, é possível ver que após a cadeirada, assim que os ânimos se acalmam, os candidatos voltam aos seus púlpitos (Figura 32), e Marçal leva a mão à costela demonstrando estar sentindo algo. Na sequência, assim que o apresentador comunica a Datena sua expulsão do debate, o *coach* sai pela primeira vez do palco, mas retorna em seguida, afirmando estar bem para continuar, porém sempre com a mão no local que teria sido atingido. Alguns minutos depois, alegando muita dor, Marçal deixa o estúdio.

Figura 32 – Cenas da atuação de Marçal no estúdio após a cadeirada



TV Cultura mostra imagens inéditas da confusão entre Datena e Pablo Marçal no Debate



Fonte: perfil do Instagram do prefeito Fabiano Feltrin (Feltrin, 2024)

Reafirmando “que qualquer comportamento (palavras, gestual, silêncio, ação) na interação tem valor de mensagem e influencia o interlocutor” (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 44), é a atuação de Marçal que ganha destaque no episódio em análise. Em uma atuação que evidencia, ao mesmo tempo, sua intimidade com a dinâmica das redes sociais e sua agilidade estratégica na performance de si (Beiguelman, 2021), que condiciona a existência no ambiente midiático digital (Trivinho, 2011), o *coach* que dá início a um “segundo ato” da cadeirada.

Podemos dizer que a cena seguinte, que é o vídeo da ida ao hospital de ambulância — apresentado na Figura 25 da seção 5.2.3 —, é repleta de elementos voltados à dramatização da cena (Goffman, 1985), e mesmo em poucos segundos, é possível perceber a intenção de compartilhar com a audiência toda a tensão do momento, com a consciência de que a mensagem política é predominantemente emocional¹⁸.

A teatralidade (Balandier, 1982; Goffman, 1985) pode ser percebida tanto na expressão de dor Marçal e de apreensão das outras pessoas no seu entorno quanto na dinâmica de imagens rápidas, na luz piscante da parte interna da ambulância, no som da sirene que completava a cenografia.

Habitados ao imperativo da visibilidade midiática do ambiente midiático digital (Trivinho, 2011), desde o debate até o vídeo da ambulância, é possível verificar que Marçal é um exemplo de ator político que entende como usar a visibilidade midiática (Thompson, 2008) e performatividade (Sibilia, 2016) ao seu favor, e, de certo modo, até se beneficia da cultura de vigilância (Lyon, 2018) nesse ambiente para insuflar apoiadores.

O vídeo da ambulância apresenta ainda fortes indícios do fenômeno observado por Bauman (2001), de que o ambiente midiático digital reduz o “interesse público” à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor).

Nas imagens, o espectador se sente dentro da ambulância, ao lado de Marçal, indo junto com ele para o hospital, uma percepção que nos leva de volta às palavras

¹⁸ Extraído da fala de Castells durante aula inaugural do Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias: desafios da era digital. (AO VIVO: Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias – 25/3/24. [Brasília: s. n.], 2024. 1 vídeo (1h 25 min 10 seg). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xdWVlb3MrFg>. Acesso em: jun. 2024).

de Beck (2018), quando ele relaciona a desconexão entre a proximidade social e a proximidade geográfica ao fato de que “a distinção entre ficção e realidade está empalidecendo” (Beck, 2018, p. 193).

Na sequência, obedecendo à curadoria da performance de si (Sibilia, 2016), a foto que Marçal postou no perfil do Instagram, quando já estava no quarto do hospital, também se mostrou como parte da estratégia performática (Beiguelman, 2021) e, de certa forma, egóica e narcísica (Han, 2018) de se manter sob os holofotes, expressando possuir o defeito da demagogia enquanto vaidade apontado por Weber (2020), como necessidade de aparecer sempre que possível visível no primeiro plano.

5.4 PRESENÇA E/OU AUSÊNCIA DE DIMENSÕES DE CUIDADO

Como vimos, embora alguns atores políticos tentem manejar sua visibilidade, “ela pode fugir ao seu comando e, ocasionalmente, trabalhar contra eles próprios” (Thompson, 2018, p. 28). É desse ponto que passamos à observação das *dimensões de cuidado perceptíveis ou não nos episódios em foco*.

A gravação da ligação em vídeo por parte do ministro Pimenta, ao contrário da compulsão pela presença no ambiente midiático digital (Han, 2018) nos remete mais para o aspecto da visibilidade que intensificou a cultura da vigilância na sociedade (Lyon, 2018) e a necessidade de práticas defensivas (Goffman, 1985). A iniciativa de registrar a ligação para o prefeito parece ter sido mais relacionada ao que Lyon (2018) chamou de mentalidades e práticas de vigilância incorporadas ao cotidiano a partir das amplas possibilidades — e riscos — do uso das mídias sociais e da internet em geral.

Considerando que a conversa entre o ministro e o prefeito está inserida em um contexto social de tensão e vulnerabilidade — no sentido trabalhado por Brugère (2023) —, às quais eles mesmos estão também submetidos, a perspectiva da ética do cuidado nos permite enxergar que a ação de ambos se dá em um momento de grande pressão e cobrança, o que nos direciona para a forma como eles reagiram diante da responsabilidade. Tanto o prefeito quanto o ministro possuem responsabilidade reais, cujos atos têm consequências reais sobre a vida de todos (Gomes, 2004). Nesse sentido, podemos dizer que o prefeito teatralizou (Balandier, 1982) e dramatizou (Goffman, 1985) sua responsabilidade, caindo na armadilha do imperativo da visibilidade midiática (Trivinho, 2011). A gravação do prefeito ainda nos

remete ao problema da vaidade apontado por Weber (2020), como característica de um político demagogo preocupado em aparecer sempre que possível visível no primeiro plano, sem avaliar os efeitos da impressão que causa na plateia.

As evidências encontradas nas ações do ministro, por sua vez, nos mostram uma aparente atuação no sentido de evitar rupturas de representação e/ou corrigir as que não puderam ser evitadas nos três níveis descritos por Goffman (1985): na sua personalidade e reputação enquanto ator político profissional (Weber, 2020); da interação, considerando a complexidade das relações (Morin, 2011) sempre sujeitas a interpretações e à incomunicação (Wolton, 2023); e da sociedade, que exigia cuidado em virtude da crise de agência (Bauman; Bordoni, 2016) pela qual passava.

Notadamente um ator político de personalidade mais discreta, que transita entre a política por profissão e vocação (Weber, 2020), o ministro apresentou evidências de dimensões de cuidado mais relacionadas às características do ator disciplinado descrito por Goffman (1985), na medida em que sua gravação aparentemente não teve a repercussão midiática como finalidade e só foi divulgada como uma estratégia de resposta à repercussão provocada pelo vídeo do prefeito. Nesse aspecto, Pimenta foi “aquele que se lembra do seu papel e não comete gestos involuntários ou ‘faux pas’ ao desempenhá-lo. É pessoa discreta; não trai a representação ao revelar voluntariamente seus segredos” (Goffman, 1985, p. 199).

Outra manifestação de cuidado por parte do ministro se revela na gravação do vídeo — apresentado e transcrito no subcapítulo 5.2.2, Quadro 11 —, em que relata o caso numa espécie de prestação de contas (Pitkin, 1967), olhando diretamente para a câmera, ou seja, denotando sua total intenção e consciência da gravação. As palavras usadas pelo ministro no vídeo apresentam aspectos aderentes ao senso de proporção, descrito por Weber (2020), como consciência do seu papel (Goffman, 1985). Especialmente no trecho que diz lamentar profundamente o ocorrido, e que “*é hora da gente agir com honestidade, com equilíbrio e ter a responsabilidade da função e do cargo que a gente exerce*”, Pimenta aparenta se apoiar em dimensões de cuidado, tanto pela perspectiva da responsabilidade (Tronto, 2007) quanto pelo viés das práticas defensivas propostas por Goffman (1985), que exigem cuidado e honestidade por parte do ator para que se evite o surgimento de rupturas na representação.

Considerando os riscos ocupacionais da visibilidade (Thompson, 2018) para os atores políticos no ambiente midiático digital, quando ajustamos o foco para o vídeo

da ambulância e a foto no quarto no hospital publicados pelo candidato Marçal, que trazem uma conotação de emergência médica, vemos um exemplo perfeito da incidência do efeito bumerangue (Morin, 2011) naquilo que Marçal pretendia transmitir e o que de fato foi percebido.

O excesso de dramaticidade do vídeo (Figura 33) e um detalhe contraditório no cenário da foto — a pulseira verde colocada na triagem que classifica o caso como pouco urgente (Figura 34) — logo repercutiram negativamente, evidenciando, ainda, a força da cultura de vigilância (Lyon, 2018) sobre os atores políticos.

Figura 33 – Repercussão negativa do vídeo da ambulância

Vídeo de Pablo Marçal em ambulância vira piada na internet: 'Apaga que dá tempo'

Por Redação - 16/08/24 às 10:30



Pablo Marçal em ambulância após levar cadáver de Dalena - Reprodução/Instagram

Fonte: O Fuxico (2024)

Retomando as lentes complexas de Morin (2011) e os pressupostos da ecologia da ação, podemos dizer que ao entrar no jogo complexo das inter-retroações sociais no ambiente midiático digital, “pelo princípio de imprevisibilidade dos resultados da ação, inclusive nas perspectivas evolutivas previsíveis” (Morin, 2011, p. 81), o vídeo da ambulância escapou das intenções de Marçal.

Figura 34 – Repercussão negativa da foto no quarto do hospital

Cor da pulseira de Marçal em hospital indica que quadro não é grave

Em foto postada por Pablo Marçal no hospital, é possível ver que a pulseira da triagem médica indica que o quadro dele não era grave

Igor Gadelha

18/09/2024 08:55, atualizado 18/09/2024 12:22

Compartilhar notícia



Fonte: Metrôpoles (Gadelha, 2024)

Aqui também percebemos que a repercussão desses dois conteúdos de Marçal evidencia a assimetria observada por Goffman (1985, p. 16) no processo de comunicação, uma vez que “o indivíduo presumivelmente só tem consciência de um fluxo de sua comunicação, e os observadores têm consciência deste fluxo e de um outro”, o que nos remete a mais um exemplo do efeito bumerangue (Morin, 2011) inerente a qualquer ação dos políticos no ambiente midiático digital.

Na pressa pela postagem, outra evidência da compulsão pela presença (Han, 2018), podemos ainda sugerir que não houve nenhum tipo de avaliação dos possíveis riscos de repercussões negativas das publicações, com vistas “a atenuar rupturas de representação [...] preparando-se antecipadamente para prováveis contingências e explorando as oportunidades restantes” (Goffman, 1985, p. 200).

Podemos ainda tensionar a encenação de Marçal a partir dos conceitos de *bastidor* e *palco* propostos por Goffman (1985), considerando que, no ambiente midiático digital, a separação entre palco e bastidor é frequentemente borrada, ampliando os riscos de que as inconsistências sejam desmascaradas. Assim, enquanto no palco — o vídeo da ambulância, no caso — Marçal atuou para agradar seu público, foi nos bastidores que as verdadeiras intenções e estratégias do ator foram reveladas.

Nos dias seguintes ao episódio, podemos observar que Marçal adotou algumas práticas defensivas para tentar salvar o espetáculo após a ruptura de representação (Goffman, 1985), e admitiu que o vídeo da ambulância foi uma encenação. A declaração, segundo matéria do Estadão (Lima, 2024), foi gravada em um evento com empresários em que o candidato do PRTB pedia doações para sua campanha. No vídeo, Marçal atribui a ideia à sua equipe e diz: *“Nem precisava daquela ambulância lá. Eles queriam fazer uma cena. Dava pra ir correndo pro hospital”*. A mesma narrativa foi mantida em entrevistas seguintes ao episódio (Figura 35).

Figura 35 – Marçal diz ter achado patético o vídeo da ambulância

'Achei patético o vídeo da ambulância', diz Marçal sobre seu próprio vídeo

Do UOL, em São Paulo
23/09/2024 13h05



O candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) disse que achou “patética” a cena da ambulância, postada por sua própria equipe em suas redes sociais, após levar uma cadeirada do candidato José Luiz Datena (PSDB). Afirmação foi feita durante sabatina promovida pela Rádio CBN, o jornal O Globo e o Valor Econômico, nesta segunda-feira (23).



Candidato Pablo Marçal (PRTB) durante sabatina na rádio CBN
Imagem: Reprodução/Rádio CBN

Fonte: UOL (2024)

Essa atitude pode ser um sinal de que as intenções do ator ficaram comprometidas pela situação embaraçosa, enfraquecendo a realidade representada perante a plateia, como apontado por Goffman (1985), e exigindo uma retratação do indivíduo, que representa um personagem e não do personagem que ele projeta, “dessa forma impondo à plateia uma imagem do homem que se acha por trás da máscara” (Goffman, 1985, p. 194).

A atuação de Marçal no sentido de tentar se retratar também pode ser vista como uma dimensão de cuidado na perspectiva de responsabilidade com o outro (Tronto, 2007), em consonância com a visão de Brugère (2023, p. 41), de que “a partir do momento em que se trata de ‘cuidar’, a questão não é tanto a de considerar o lugar

dos valores, das regras ou das leis na ação, produzindo um raciocínio moral, mas a melhor maneira de se comportar em um contexto específico”.

5.5 ELEMENTOS EVIDENCIADOS PELA TRAMA

A análise do episódio da ligação encenada nos permitiu encontrar relações com diversos aspectos abordados no referencial teórico. A gravação e a publicação do vídeo por parte do prefeito evidenciaram o imperativo da visibilidade, conforme discutido por Trivinho (2011), que destaca como a visibilidade midiática exige e promove a superexposição. Também ficaram evidentes as ideias de interdependência entre a política e a visibilidade midiática (Thompson, 2018) bem como os riscos do efeito bumerangue (Morin, 2011) dessa exposição. A polêmica (Cabás, 2011) refletiu mais um aspecto da plataformização da esfera pública, na qual as interações são moldadas pela lógica digital (Habermas, 2023). Nesse contexto, a gravação da ligação se mostrou uma atuação política performática (Castells, 2021) do prefeito, buscando ampliar e atrair atenção da plateia (Goffman, 1985).

A teatocracia do poder político (Balandier, 1982) também ficou evidenciada na atuação do prefeito, que aparentemente teve a intenção de construir o roteiro, a narrativa e as representações (Goffman, 1985) que exaltassem sua imagem enquanto gestor.

O uso de elementos simbólicos, como colete e entonação de voz, reforça a personalização e a performatividade política descrita por Castells (2021) e Beiguelman (2020), na qual a performance de si (Sibilia, 2016) se torna condição de existência no ambiente midiático digital (Trivinho, 2011).

Por outro lado, os elementos evidenciados pela atuação do ministro, ao gravar sua própria versão da ligação, refletiram uma aparente consciência sobre os riscos e as dinâmicas da visibilidade midiática, conforme discutido por Thompson (2008) e Lyon (2018). Essa ação também pode ser vista como uma prática defensiva (Goffman, 1985) pelo viés da responsabilidade, com possíveis manipulações narrativas que depusessem contra sua reputação, dentro circuito de retroalimentação descrito por Watzlawick, Beavin e Jackson (1985), em que toda comunicação gera novas interpretações.

A interação midiaticizada (Thompson, 2002) também evidenciou a incomunicação que resulta das dificuldades na interpretação e na troca de

informações no ambiente digital (Wolton, 2023). O erro na legenda do vídeo do prefeito, por exemplo, ilustra a pressão pela visibilidade constante, conforme analisado por Han (2018).

Considerando o contexto de crise de agência (Bauman; Bordoni, 2016) no qual a ligação ocorreu, expondo as vulnerabilidades das populações afetadas e a necessidade de decisões responsáveis, também analisamos a cena pela perspectiva da ética do cuidado, explorada por Brugère (2023) e Tronto (2007), entendendo que a política nesses cenários deve priorizar a transparência e o compromisso com os cidadãos. Observamos que a postura do prefeito se voltou para a autopromoção, refletiu traços de vaidade política, conforme argumentado com Weber (2020), enquanto o ministro demonstrou maior preocupação com a prestação de contas (Pitkin, 1967) e a responsabilidade ética, alinhando-se às ideias de Goffman (1985) sobre o ator disciplinado que se esforça para manter sua representação política consistente. Buscamos sistematizar as evidências encontradas no Quadro 13.

Quadro 13 – Elementos evidenciados na ligação encenada

A ligação encenada		
Categoria de análise	Evidências empíricas	Aportes teóricos
1) Perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia	A gravação e a postagem da ligação entre o ministro e o prefeito no Instagram ilustram a necessidade da política de se realizar pela visibilidade no ambiente midiático.	Thompson (2018) sobre o ambiente midiático como espaço de poder e visibilidade. Habermas (2023) sobre a plataformação da nova esfera pública. Sibilia (2016) sobre a performance de si. Beck (2018) e Bauman (2001) sobre a individualização da política. Trivinho (2011) sobre o imperativo da visibilidade midiática.
	O prefeito utilizou sua imagem pública em redes sociais para reforçar sua atuação política, evidenciando a performatividade exigida na política contemporânea.	Castells (2021) sobre a personalização e performatividade, Beiguelman (2021), na política. Goffman (1985) sobre a teatralidade e a construção de cenários para representação pública.

	O vídeo de Feltrin destaca a teatralidade política, com mudanças de cenário, uso de elementos simbólicos (colete) e entonação estratégica durante a conversa.	Goffman (1985) sobre a teatralidade nas representações. Balandier (1982) sobre a teatrocrazia do poder.
2) Ação dos atores políticos diante da visibilidade e da vigilância no ambiente midiático digital	O ministro grava sua própria versão da ligação como forma de se proteger diante da exposição pública e evitar manipulações na narrativa.	Lyon (2018) sobre a cultura da vigilância. Thompson (2008) sobre os riscos da visibilidade midiática.
	A interação entre prefeito e ministro é exemplo de “circuito de retroalimentação”, em que cada ação comunicacional gera novas respostas e interpretações.	Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) sobre a dinâmica de interação e metacomunicação. Wolton (2023) sobre incomunicação e dificuldades de interpretação no ambiente digital.
	O erro na legenda do vídeo do prefeito demonstra falta de maturação na comunicação digital, reflexo da pressão por visibilidade constante.	Han (2018) sobre desmediatização e a pressão pela presença constante no ambiente midiático digital.
	A gravação do ministro Pimenta reflete uma atuação contida e disciplinada, sem excessos ou teatralidade, sugerindo uma consciência de vigilância sobre seu papel público.	Goffman (1985) sobre o ator disciplinado que evita gestos involuntários ou “faux pas”.
3) Presença e/ou ausência de dimensões de cuidado	Contexto de tensão causado pelas enchentes no RS expõe a pressão sobre os atores políticos e a necessidade de tomar decisões responsáveis.	Brugère (2023) e Tronto (2007) sobre ética do cuidado em contextos de vulnerabilidade.
	A postura de Feltrin no vídeo, voltada para autopromoção e atenção midiática, denota ausência de cuidado com a impressão causada, evidenciando traços de vaidade política.	Weber (2020) sobre a vaidade na política como característica do político demagogo.
	A gravação do vídeo por Pimenta, feita como uma prestação de contas direta e planejada, reflete maior preocupação com a transparência e responsabilidade ética diante da sociedade.	Goffman (1985) sobre a consciência do papel e a necessidade de atuar de modo a defender a representação.
	A interação entre os atores políticos ocorre em um contexto de incomunicação, evidenciando dificuldades na troca de informações e na interpretação das intenções.	Wolton (2023) sobre incomunicação como resultado de transformações tecnológicas. Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) sobre a convivência na comunicação.

Fonte: elaborado pela autora com apoio do ChatGPT (2025) para sistematizar os achados¹⁹

¹⁹ Prompt utilizado: Organize os achados descritos no texto como relações entre evidências empíricas e aportes teóricos em uma tabela dividida pelas seguintes categorias 1) perspectivas comunicacionais da atuação política no ambiente midiático digital; da 2) ação dos atores políticos diante da visibilidade e da vigilância no ambiente midiático digital; e 3) presença ou ausência de dimensões de cuidado.

No episódio da cadeirada e da encenação da ambulância, encontramos diversas evidências da política performativa (Castells, 2021), que se realiza no ambiente midiático digital. O debate eleitoral, transmitido simultaneamente na televisão e na internet, evidenciou a transformação estrutural da esfera pública, marcada pela plataformação descrita por Habermas (2023). A fusão entre os espaços *online* e *offline*, como observado por Beck (2018), também exemplificou a metamorfose da comunicação política. A dependência política da visibilidade midiática (Castells, 2021) e a forma como essa visibilidade molda narrativas políticas e amplifica crises (Thompson, 2018).

No caso específico de Marçal, sua atuação voltada para explorar intencionalmente a visibilidade midiática para desencadear polêmicas (Cabás, 2011) e construir uma narrativa emocional evidenciou o papel estratégico do ambiente midiático digital como palco da política (Goffman, 1985).

Além disso, tanto o episódio da cadeirada quanto a cena da ambulância e a foto no quarto do hospital evidenciaram a teatralidade do debate de Goffman (1985) e Balandier (1982), e a personalização da política (Castells, 2021).

A repercussão da cadeirada nas redes sociais ilustra como o ambiente digital amplifica escândalos políticos, um processo analisado por Thompson (2002) e De Blic e Lemieux (2005), que destacam os impactos dos escândalos na esfera pública. A encenação da ambulância e as postagens no hospital por Marçal exemplificam a estratégia de autoexposição e performatividade, conforme Beiguelman (2021). Contudo essas ações também revelam os riscos de visibilidade excessiva e os efeitos bumerangue, apontados por Morin (2011) e Lyon (2018), que ressaltam a vulnerabilidade dos atores políticos no ambiente de vigilância midiática.

Por fim, as dimensões de cuidado foram evidenciadas pelas ações de Marçal e suas repercussões. A dramatização exagerada, como o uso da ambulância, reflete uma ausência de cuidado com a autenticidade e a responsabilidade na comunicação de Marçal, conforme analisado por Weber (2020) e Thompson (2018). Essa falta de atenção com os impactos das ações contrasta com a ética do cuidado, discutida por Brugère (2023) e Tronto (2007), que exige responsabilidade e consideração pelo outro. No entanto a tentativa de retratação de Marçal demonstrou um aparente esforço no sentido de reparar sua imagem e reconquistar a confiança da plateia, pelo viés da

dissociação entre o personagem político e o indivíduo, como observado por Goffman (1985).

Quadro 14 – Elementos evidenciados na cadeirada e na encenação da ambulância

A cadeirada e a encenação da ambulância		
Categoria de análise	Evidências empíricas	Aportes teóricos
1) Perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia	Debate eleitoral transmitido simultaneamente na televisão e na internet, refletindo a mudança estrutural da esfera pública.	Habermas (2023) sobre a plataforma da esfera pública. Beck (2018) sobre a metamorfose da comunicação e a fusão entre <i>online</i> e <i>offline</i> .
	Ampliação da visibilidade midiática do debate, antes limitado à televisão, agora acessível a um público digital.	Castells (2018) sobre a dependência política da visibilidade midiática. Thompson (2018) sobre visibilidade.
	Intenção de Marçal de usar visibilidade no ambiente midiático digital para construir uma narrativa emocional para engajar o público.	Thompson (2018) sobre o ambiente digital como amplificador de crises políticas. Cabás (2011) sobre a distinção entre polêmica (ação intencional) e escândalo (negação de transgressões).
	A interação entre Marçal e Datena incorpora elementos de polêmica intencional e desestabilizadora, como no desafio de masculinidade lançado por Marçal.	Cabás (2011) sobre polêmicas como ações disruptivas que buscam expor a injustiça sistêmica e desestabilizar o <i>status quo</i> .
	A teatralidade do debate e o uso de encenações pelos candidatos, incluindo o episódio da cadeirada, evidenciam a personalização e dramatização da política.	Goffman (1985) sobre atuação teatral e rupturas de representação. Balandier (1982) sobre teatrocrazia do poder político.
	A cadeirada foi amplamente repercutida nas redes sociais, destacando como os escândalos políticos são moldados e amplificados no ambiente digital.	Thompson (2002) sobre o escândalo político como produto do progresso midiático. De Blic e Lemieux (2005) sobre as condições e impactos dos escândalos na esfera pública.
2) Ação dos atores políticos diante da visibilidade e da vigilância no ambiente midiático digital	Marçal utilizou o vídeo da ambulância e a postagem no hospital para ampliar sua visibilidade, mas enfrentou o efeito bumerangue com críticas às suas encenações.	Morin (2011) sobre o efeito bumerangue da comunicação política. Lyon (2018) sobre a cultura de vigilância como parte do ambiente midiático.
	A performance de Marçal, marcada por exageros e teatralidade, reflete a estratégia	Beiguelman (2021) sobre autoexposição e

	de performance de si para engajar o público e insuflar apoiadores.	performatividade no ambiente digital.
3) Presença e/ou ausência de dimensões de cuidado	Após a repercussão negativa, Marçal admitiu que o vídeo da ambulância foi uma encenação, tentando reparar sua imagem pública.	Goffman (1985) sobre práticas defensivas após rupturas de representação.
	A performance exagerada de Marçal, incluindo o uso da ambulância e postagens no hospital, demonstra ausência de cuidado com a autenticidade e responsabilidade na comunicação política.	Weber (2020) sobre a vaidade política e sua relação com a demagogia. Thompson (2018) sobre os riscos da visibilidade excessiva.
	A dramatização de Marçal pode ser interpretada como falta de atenção aos impactos de suas ações sobre a confiança pública e a legitimidade política.	Brugère (2023) e Tronto (2007) sobre a ética do cuidado como responsabilidade com o outro em contextos específicos.
	A tentativa de retratação de Marçal indica um esforço tardio para demonstrar responsabilidade e reconquistar a confiança pública.	Goffman (1985) sobre a dissociação entre o personagem e o indivíduo na comunicação política.

Fonte: elaborado pela autora com apoio do ChatGPT (2025) para sistematizar os achados²⁰

Os elementos evidenciados pela trama também apresentaram sinais de esperança. Diante da cultura de vigilância (Lyon, 2018) instaurada no ambiente midiático digital e do imperativo da visibilidade (Trivinho, 2011), a exigência de reflexividade e monitoramento constante por parte dos atores políticos (Thompson, 2008) se intensifica. No mesmo sentido, é evidente que não há controle sobre a concretização das intenções (Morin, 2011) nem sobre o fluxo das interpretações e reações geradas por suas ações. Nesse sentido, as dimensões de cuidado percebidas na atuação do ministro e do candidato Marçal demonstraram que, ao mesmo tempo em que, pela natureza de suas representações (Hobbes, 2003; Weber, 2020), devem atuar sempre com responsabilidade (Goffman, 1985), também possuem a capacidade de se sentirem envergonhados, se retratarem e aprenderem com as eventuais rupturas de representação, como vimos pela perspectiva otimista de Goffman (1985).

Cada um ao seu modo, podemos dizer que tanto o ministro Paulo Pimenta, quanto o candidato Pablo Marçal reavaliaram como suas atuações nos episódios em foco, percebendo como elas podem ter afetado as partes envolvidas (Molinier; Paperman, 2015). As evidências de cuidado (Brugère, 2023) na atuação dos dois

²⁰ Prompt utilizado: Organize os achados descritos no texto como relações entre evidências empíricas e aportes teóricos em uma tabela dividida pelas seguintes categorias 1) perspectivas comunicacionais da atuação política no ambiente midiático digital; da 2) ação dos atores políticos diante da visibilidade e da vigilância no ambiente midiático digital; e 3) presença ou ausência de dimensões de cuidado.

atores políticos, de certo modo, renovam a ideia de que a política não se restringe aos aspectos espetaculares da representação de papéis e produção de impressões (Gomes, 2004) e que é possível, a partir das capacidade de aprendizado dos atores políticos (Goffman, 1985) e mesmo diante das incertezas da política (Morin, 2011), vislumbrar que o cuidado seja entendido como um valor democrático essencial (Tronto, 2007) reconhecido e assumido como papel principal dos atores políticos na reconstrução da confiança na política e no fortalecimento da democracia. Essa interpretação nos permite ir adiante, no intuito de aprofundar possíveis perspectivas que ainda possam ser reveladas de cada episódio.

6 EPÍLOGO: OUTRAS (RE)INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS

O pensamento complexo (Morin, 2011) nos leva “a imaginar as fontes psíquicas e individuais dos atos e das ideias de um outro, suas fontes culturais e sociais, suas condições históricas e eventualmente perturbadas e perturbadoras” (Morin, 2011, p. 113). Já a Hermenêutica de Profundidade nos provoca a elaborar uma síntese criativa de possíveis significados (Thompson, 1995) a partir do conteúdo, contexto e sentidos das formas simbólicas.

O desafio reside em interpretar e reinterpretar algo que já foi construído em cima de interpretações. No entanto a análise até aqui evidenciou que, embora pertençam a um contexto sócio-histórico específico, nossos objetos empíricos apresentam correspondências relevantes com outras situações da mesma ordem.

Os atores políticos Feltrin, Pimenta, Datena e Marçal figuram em uma sociedade em metamorfose, mergulhada na polarização política, que vivencia múltiplas crises, na qual percebemos que a crise de agência (Bauman; Bordoni, 2016) segue em curso na esfera pública totalmente deslocada para o ambiente midiático digital (Habermas, 2023).

O percurso até aqui nos permite reconhecer que as polêmicas geradas, assumindo aqui a perspectiva de Cabás (2011) — tanto pelos vídeos que registraram a ligação telefônica entre Pimenta e Feltrin quanto pela cadeirada de Datena em Marçal e suas cenas seguintes — refletem uma quebra das normas e valores vigentes em uma sociedade e configuram, de certo modo, o fracasso dos atores políticos em cumprir seu mandato social, como visto em Cabás (2011).

Nesse sentido, é natural que o comportamento e as estratégias discursivas dos atores políticos revelem seus diferentes propósitos. O caso do prefeito Feltrin revela a intencionalidade no ato de gravar e publicar a ligação para causar uma polêmica (Cabás, 2011).

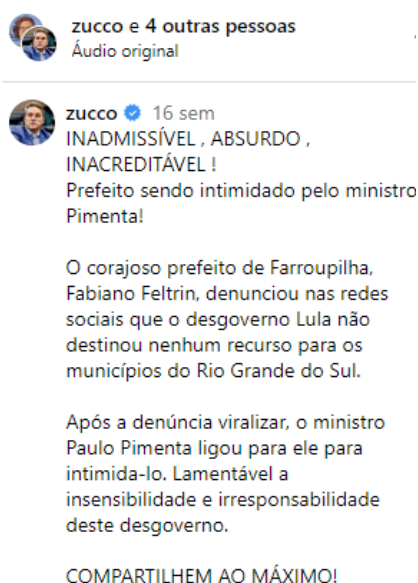
Primeiro porque, com base na abordagem de Cabás (2011), o prefeito não partiu de uma posição depreciada, como aconteceria se estivéssemos tratando de um escândalo, mas assumiu as consequências de seus atos legitimando seu comportamento pela intenção de denunciar as atitudes do ministro.

Em segundo lugar, porque ele não postou o vídeo sozinho, mas em colaboração (simultaneamente) com perfis de atores políticos correligionários com grande potencial de alcance nacional em virtude do número de seguidores.

Possivelmente, a estratégia de Feltrin foi conquistar uma visibilidade e um engajamento que seria impossível para o prefeito de um município com pouco mais de 70 mil habitantes, que conta com 57 mil seguidores no Instagram. Assim, agregou no seu *post* a possibilidade de alcançar os 344 mil seguidores do deputado federal Luciano Zucco e os 100 mil do deputado federal Bibó Nunes, ambos representantes do Rio Grande do Sul; além dos 3,6 milhões de seguidores da deputada federal Carla Zambelli e dos 2 milhões do deputado federal Mário Frias, os dois eleitos em São Paulo. Inclusive, a postagem foi feita pelo perfil de Luciano Zucco (Figura 36), o que, aliado ao texto da legenda, comprova que a estratégia foi já iniciar o embate na mesma esfera política (Zucco e Pimenta são deputados federais). O perfil do deputado Zucco no Instagram foi usado para garantir um alto alcance de largada, a partir da exaltação do prefeito Feltrin como um herói que denunciou e enfrentou um ministro do governo do PT (pauta principal comum a todos os atores políticos colaboradores do *post*).

Aqui também temos uma evidência do fenômeno da individuação, apontado por Castells (2021) como uma das grandes mudanças socioculturais provocadas por esse novo contexto político centrado no ambiente midiático digital. A postagem em grupo indica que, na sociedade em rede (Castells, 2021), de fato, “há uma mudança no sentido da reconstrução das relações sociais, incluindo laços culturais e pessoais fortes que poderiam ser considerados uma forma de comunidade, fundada nos interesses, valores e projetos individuais” (Castells, 2021, p. 37).

Figura 36 – Legenda do *post* do deputado Zucco sobre o vídeo do prefeito



Fonte: perfil do Instagram do deputado federal Zucco (Zucco, 2024)

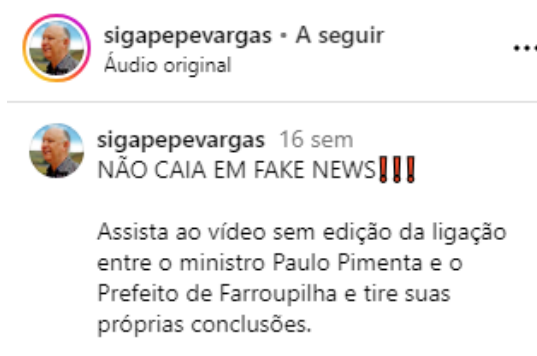
Pela perspectiva de Beck (2018), também podemos interpretar essa postagem coletiva como parte das novas paisagens de comunicação configuradas pela comunicação digital, nas quais os riscos globais — aqui considerando a polarização política — criam formas de “comunidades”. Tais riscos, segundo o autor, são invisíveis por si só, mas se materializam por meio das imagens globalmente midiaticizadas e adquirem o poder de mudar — ou pelo menos, provocar — a sociedade e a política.

O contraponto do ministro Pimenta se deu no sentido contrário de alcançar novas comunidades (Beck, 2018). Possivelmente em virtude da visibilidade nacional que já possui pela função política que ocupa, o ministro parece ter optado por não fazer de seu perfil pessoal um palco do prefeito para além das fronteiras do Rio Grande do Sul. Podemos interpretar essa atitude pela perspectiva proposta por Cabás (2011), de que o estatuto e a posição ou função que um político transformam as regras morais que ele reivindica para si numa “armadilha”, que é a violação das “regras de reciprocidade” entre os representantes e os representados.

Talvez por isso, o vídeo da resposta de Pimenta tenha sido publicado no Instagram do deputado estadual Pepe Vargas, um perfil de abrangência estadual, na tentativa de limitar o alcance da polêmica e reputar negativamente o prefeito.

Ao contrário da narrativa de responsabilização do ministro adotada pelo grupo do PL, a legenda utilizada pelo deputado Pepe Vargas acusa diretamente o prefeito Feltrin de ter editado o vídeo e divulgado *fake news*.

Figura 37 – Legenda do post do deputado Pepe Vargas sobre o vídeo do ministro



Fonte: perfil do Instagram do deputado estadual Pepe Vargas (Vargas, 2024)

Dentro do mesmo contexto polarizado e performático da política, podemos situar o enredo do episódio da cadeirada. Embora seja bastante possível afirmar que

o ato violento não tenha sido planejado por parte de Datena, considerando que no momento de descontrole emocional ele pegou o primeiro objeto disponível na sua frente, é fato também que a troca de farpas entre ele e Marçal já dava pistas de onde a situação poderia chegar. É válido lembrarmos que no debate do que antecedeu o episódio da cadeirada, Datena já havia feito menção de agredir Marçal (Figura 38)

Figura 38 – Datena ameaça agredir Marçal em debate anterior ao da TV Cultura



Fonte: CNN Brasil (Limana, 2024)

Acostumado ao ambiente televisivo, e usando do estilo combativo que o deixou famoso como apresentador de um programa policial, é perceptível que Datena também atuava estrategicamente durante os embates com Marçal. O diálogo que culminou na cadeira traz alguns elementos que exemplificam essa tentativa, como o apelido *PCC Marçal* que usa em resposta a *Dapena*, forma como era chamado por Marçal. Contudo a máscara do personagem (Goffman, 1985) do candidato *coach* não serviu ao apresentador cunhado na audiência sem interação da televisão, e, assim, podemos dizer que, apesar de ter tentado se beneficiar com a repercussão do episódio, Datena foi o ator que serviu de escada²¹ para que Marçal fizesse o que sabe: gerar conteúdos para as redes sociais em busca de aplausos.

Marçal, por outro lado, chegou ao debate da TV Cultura consciente do que fazer para desestabilizar Datena, e principalmente para fazer o episódio render o máximo

²¹ O termo “escada”, na linguagem do teatro de comédia, refere-se ao ator que auxilia o parceiro de cena a atingir o sentido inesperado na interação.

de cortes possíveis para suas redes sociais. A estratégia do *coach* também especializado no mundo dos algoritmos já era de amplo conhecimento. Durante sua participação no Programa Roda Viva, no início de setembro de 2024, Marçal foi questionado sobre ter respondido agressivamente a uma jornalista durante uma sabatina na CNN Brasil e confirmou sua tática para garantir e aumentar sua exposição nas redes sociais durante os debates (Lima, 2024).

Esse pensamento estratégico e ágil também é perceptível no vídeo da cadeirada. Quando nota Datena vindo em sua direção, Marçal não se afasta e ainda encara seu antagonista. Podemos supor que tenha pensado rapidamente em quantos cortes a cena poderia render. No mesmo vídeo em que confirmou a montagem da cena da ambulância, o influenciador também declarou que deixou de propósito que Datena arremessasse uma cadeira contra ele. A fala foi reproduzida na matéria divulgada pelo portal GZH (2024): *“Eu dava conta de segurar aquela cadeira. Eu dava conta de agredir aquele cara. Fiz questão de levar. Esse é um período de mostrar quem as pessoas são. Eu já mostrei minha pior versão, agora eu vou mostrar a boa”*, disse Marçal.

A mesma estratégia e narrativa, que evidencia não só a ideia de que um comportamento sempre afeta o outro (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985), mas também o imperativo da visibilidade midiática que se impõe hoje aos atores políticos, que vimos com Trivinho (2011), foi percebida na postura adotada por Datena após o episódio da cadeirada.

Possivelmente tentando se beneficiar eleitoralmente da repercussão do caso, que circulou na mídia durante toda a madrugada, na manhã seguinte, o apresentador divulgou uma nota à imprensa dizendo que não se arrependia e faria novamente (Figueiredo, 2024). O *timing* da resposta de Datena, em relação aos conteúdos divulgados por Marçal logo na sequência dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que reafirma a diferença entre os dois na forma de conduzir a comunicação enquanto atores políticos, dá pistas de que o tempo foi usado para a construção de uma estratégia voltada a conquistar críticos de Marçal.

Figura 39 – Em nota, Datena diz não se arrepender da cadeirada

Notícia • Estadão / Política

Datena diz não se arrepender e que repetiria cadeirada em Pablo Marçal para ‘lavar alma de milhões’

Tucano reafirmou que segue candidato à Prefeitura de São Paulo a despeito do episódio

Fonte: Estadão (Figueiredo, 2024)

Como o foco desta pesquisa é o palco midiático digital, é relevante buscarmos também outras reinterpretações possíveis acerca dos movimentos que ocorreram nesse ambiente. É possível dizer, por exemplo, que, de certo modo, a cena da cadeirada agradou a plateia, que, por não ser mais uma audiência passiva diante de um palco ou uma tela (Beck, 2018) nos debates eleitorais, reagiu na internet ao que assistiu e/ou também na televisão, o que resultou em um aumento considerável no número de seguidores de ambos os protagonistas. Um levantamento do Portal Terra apontou que o perfil de Datena no Instagram foi de 970 mil para pouco mais de 1 milhão de seguidores (Oliveira, I., 2024). A conta de Marçal saiu de 4,6 milhões para 4,8 milhões de seguidores (Figura 40).

Figura 40 – Protagonistas da cadeirada ganharam seguidores no Instagram





Fonte: Terra (Oliveira, I., 2024)

Em contrapartida, nas pesquisas eleitorais seguintes ao episódio da cadeirada, tanto Marçal quanto Datena desidrataram em intenção de votos e alavancaram sua rejeição entre os eleitores (Figura 41).

Figura 41 – Na véspera do 1º turno Marçal e Datena tiveram a maior rejeição

53% não votariam em Marçal de jeito nenhum, diz Datafolha

Ex-coach lidera ranking de rejeição; Datena (39%) e Guilherme Boulos (38%) estão em seguida



Levantamento do Datafolha mostra Marçal (foto) tecnicamente empatado com Nunes e Boulos no 1º turno

PODER360
3.out.2024 (quinta-feira) - 19h15

Fonte: Poder360 (2024)

Uma possível interpretação para esses movimentos pode ser embasada pela perspectiva de Gomes (2004), quando ele defende que a arte política não se restringe aos aspectos espetaculares da representação de papéis e produção de impressões. Desse modo, se os atores políticos contemporâneos precisam priorizar a aparência e os gestos para manter sua popularidade, em detrimento de valores, convicções e princípios (Llosa, 2013) até o ponto de protagonizar um ato de violência em rede nacional, também é perceptível, nesse caso, a ideia de que os cidadãos não são

meramente espectadores, mas pessoas conscientes de que os políticos, por sua vez, não são atores de uma peça teatral e possuem responsabilidades reais, cujos atos têm consequências reais sobre a vida de todos (Gomes, 2004). Nesse sentido, o aumento no número de seguidores pode ter se dado muito mais pela curiosidade acerca dos personagens de Datena e Marçal do que pela atribuição de qualidade política que reverte em votos e credibilidade aos candidatos.

Contudo essa forma de interpretar o episódio também ser tensionada pelo fato de que, mesmo com a alta rejeição, Pablo Marçal alcançou altíssimos níveis de visibilidade — evidenciados não somente pelos números de seguidores e de engajamento em suas publicações durante a campanha, mas também pelo seu desempenho eleitoral —, apesar de fazer uso de estratégias disruptivas e questionáveis que retroalimentam a crise da democracia (Revedilho, 2024). Tal percepção nos leva a concordar com Habermas (2023) sobre o fato de que o deslocamento e as mudanças no padrão da comunicação política não qualificaram a percepção dos cidadãos sobre a esfera política no ambiente midiático digital.

Nosso movimento de interpretação e reinterpretação ofereceu evidências sobre o quanto a dinâmica de visibilidade e vigilância que incide nos atores políticos se relaciona com as polêmicas e os escândalos que eles protagonizam no ambiente midiático digital. E, em um espectro ainda mais amplo, o quanto esses episódios desgastam e alimentam a crise da própria democracia.

Tanto no caso Feltrin/Pimenta quanto no episódio da cadeirada, foi possível evidenciar os fenômenos da perda de credibilidade dos atores políticos (Bauman, 2000), que resulta do desinteresse dos cidadãos por tudo que venha da política, a não ser os “saborosos escândalos encenados pelas elites à luz dos refletores” (Bauman, 2000, p. 27). E, também, encontrar evidências para confirmar que casos de escândalos e polêmicas (Thompson, 2002; Ekström; Johansson, 2008; Cabás, 2011) podem não destruir totalmente a imagem pessoal do ator político, mas certamente abalam a confiança no sistema político inteiro²².

Também percebemos, em ambos os casos, a presença de elementos relacionados ao fenômeno da desmediatização (Han, 2018), que se realiza no palco

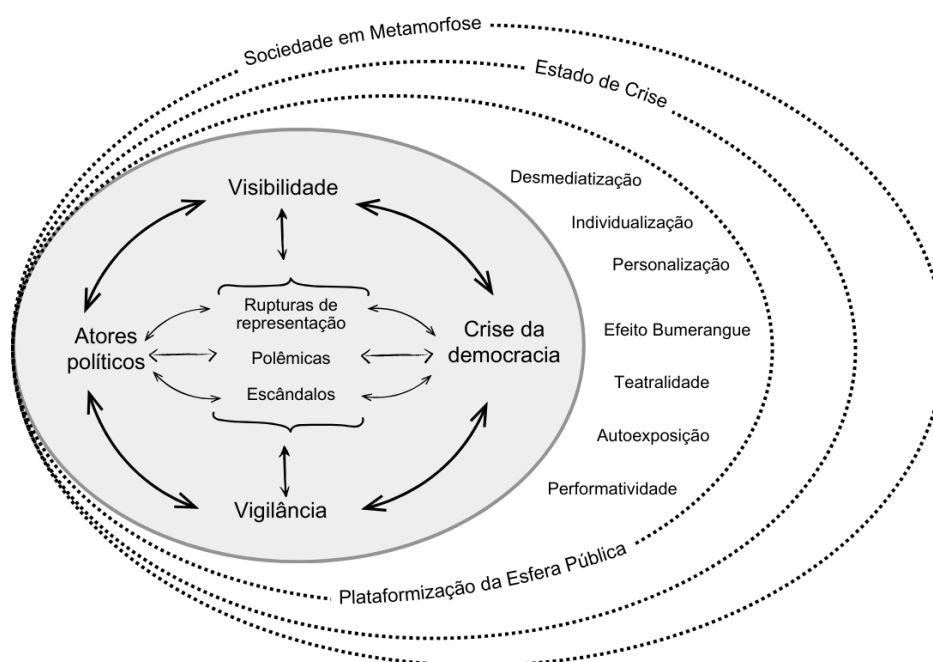
²² Ideia expressa por Castells durante o Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias (AO VIVO: Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias – 25/3/24. [Brasília: s. n.], 2024. 1 vídeo (1h 25 min 10 seg). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xdWVlb3MrFg>. Acesso em: jun. 2024).

mediático digital a partir do autoempoderamento dos usuários de mídia (Habermas, 2023), e fenômenos como individualização (Bauman, 2001), personalização excessiva (Castells, 2021), sociabilização pela autoexposição e performatividade (Beiguelman, 2021). Tanto o prefeito Fabiano Feltrin quanto o candidato Pablo Marçal são exemplos de que “hoje, todos querem estar eles mesmos diretamente presentes e apresentar a sua opinião sem intermediários” (Han, 2018, p. 37). Eles se utilizaram do benefício de poderem eles mesmos produzir e publicar seus conteúdos no ambiente midiático digital (Habermas, 2023), sem intermediários interpretativos, para elaborar uma performance voltada a reafirmar os personagens políticos que representam (Goffman, 1985). Essa perspectiva também ficou evidente no fato de que não parece ter havido qualquer planejamento ou reflexão sobre os riscos (Beck, 2018) e/ou possíveis consequências reputacionais e políticas daqueles conteúdos, mas apenas uma necessidade de aproveitar o episódio provocando intencionalmente uma polêmica (Cabás, 2011) para garantir visibilidade.

Assim, não só pelas estratégias adotadas pelos atores políticos no palco midiático digital, sejam elas intencionais ou não, podemos presumir a presença permanente da ecologia da ação (Morin, 2011), no contexto da comunicação política, a partir do efeito bumerangue que se concretiza nas ações e nas repercussões da atuação política.

À luz dessas perspectivas, e retomando com Morin (2011) a ideia de democracia como uma conquista da complexidade social que se serve de dois circuitos recursivos, (1) os governos dependem dos cidadãos que dependem dos governos; e (2) a democracia produz cidadãos que produzem a democracia, reinterpretemos todo esse cenário buscando explicar como episódios polêmicos protagonizados pelos atores políticos descredibilizam a democracia. Assim, conforme ilustrado na Figura 42, sugerimos que a dinâmica de visibilidade e vigilância que incide sobre os atores políticos no palco midiático digital — somada ao efeito bumerangue (Morin, 2011) inerente a essa atuação, que gera rupturas de representação (Goffman, 1985), escândalos e polêmicas (Thompson, 2002; Ekström; Johansson, 2008; Cabás, 2011) — constitui uma relação de recursividade (Morin, 2011).

Figura 42 – Circuito de recursividade e retroalimentação das crises protagonizadas pelos atores políticos no ambiente midiático digital



Fonte: elaborada pela autora (2025)

No nosso sistema, reconhecemos esse novo processo de recursividade — no qual tudo é causa e efeito — dentro de um circuito de retroalimentação (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1985, p. 28) que amplia não apenas o descrédito na atuação política, mas também corrói a confiança na própria democracia (Castells, 2018).

7 CONSIDERAÇÕES PARA AS CENAS DAS PRÓXIMAS TEMPORADAS

Pesquisar a crise e o cuidado, com o olhar para atores políticos na visibilidade e na vigilância do palco midiático digital, é tão fascinante quanto desafiador. Em contrapartida ao grande número de episódios que nos inquietam e a velocidade com que eles surgem e repercutem, aliados às lacunas de produção científica, a temática também permite uma imersão em perspectivas comunicacionais, políticas, psicológicas e sociais profundamente enriquecedoras.

Assim, motivadas pela vontade de encontrar respostas sobre como as perspectivas de visibilidade e vigilância sobre os atores políticos no ambiente midiático digital se relacionam com as crises no contexto da democracia, iniciamos nosso percurso partindo de três objetivos: (1) refletir sobre a relação entre as metamorfoses sociais e as perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia; (2) analisar a atuação dos atores políticos Fabiano Feltrin e Pablo Marçal em crises marcadas pela visibilidade e vigilância, características do ambiente midiático digital; (3) identificar dimensões de cuidado adotadas no ambiente midiático digital em duas crises envolvendo atores políticos: a ligação telefônica entre o prefeito gaúcho Fabiano Feltrin e o ministro Paulo Pimenta e a cadeirada que o candidato a prefeito de São Paulo Pablo Marçal levou do seu concorrente, José Luiz Datena.

Para atendê-los, buscamos elaborar um referencial teórico abrangente, elencando abordagens e conceitos que pudessem nos ajudar na tentativa de traçar o panorama complexo do palco midiático digital em que figuram os atores políticos.

Guiadas pelo do Paradigma da Complexidade (Morin, 2011), reconhecemos e assumimos que a incerteza ética se impõe no coração da política pela ecologia da ação e seu efeito bumerangue (Morin, 2011), pelo qual toda ação escapa das intenções do autor na imprevisibilidade dos resultados das inter-retroações sociais. Complementamos reafirmando a relação dialógica entre Watzlawick, Beavin e Jackson (1985) e Wolton (2023), para ancorar nossa investigação na perspectiva de que palavras e comportamentos comunicam e incomunicam, e que não há como analisar qualquer fenômeno comunicacional sem considerar o seu contexto.

Com essa visão em mente, iniciamos o estudo buscando compreender o atual estágio da pesquisa acadêmica sobre nosso tema de investigação, a fim de encontrar abordagens similares e/ou ampliar nosso suporte teórico conhecendo novos autores. Nosso estado da arte reafirmou que, no Brasil, a pesquisa sobre riscos e crises no

contexto da política ainda engatinha, se concentrando mais na análise de coberturas jornalísticas sobre os episódios do que na perspectiva da comunicação organizacional.

Nosso percurso teórico nos permitiu compreender que todos estamos imersos em uma sociedade em metamorfose (Beck, 2018), na qual a esfera pública — ou seja, o espaço para a deliberação e o debate da política — foi totalmente deslocada para o ambiente midiático digital (Habermas, 2023), fator que enfraquece cada vez mais a legitimidade dos políticos e do sistema democrático (Castells, 2018).

Nesse cenário, refletimos sobre as perspectivas e as dinâmicas comunicacionais dos atores políticos nessa nova esfera de visibilidade e vigilância que se evidencia no ambiente midiático digital, no qual a personalização e a espetacularização da política ditam as regras. Tensionando os conceitos de crises e escândalos políticos, aprofundamos nosso entendimento sobre os papéis e as expectativas acerca dos atores políticos e suas representações políticas e teatrais (Balandier, 1982; Goffman, 1985). Por fim, refletimos também sobre as dimensões de cuidado possíveis para a atuação política nesse ambiente (Brugère, 2023; Tronto, 2007).

Seguindo o roteiro metodológico da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 1995), interpretamos e reinterpretamos as cenas, registrando evidências de que a atuação política tem sido roteirizada pela dinâmica de visibilidade da esfera pública que se realiza no palco midiático digital.

Nossas aproximações empíricas partiram de uma apresentação detalhada dos nossos objetos de pesquisa, com base em conteúdos e informações disponíveis na internet, buscando abarcar todo o contexto envolvido. Foram analisados dois episódios envolvendo atores políticos que tiveram o ambiente midiático digital como palco e alcançaram uma repercussão significativa.

O primeiro caso foi a ligação telefônica entre o então prefeito do município gaúcho de Farroupilha, Fabiano Feltrin, do PL, e o então Ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, do PT. A conversa foi gravada em vídeo e publicada no perfil do prefeito no Instagram em maio de 2024. O segundo episódio analisado foi a cadeirada durante o debate promovido pela TV Cultura, em setembro de 2024, quando o apresentador José Luiz Datena, candidato a prefeito de São Paulo pelo PSDB, arremessou uma banqueta contra o candidato Pablo Marçal (PRTB). Escolhemos os episódios e os atores

políticos por acreditar que deles poderiam emergir muitos elementos relevantes não somente para a dissertação, mas também para a análise de casos semelhantes, contribuindo para o avanço da pesquisa na área como um todo.

Na reflexão sobre a relação entre as metamorfoses sociais e as perspectivas comunicacionais da atuação política no contexto da democracia, nossas aproximações empíricas evidenciaram o deslocamento da esfera pública para o ambiente midiático digital, fenômeno que estabelece um novo palco para as representações e/ou atuações nas disputas e/ou deliberações políticas.

No mesmo sentido, nossos estudos empíricos indicaram que a visibilidade e a vigilância que incidem sobre os atores políticos, aliadas à necessidade permanente de exposição midiática, à força da personalização e à teatralização da política, podem, sim, estar relacionadas com as polêmicas, os escândalos e as crises que eles protagonizam no ambiente midiático digital. Tais aspectos ficaram evidentes em ambos os episódios analisados.

Identificamos que esse movimento se dá não só pelas possibilidades comunicativas, rupturas de representação e/ou estratégias adotadas pelos atores políticos nesse cenário, mas pela presença constante da ecologia da ação, que é inerente à comunicação dos atores políticos, que, ao se beneficiarem do imperativo da visibilidade, também estão constantemente submetidos à vigilância.

Essa dinâmica é o cerne do circuito recursivo que, ao nosso ver, retroalimenta a crise da democracia e que acreditamos ser uma das principais contribuições provisórias desta pesquisa — visto que a incerteza comanda a complexidade dos fenômenos políticos.

Nossas aproximações empíricas também ofereceram indícios de esperança sob a perspectiva do cuidado. A partir das evidências de que os atores políticos precisam estar cada vez mais conscientes e/ou cientes do efeito bumerangue das repercussões daquilo que fazem, com intenção ou não, vislumbramos também a existência de possibilidades para uma atuação política mais responsável no palco midiático digital a partir do reconhecimento do seu impacto social e democrático nesse ambiente. Os gestos de retratação após uma ruptura de representação dos atores políticos analisados indicam que há um caminho, mas uma atuação política voltada à prevenir e/ou evitar polêmicas e escândalos parece ainda não figurar no roteiro desses atores.

Outras questões e/ou contradições da atuação política no ambiente midiático digital que emergiram nessa caminhada também poderão ser úteis a futuros pesquisadores interessados no tema. Entre elas, a compreensão sobre como a lógica do imperativo da visibilidade midiática afeta e molda a percepção dos atores políticos das suas ações sob a vigilância das redes sociais. E seriam diferentes essas dinâmicas nos episódios protagonizados por mulheres que atuam na política? Ou ainda, porque o palco midiático digital se formata como uma batalha pela performance entre atores que teatralizam a política para gerar conteúdo, ao invés de produzirem conteúdo a partir daquilo que conquistam fazendo política na vida real.

Seria viável um futuro retorno às origens da política, com investimento no compartilhamento de espaço físico e na deliberação presencial? Isso poderia promover outra mudança estrutural na esfera pública, como uma solução de equilíbrio entre a atuação política digital e analógica? E quem são os diretores desses espetáculos? São questionamentos que podem inspirar novos roteiros das próximas temporadas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Luís; FERRAZ, Marcelo. Entre inundações e deslizamentos: as vítimas da tragédia na Serra Gaúcha. **UOL**, 18 maio 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/18/entre-inundacao-e-deslizamentos-as-vitimas-da-tragedia-na-serra-gaucha.htm>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- ADUT, Ari. A Theory of Scandal: Victorians, Homosexuality, and the Fall of Oscar Wilde. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 1, p. 213-248, 2005.
- AGÊNCIA CÂMARA. TSE indefere candidatura de Pablo Marçal (Pros); vaga passa a ser ocupada por Paulo Teixeira (PT). **Câmara dos Deputados**, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/916291-tse-indefere-candidatura-de-pablo-marcal-pros-vaga-passa-a-ser-ocupada-por-paulo-teixeira-pt/>. Acesso em: 15.dez.2024
- ANDRADE, José Gabriel. A emoção na comunicação de crise: aprendizagens de uma pandemia. In: OLIVEIRA, Madalena. *et al.* (ed.), **Sociedade e crise(s)**. Braga: UMinho Editora, 2020. p. 109-113. Disponível em: <https://ebooks.uminho.pt/index.php/uminho/catalog/view/21/48/273>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- AO VIVO: Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias – 25/3/24. [Brasília: s. n.], 2024. 1 vídeo (1 h 25 min 10 seg). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xdWVlb3MrFg>. Acesso em: jun. 2024.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Coleção Saraiva de Bolso).
- BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BAZZANELLA, Sandro Luiz; BIRKNER, Walter Marcos Knaesel; MAXIMO, Erica Daiana. O conceito de política em Hanah Arendt e sua acepção biopolítica em Foucault: manifestações no poder legislativo do município de Canoinhas/SC. **Revista Húmus**, v. 1, n. 1, 2011.

BBC NEWS BRASIL Datena dá cadeirada em Marçal: como foi agressão em debate para a prefeitura de SP. **BBC News Brasil**, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvqllqzz8ddo>. Acesso em:

BBC NEWS BRASIL. Justiça Eleitoral suspende redes de Pablo Marçal: o que acontece agora? **BBC News Brasil**, 24 ago. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crmwxv04xy9o>. Acesso em:

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem**: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BERTUOL, William. Farroupilha emite comunicado sobre óbitos em decorrência das chuvas na cidade. **Rádio Miriam Caravaggio**, 5 maio 2024. Disponível em: <https://miriamcaravaggio.com.br/farroupilha-emite-comunicado-sobre-obitos-em-decorrenca-das-chuvas-na-cidade-2/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BOCHINNI, Bruno. Pablo Marçal lança candidatura à Presidência da República. **Agência Brasil**, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2022-08/pablo-marcal-lanca-candidatura-presidencia-da-republica>. Acesso em: 15.dez.2024

BRASIL DE FATO. Nunes e Boulos deixam Marçal para trás e vão disputar o segundo turno em São Paulo. **Brasil de Fato**, 6 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/06/nunes-e-boulos-deixam-marcal-para-tras-e-vao-disputar-o-segundo-turno-em-sao-paulo>. Acesso em: 15.dez.2024

BRUGÈRE, Fabienne. **A ética do cuidado**. São Paulo: Contracorrente, 2023.

BRUNO, Fernanda. A obscenidade do cotidiano e a cena comunicacional contemporânea. **Revista Famecos**, v. 11, n. 25, p. 22-38, 2004.

BUCCI, Eugênio. Pablo Marçal é levado para hospital em São Paulo após ser agredido por Datena em debate. **GZH**, com informações do Estadão, 16 set. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2024/09/pablo-marcal-e-levado-para-hospital-em-sao-paulo-apos-ser-agredido-por-datena-em-debate-cm14ezzuq01v701515c0sqvy0.html>. Acesso em:

CABÁS, Pablo. Comunicar valores durante los disensos público-políticos: entre el escándalo y la polémica. In: ELIZALDE, Luciano; PEDEMONTÉ, Damián Fernández; RIORDA, Mario (ed.). **La Gestión del disenso**: la comunicación gubernamental em problemas. Buenos Aires: La Crujía, 2011. p. 187-228.

CANAVILHAS, João. A comunicação política na era da internet. In: CONGRESSO DO LUSOCOM, 8., 2009, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Representações da política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 515-542.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERQUEIRA, Gustavo de Souza; MARTINS, Islane Cristina. Quais são as estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos, especialmente aquelas que se utilizam de recursos tecnológicos, na era digital: uma revisão. **Revista Inclusiones**, v. 10, n. 4, p. 158-174, 2023.

CHAGAS, Luã José Vaz. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina [Entrevista com Aníbal Pérez-Liñan]. **Compólitica**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 105-120, 2017.

COELHO, Gabriela; LOPES, Julliana. Pros revoga candidatura de Pablo Marçal à Presidência da República. **CNN Brasil**, 8 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pros-revoga-candidatura-de-pablo-marcal-a-presidencia-da-republica/>. Acesso em:

COOMBS, Timothy William. Protecting organization reputations during a crisis: the development and application of situational crisis communication theory. **Corporate Reputation Review**, v. 10, n. 3, p. 163-176, 2007.

COOMBS, Timothy William; HOLLADAY, Sherry J. (ed.). **The Handbook of Crisis Communication**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2010.

COVER de Elvis: quem é prefeito que discutiu com ministro de Lula? **UOL**, 10 maio 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/10/quem-e-prefeito-que-discutiu-com-ministro-de-lula.htm>. Acesso em: 31 ago. 2024.

CRUZ, Elaine Patricia. Alvo de operação da PF, Pablo Marçal diz ser “perseguido político”. **Agência Brasil**, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/alvo-de-operacao-da-pf-pablo-marcal-diz-ser-perseguido-politico>. Acesso em: 15.dez.2024

CURADO, Camila. Justiça eleitoral suspende perfil de Marçal no Instagram por fake News. **Correio Braziliense**, 5 out. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/10/6958230-justica-eleitoral-suspende-perfil-de-marcal-no-instagram-por-fake-news.html>. Acesso em: 15.dez.2024

CURY, Teo. Abstenção supera votação tanto de Nunes quanto de Boulos em SP. **CNN Brasil**, 7 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/abstencao-supera-votacao-tanto-de-nunes-quanto-de-boulos-em-sp/>. Acesso em:

DATENA, José Luiz. **Perfil**. [S. l.], 2024. Instagram: @datenareal. Disponível em: <https://www.instagram.com/datenareal?igsh=aTBhMmE3ZXF5Y3Fv>. Acesso em: 15.dez.2024

DE BLIC, Damien; LEMIEUX Cyril. Le scandale comme épreuve: éléments de sociologie pragmatique. **Politix**, n. 71, p. 9-38, 2005.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DJIKOLDIGAM, Mbaidiguim. A Representação Política em Thomas Hobbes. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 239-253, 2022.

EKSTRÖM, Mats; JOHANSSON, Bengt. Talk scandals. **Media, Culture & Society**, v. 30, n. 1, p. 61-79, 2008.

ESTADÃO. Relembre episódios envolvendo Pablo Marçal em debates e a escalada de provocações até a cadeirada. **UOL**, 16 set. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/16/relembre-episodios-envolvendo-marcal-em-debates-e-a-escalada-de-provocacoes-ate-a-cadeirada.htm>. Acesso em: 15.dez.2024

ESTEVES, João Pissarra. **Comunicação política e democracia**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

FABIANO FELTRIN. Home. **Fabiano Feltrin**, c2025. Disponível em: <https://fabianofeltrin.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FABRES, Ciro. A conversa entre o prefeito Feltrin e o ministro Pimenta. **Pioneiro**, 10 maio 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/colunistas/ciro-fabres/noticia/2024/05/a-conversa-entre-o-prefeito-feltrin-e-o-ministro-pimenta-clw145o0100ri011hhcbpu7zm.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FABRES, Ciro. Ao lado de Bolsonaro, prefeito de Farroupilha filia-se ao PL. **Pioneiro**, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/colunistas/ciro-fabres/noticia/2024/03/ao-lado-de-bolsonaro-prefeito-de-farroupilha-filia-se-ao-pl-clu06p6pv0080016jhyvkrerh.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FABRES, Ciro. Bolsonaro venceu em todas as 49 cidades da Serra gaúcha. **Pioneiro**, 2 nov. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2022/11/bolsonaro-venceu-em-todas-as-49-cidades-da-serra-gaucha-cla04g05f008e0170zw000cms.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FABRES, Ciro. O outro lado da conversa entre o prefeito Feltrin e o ministro Pimenta. **Pioneiro**, 12 maio 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/colunistas/ciro-fabres/noticia/2024/05/o-outro-lado-da-conversa-entre-o-prefeito-feltrin-e-o-ministro-pimenta-clw3wavpn017a0152skar1483.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FELTRIN, Fabiano. **Perfil**. [S. l.], 2024. Instagram: @fabianofeltrinoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/fabianofeltrinoficial/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FERNANDES, Carla Montuori. Os reveses do escândalo político-midiático nas eleições presidenciais de 2014. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 32, p. 41-58, 2015.

FERREIRA, Karla de Lourdes. **Participação política no Facebook e Twitter: comunicação estratégica de campanhas nas eleições 2012 em Natal (RN)**. São Paulo, SP: Bookerfield, 2022. *E-book*.

FIGUEIREDO, João Gabriel Rodrigues e. George Balandier e o Fenômeno Político: entre o universal e o particular. **Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 45-57, 2016.

FIGUEIREDO, Pedro Augusto. Datena diz não se arrepender e que repetiria cadeirada em Pablo Marçal para 'lavar alma de milhões'. **Estadão**, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/jose-luiz-datena-nao-se-arrepente-cadeirada-pablo-marcal-lavar-a-alma-nprp/?srsltid=AfmBOoqonDwNXeKswMB8YEvUgFNNh67qWWtLmeKrd1EuNyStggkJ5xCG>. Acesso em:

FLEURDORGE, Denis. Prolegômenos das formas contemporâneas das representações do político: do simbólico do poder ao poder da simbolização. **Revista Famecos**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 791-806, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: The Birth of the Prison** (trad. Alan Sheridan). Harmondsworth: Penguin, 1977.

G1. Governo federal reconhece estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul por conta das chuvas. **G1**, 2 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/02/governo-reconhece-estado-de-calamidade-publica-no-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2024.

G1. Lula ganhou em 13 estados e Bolsonaro venceu em 14 no 2º turno das eleições 2022. **G1**, 31 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/31/lula-ganhou-em-13-estados-e-bolsonaro-venceu-em-14-no-2o-turno-das-eleicoes-2022.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2024.

G1. Primeira-ministra da Finlândia enfrenta crise de imagem após vídeo dançando e cantando em festa. **G1**, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/18/primeira-ministra-da-finlandia-enfrenta-crise-de-imagem-apos-video-dancando-e-cantando-em-festa.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.

G1 RS. Eleições 2024: Jonas, do MDB, é eleito prefeito de Farroupilha no 1º turno. **G1 RS**, 7 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2024/noticia/2024/10/07/eleicoes-2024-jonas-do-mdb-e-eleito-prefeito-de-farroupilha-no-1o-turno.ghtml>. Acesso em:

G1 RS. Fabiano Feltrin, do PP, é eleito prefeito de Farroupilha. **G1 RS**, 16 nov. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/16/fabiano-feltrin-do-pp-e-eleito-prefeito-de-farroupilha.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2024.

G1 RS. Um mês de enchentes no RS: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e expulsou 600 mil de casa. **G1 RS**, 29 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghml>. Acesso em: 31 ago. 2024.

GADELHA, Igor. Cor da pulseira de Marçal em hospital indica que quadro não é grave. **Metrópoles**, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/cor-de-pulseira-de-marcal-em-hospital-indica-que-quadro-nao-e-grave>. Acesso em: 15.dez.2024

GALLARDO, Patricia; FIGUEROBA, A. Los 5 Axiomas de la Comunicación de Paul Watzlawick. [S. l.]: [s. n.], 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/37395407/Los_5_Axiomas_de_la_Comunicaci%C3%B3n_de_Paul_Watzlawick. Acesso em: ago. 2023.

GARCIA, Rafael; FREITAS, Hyndara. Guerra no Instagram: veja o mapa da disputa por likes entre candidatos a prefeito de São Paulo. **O Globo**, 17 set. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/noticia/2024/09/17/guerra-no-instagram-veja-o-mapa-da-disputa-por-likes-entre-candidatos-a-prefeito-de-sao-paulo.ghml>. Acesso em:

GARRIDO, Bianca; SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade; WECKI, Matheus. Uma liderança em (des) compasso: Jair Bolsonaro e o Ministério da Saúde na Pandemia da Covid-19. In: CONGRESSO ABRAPCORP, 16., 2022, Maceió. **Anais eletrônicos** [...] Campinas, Galoá, 2022.

GELLI, Thiago. Os números de audiência do debate com cadeirada de Datena em Marçal. **Veja**, 16 set. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/tela-plana/os-numeros-de-audiencia-do-debate-com-cadeirada-de-datena-em-marcal>. Acesso em: 15.dez.2024

GIL, Carlos A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

GOMES, Fábio. **Reputação em dois estágios**: construção social de padrões e julgamentos. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2023.

GOMES, Wilson. **Transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Los candidatos de Bolsonaro y Lula vencen al 'outsider' y se disputarán la alcaldía de São Paulo. **El País**, 6 oct. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-10-07/los-candidatos-de-bolsonaro-y-lula-vencen-al-outsider-y-se-disputaran-la-alcaldia-de-sao-paulo.htm>. Acesso em:

GOVERNO DO RS. Boletins sobre o impacto das chuvas no RS. **Governo do RS**, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/boletins-sobre-o-impacto-das-chuvas-no-rs>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GOVERNO DO RS. Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 9/5, 18h. **Governo do RS**, 9 maio 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-9-5-18h>. Acesso em: 30 ago. 2024.

GZH. Pablo Marçal admite que se deixou acertar por cadeirada e que ambulância era “cena”. **GZH**, com informações do Estadão, 20 set. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2024/09/pablo-marcal-admite-que-se-deixou-acertar-por-cadeirada-e-que-ambulancia-era-cena-cm1bc09ux0019011yggt3qq9f.html>. Acesso em: 15.dez.2024

HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**. Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1984. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutura da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Organizado por Richard Tuck. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Clássicos Cambridge de filosofia política)

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Organizado por Richard Tuck. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INTRIERI, Laura. Políticos atuam para gerar vídeos “lacradores” e inflamar eleitores na web. **Terra Byte**, Disponível em: https://www.terra.com.br/byte/politicos-atuam-para-gerar-videos-lacradores-e-inflamar-eleitores-na-web,1523ab5d6cfe0af845be629b8e84fd4egdp1wkmi.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 29 out. 2023.

LIMA, Kevin; BORGES, Beatriz; BARBIÉRI, Luiz Felipe. 2023 na política: relembre as polêmicas no Congresso. **G1**, Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/28/2023-na-politica-relembre-as-polemicas-no-congresso.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2023.

LIMA, Pedro. Pablo Marçal admite que se deixou acertar por cadeirada e que ambulância era “cena”. **Estadão**, 20 set. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pablo-marcal-admite-video-que-deixou-cadeirada-acertar-de-proposito-ambulancia-cena-nprp/?srsId=AfmBOoo5g2AkvUSfDjNWOIYBwRdtqWuE9ezkCiv-8QwH5O44qBVYR5qj>. Acesso em: 15.dez.2024

LIMA, Samuel. Marçal confirma que discutiu com jornalista “só para gerar corte” para as redes sociais. **O Globo**, 2 set. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/02/marcal-confirma-que-discutiu-com-jornalista-so-para-gerar-cortes.ghtml>. Acesso em: 15.dez.2024

LIMANA, Stêvão. Datena deixa púlpito e vai em direção a Marçal durante debate da TV Gazeta; confusão continua nos bastidores. **CNN Brasil**, 1 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/datena-deixa-pulpito-e-vai-em-direcao-a->

marcal-durante-debate-da-tv-gazeta-confusao-continua-nos-bastidores/. Acesso em:15.dez.2024

LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 1, p. 63-93, 2012.

LYON, David. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. In: BRUNO, Fernanda. *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 151-180.

MARÇAL, Pablo. **Faz o M**. [S. l.], 16 set. 2024. Instagram: @pablomarc1. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_-egK2IBZ4/. Acesso em:15.de.2024

MARÇAL, Pablo. **Perfil**. [S. l.], 2024. Instagram: @pablomarc1. Disponível em: <https://www.instagram.com/pablomarc1?igsh=cmcyMGE2N2cxNTU=>. Acesso em:15.de.2024

MARÇAL, Pablo. **Perfil**. [S. l.], 2024. Instagram: @pablomarc1porsp. Disponível em: <https://www.instagram.com/pablomarc1porsp?igsh=MTA2YjRrM29xNGV6ZA==>. Acesso em:15.de.2024

MARCHETTO, Gabriel. Vereadores opinam sobre polêmica entre Feltrin e Pimenta. **SpaçoFM**, 14 maio 2024. Disponível em: https://spacofm.com.br/vereadores-opinam-sobre-polemica-entre-feltrin-e-pimenta/#google_vignette. Acesso em: 31 ago. 2024.

MASSARANI, Luísa Medeiros. *et al.* Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S. Paulo. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 23, n. 2, p. 29-43, 2021.

MATOS, Fábio. Quem é Paulo Pimenta, “xerife” de Lula para tragédia do RS (e aposta do PT para 2026). **InfoMoney**, 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/quem-e-paulo-pimenta-xerife-de-lula-para-tragedia-do-rs-e-aposta-do-pt-para-2026/>. Acesso em: 31 ago. 2024

MATOS, Maria Clara. Saiba quem são os candidatos a prefeito de São Paulo; veja lista. **CNN Brasil**, 6 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/eleicao-2024-prefeitura-sao-paulo-candidatos/>. Acesso em:15.de.2024

MAZUI, Guilherme. Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT. **G1**, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2024.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva; OLINTO, Gilda. A biblioteca pública brasileira na visão de atores políticos e pesquisadores. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2016.

MESSINA, João. Quem é Pablo Marçal? Conheça o lado empresário, livros e fortuna do candidato a prefeito de São Paulo. **G4 Educação**, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://g4educacao.com/blog/quem-e-pablo-marcal-empresario-livros-fortuna>. Acesso em: 15.de.2024

MÉTODO IP. Home. **Método IP**, c2025. Disponível em: <https://metodoip.com.br/>. Acesso em: 15.de.2024

MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 43-57, 2015.

MORIN, Edgar. A necessidade de um pensamento complexo. *In*: MENDES, Cândido (org.). **Representação e Complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-78.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Sintra: Publicações Europa-América, 1994.

MORIN, Edgar. **Elogio da metamorfose**. *In*: GONÇALVES, Victor. **Declínio da escola**, [S. l.], 9 jan. 2010. Disponível em: <http://decliniodaescola.blogspot.com/2010/01/metamorfose-em-vez-de-revolucao-edgar.html>. Acesso em: abr. 2020.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **O Método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MUNHOZ, Fábio. Enchente no RS: Mapas interativos mostram locais afetados pela chuva; veja. **CNN Brasil**, 13 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/enchente-no-rs-mapas-interativos-mostram-locais-afetados-pela-chuva-veja/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

NABINGER, Felipe. Pimenta toma posse na Secom focando combate às fake news. **Correio do Povo**, 3 jan. 2023. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/pimenta-toma-posse-na-secom-focando-combate-%C3%A0s-fake-news-1.946241>. Acesso em: 31 ago. 2024.

NAZÁRIO, Heleno Rocha; REINO, Luciana da Silva Souza; MANFREDINI, Rodolfo. A hermenêutica de profundidade e suas aplicações. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 288-305, 2016.

NUNES, Ana Karin; OLIVEIRA, Rosângela Florczak de. Crise, risco e comunicação: revisão da literatura e abordagens brasileiras de um campo em legitimação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 15., 2021, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Abrapcorp, 2021.

O FARROUPILHA. Fabiano Feltrin é o melhor cover de Elvis Presley da América Latina. **O Farroupilha**, 21 ago. 2015. Disponível em: <https://www.ofarroupilha.com.br/sem-categoria/fabiano-feltrin-e-o-melhor-cover-de-elvis-presley-da-america-latina/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

O FUXICO. Vídeo de Pablo Marçal em ambulância vira piada na internet: 'Apaga que dá tempo'. **O Fuxico**, 16 set. 2024. Disponível em: https://ofuxico.com.br/noticias/video-de-pablo-marcal-em-ambulancia-vira-piada-na-internet-apaga-que-da-tempo/#goog_rewarded. Acesso em: 15.de.2024

OLIVEIRA, Ingrid. Datena ganha seguidores no Instagram após cadeirada em Marçal. **Terra**, 16 set. 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/byte/datena-ganha-seguidores-no-instagram-apos-cadeirada-em-marcal,74e9b46ba81c3683060d276061e4f9307ysw3kpl.html#google_vignette. Acesso em: 15.de.2024

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Circulação de saberes e de práticas governativas: caminhos de articulação da política no Brasil, 1845-1860. **Almanack**, Guarulhos, n. 18, p. 248-288, 2018.

OLIVEIRA, Rosângela Florczak de. **Dimensões possíveis para o diálogo na comunicação estratégica**: tecituras e religações entre o Relatório de Sustentabilidade e as mídias sociais da Vale. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, Rosângela Florczak. *et al.* Risco e crise no contexto da comunicação: características das produções brasileiras e japonesas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Intercom Nordeste, 2022.

OLIVEIRA, Juliana Vencato. **Comunicação preventiva à luz da cultura do cuidado**: um olhar para as organizações educacionais. 2024. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

PABLO MARÇAL. Home. **Pablo Marçal**, c2025. Disponível em: <https://pablomarcal.com.br/>. Acesso em: 15.de.2024

PABLO MARÇAL compartilha vídeo sendo atendido em ambulância após cadeirada de Datena em debate. São Paulo.: UOL, 2024. 1 vídeo (34 seg). Publicado pelo canal UOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-vDwx9cB-QA>. Acesso em: 15.de.2024

PIMENTA, Paulo. **Liguei para o prefeito de Farroupilha para agilizar ajuda à cidade, mas fui gravado e recebido com hostilidade por ele [...]**. [S. l.]: 9 maio 2024. Instagram: @pimenta13br. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C6wzNc8NwmW/?igsh=MXh4cjV5bXNiaGQ2dA%3D%3D>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PIMENTA, Paulo. **Perfil**. [S. l.], 2024. Instagram: @pimenta13br. Disponível em: <https://www.instagram.com/pimenta13br/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PITKIN Hannah. O conceito de representação. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (org.). **Política e sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, 1983. p. 8-22.

PITKIN Hannah. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.

PITKIN, Hanna F. **The concept of representation**. Berkely: University of California Press, 1967.

PODER360. 53% não votariam em Marçal de jeito nenhum, diz Datafolha. **Poder360**, 3 out. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-pesquisas/53-nao-votariam-em-marcal-de-jeito-nenhum-diz-datafolha/>. Acesso em:

PODER360. Leia a cronologia dos desdobramentos do 8 de janeiro. **Poder360**, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/leia-a-cronologia-dos-desdobramentos-do-8-de-janeiro/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PREDIGER, Reneo; SCHERER, Luciana; ALLEBRANDT, Sérgio. Hermenêutica de profundidade e suas possibilidades metodológicas: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia. **CCCCS – Contribuciones a las Ciencias Sociales**, p. 1-16, 2018.

PREITE SOBRINHO, Wanderley. Chuvas no RS: enchentes dos últimos 11 meses mataram mais que em 20 anos. **UOL**, 9 maio 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/09/desastres-rio-grande-do-sul-clima-chuvas-enchentes-mortes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Presidente Lula cria secretaria extraordinária para apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul. **Gov.br**, 16 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/presidente-lula-cria-secretaria-extraordinaria-para-apoio-a-reconstrucao-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

REGO, Ana Regina. Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia. **Organicom**, v. 18, n. 34, 2020.

REVEDILHO, João Vitor. A estratégia digital de Pablo Marçal e seus prejuízos para o debate público. **Istoé**, 24 ago. 2024. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-estrategia-digital-de-pablo-marcal-e-seus-prejuizos-para-o-debate-publico/>. Acesso em:

RIBBEIRO, Leonardo. Estudo aponta aumento na polarização entre Lula e Bolsonaro nas redes sociais. **CNN Brasil**, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/estudo-aponta-aumento-na-polarizacao-entre-lula-e-bolsonaro-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

RIGUE, André. Diferença de cerca de 55 mil votos deixa Pablo Marçal fora do segundo turno. **CNN**, 6 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/diferenca-de-cerca-de-55-mil-votos-deixa-pablo-marcal-fora-do-segundo-turno/>. Acesso em:

ROBERTO NETTO, Paulo. Após reviravoltas, Pablo Marçal tem candidatura a presidente barrada no TSE. **UOL**, 6 set. 2022. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/06/apos-reviravoltas-tse-barra-candidatura-de-pablo-marcal-a-presidencia.htm>. Acesso em: 15.de.2024

RODRIGUES, Rodrigo. Datena migra para o PSDB e pode ser candidato do partido à Prefeitura de SP; sigla é a 11ª que o apresentador se filia desde 1992. **G1**, 4 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2024/noticia/2024/04/04/datena-migra-para-o-psdb-e-pode-ser-candidato-do-partido-a-prefeitura-de-sp-sigla-e-a-11a-que-o-apresentador-se-filia-desde-1992.ghtml>. Acesso em: 15.de.2024

RUÃO, Teresa. A emoção na comunicação de crise – aprendizagens de uma pandemia. In: OLIVEIRA, Madalena. *et al.* (ed.), **Sociedade e crise(s)**. Braga: UMinho Editora, 2020. p. 93-101.

SANT'ANA BENTO, Juliane; PILAU, Lucas e Silva Batista. Sociologia da probidade pública e usos do direito no combate à corrupção. **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 15-27, 2022. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/81053>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SANTAELLA, L. **Humanos hiper-híbridos**: linguagens e cultura na segunda era da internet. São Paulo: Paulus, 2021.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais**: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria. *et al.* Ambiências digitais como lugares de visibilidade/invisibilidade das organizações na gestão das crises. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, v. 11, n. 21, p. 207-226, 2021.

SHUEN, Li-Chang; BENTIVI, Zefinha. A opinião pública duvida da opinião publicada: reflexões sobre a mídia e as eleições para o governo do Maranhão em 2018. **Compólitica**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 93-118, 2019.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, Terezinha. A pesquisa sobre escândalo político: panorama de 10 anos. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 160-169, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SILVA, Diego Wander da. **Comunicação organizacional e as estratégias de invisibilidade e de redução/direcionamento da visibilidade nas mídias sociais**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Marcos Paulo da; JERONYMO, Raquel de Souza. Estratégias de retórica e enquadramento na cobertura do segundo mandato de Dilma Rousseff pelas revistas semanais brasileiras. **Compólitica**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 107-128, 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Porto: Letras Contemporâneas, 2006.

SOUZA JUNIOR, Nivaldo Cesar de. Comunicação Pública e as disputas pré-eleitorais em tempos de pandemia. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 1-26, 2022.

TAVARES, Bruno. PF faz operação em SP contra crimes eleitorais; coach Pablo Marçal é um dos alvos. **G1**, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/05/pf-faz-operacao-em-sp-contra-crimes-eleitorais-e-lavagem-de-dinheiro-coach-pablo-marcal-e-um-dos-alvos.ghtml>. Acesso em:

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições 2024: confira, em números, a grandiosidade do pleito municipal deste ano. **TSE**, 6 out. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Outubro/eleicoes-2024-confira-em-numeros-a-grandiosidade-do-pleito-municipal-deste-ano>. Acesso em:

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em: 31 ago. 2024.

TRIVINHO, Eugênio Rondini. Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura. **Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 111-125, 2011.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 2, p. 285-308, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930889004>. Acesso em: 24.out.2024

TV CULTURA mostra imagens inéditas da confusão entre Datena e Pablo Marçal no Debate. São Paulo: TV Cultura, 2024. 1 vídeo (6 min 44 seg). Publicado pelo canal Jornalismo TV Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q1sc66aX1X4&rco=1>. Acesso em: 15.de.2024

UOL. 'Achei patético o vídeo da ambulância', diz Marçal sobre seu próprio vídeo. **UOL**, 23 set. 2024. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2024/09/23/pablo-marcas-sobre-video-de-ambulancia-achei-patetico.htm>. Acesso em: 15.de.2024

UOL. Paulo Pimenta (PT) é eleito deputado federal; veja votos. **UOL**, 2 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/02/paulo-pimenta-deputadofederal.htm?cmpid=copiaecolahttps://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/02/paulo-pimenta-deputado-federal.htm>. Acesso em: 31 ago. 2024.

VALE, Humberto. Quando serão os próximos debates dos candidatos à Prefeitura de São Paulo. **Jota**, 20 set. 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/eleicoes/saiba-quando-serao-os-proximos-debates-dos-candidatos-a-prefeitura-de-sao-paulo>. Acesso em:

VARGAS, Pepe. **NÃO CAIA EM FAKE NEWS!!!** [...]. [S. l.]: 9 maio 2024. Instagram: @sigaoepevargas. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C6xTn7ANqsy/?igsh=bWpldWhpaDFrbXh0>. Acesso em: 30 ago. 2024.

VASCONCELLOS, Hygino. Na tragédia do RS, culpa recai sobre prefeitos, governador e União. **UOL**, 25 maio 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/25/o-que-nao-foi-feito-enchentes-rio-grande-do-sul.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 31 ago. 2024.

VENTURINI, Lilian. Votação de Datena é o pior resultado do PSDB em São Paulo. **Valor Econômico**, 6 out. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/10/06/psdb-registra-pior-resultado-com-votao-de-datena-em-so-paulo.ghtml>. Acesso em:

VIESSERI, Bruna. Cover de Elvis e empresário, Fabiano Feltrin é eleito prefeito de Farroupilha. **GZH**, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2020/11/cover-de-elvis-e-empresario-fabiano-feltrin-e-eleito-prefeito-de-farroupilha-ckhl82vw900410170g5s59psi.html>. Acesso em: 31 ago. 2024.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. (1967). **Pragmática da Comunicação Humana**. São Paulo: Cultrix, 1985.

WEBER, Maria Helena; LOCATELLI, Carlos. Realidade e limites da pesquisa empírica em comunicação pública. **Matrizes**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 141-159, 2022.

WEBER, Max. **A política como vocação e ofício**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

WOLTON, Dominique. **Comunicar é negociar**. Porto Alegre: Sulina, 2023.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

ZUCCO. **INADMISSÍVEL, ABSURDO, INACREDITÁVEL! Prefeito sendo intimidado pelo ministro Pimenta!** [S. l.]: 9 maio 2024. Instagram: @zucco. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C6wGfBkOJ_9/?igsh=MXBIYTZqdGY4M3d3bA%3D%3D. Acesso em: 30 ago. 2024.

ZUCCO. Prefeito Fabiano Feltrin, de Farroupilha, na Serra Gaúcha, denuncia as mentiras e o descaso do Governo Lula para com o povo gaúcho! Vamos reagir! [S. l.]: 8 maio 2024. Instagram: @zucco. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C6t5Nz8R6RW/?igsh=eGFtZzVmcDFoZzJl>. Acesso em:

ANEXO A – EXEMPLOS DE CRISES PROTAGONIZADAS POR ATORES POLÍTICOS NO AMBIENTE MIDIÁTICO DIGITAL

Exemplo 1 – Parlamentares usam discursos em tribuna para criar conteúdo viral nas redes sociais e reafirmar sua persona para a base de eleitores

Políticos atuam para gerar vídeos "lacradores" e inflamar eleitores na web

Parlamentares usam discursos em tribuna para criar conteúdo viral nas redes sociais e reafirmar sua persona para a base de eleitores



Fonte: Terra Byte (Intrieri, 2023)

Exemplo 2 – Primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, ameaçou renunciar pelas redes sociais



Fonte: El Confidencial (Zarzalejos, 2024)

Exemplo 3 – As imagens da primeira-ministra na festa, compartilhadas em stories do Instagram de seus amigos desencadearam a crise nas redes sociais



Fonte: G1 (2022)



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br